

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SUBSTITUIÇÃO DE CULTURAS E
TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL
DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

SÃO PAULO
1980

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SUBSTITUIÇÃO DE CULTURAS E
TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL
DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Dissertação de Mestrado
DALTON AUREO MORO

Orientador
Prof. Dr. MANOEL FERNANDO GONÇALVES SEABRA

SÃO PAULO

1980

Professor Orientador:

Prof. Dr.

MANOEL FERNANDO GONÇALVES SEABRA.

À
DETINHA e aos nossos filhos,
CESAR e
SÉRGIO.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores da Universidade de São Paulo, que atuaram nos cursos de pós-graduação em geografia, contribuindo para nossa formação;

ao Prof. Dr. Manoel Fernando Gonçalves Seabra que com segurança, dedicação e abertura de espírito soube orientar-nos durante a realização deste trabalho;

aos colegas do Departamento de Geografia e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá pela colaboração e sugestões recebidas;

à Prof.^a Dr.^a Yoshia Nakagawara, coordenadora do Laboratório de Estudos Geo-econômicos da Universidade de Londrina, pelas sugestões e numeroso material bibliográfico colocado a nossa disposição para estudo;

à Prof.^a Odete Starke Moro pela paciente revisão gramatical do texto original;

à Administração Superior da Universidade Estadual de Maringá e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná que nos proporcionaram a oportunidade e os meios para realizar a pós-graduação na Universidade de São Paulo,

OS NOSSOS SINCEROS E PROFUNDOS AGRADECIMENTOS.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES	VIII
LISTA DE TABELAS	X
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - Objetivos do Trabalho	1
1.2 - O tema de estudo	3
1.3 - A área de estudo	21
1.4 - Hipóteses de trabalho	30
1.5 - Procedimentos metodológicos	36
2 - O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE CULTURAS	41
3 - AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	91
3.1 - As mudanças no sistema agrícola do Norte do Paraná	94
3.1.1 - O sistema agrícola da cultura cafeeira ...	94
3.1.2 - O sistema agrícola de rotação de culturas entre a soja e o trigo no Norte do Paraná.	102
3.1.3 - O uso do solo no domínio da cafeicultura e sob o domínio da cultura associada da soja e trigo	108
3.2 - A estrutura fundiária	117
3.3 - As relações sociais e jurídicas	141
3.3.1 - O regime de exploração	141
3.3.2 - As relações trabalhistas	145
3.3.3 - Cooperativismo e sindicalização	151
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

SIGLAS E ABREVIATURAS

- 1 - BADEP: Banco de Desenvolvimento do Paraná.
- 2 - EOCAMAR: Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá.
- 3 - CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná.
- 4 - DERAL: Departamento de Economia Rural.
- 5 - DNC: Departamento Nacional do Café.
- 6 - EAGRI: Estatísticas Agrícolas.
- 7 - GERCA: Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.
- 8 - IAPAR: Instituto Agrícola do Paraná.
- 9 - IBC: Instituto Brasileiro do Café.
- 10 - IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 11 - IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Sócio-econômico.
- 12 - OECE: Organização Européia de Cooperação Econômica.
- 13 - OEA: Organização dos Estados Americanos.
- 14 - SIBPAC: Serviço Informativo do Bureau Panamericano do Café.
- 15 - SITRUM: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá.
- 16 - SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito.

* * *

FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

1 - O Paraná e suas microrregiões homogêneas	22
2 - O Norte do Paraná	22
3 - O Norte Novo do Paraná e suas microrregiões homogênea..	23
4 - O Norte Novo do Paraná com Maringá e sua microrregião homogênea	23
5 - Principal área produtora de café no Paraná	28
6 - Principal área produtora de algodão no Paraná	28
7 - Principal área produtora de soja no Paraná	29
8 - Principal área produtora de trigo no Paraná	29
9 - Mapa do Município de Maringá - Rede Hidrográfica e Estradas rurais principais	38
10 - Mapa do Município de Maringá - Distribuição espacial dos estabelecimentos rurais objetos da amostragem	92
11 - Porcentagem de participação, por grupos de área, sobre o número de estabelecimentos, entre os 23 estabelecimentos da zona rural de Maringá que não modificaram a atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977	127
12 - Porcentagem de participação, por grupos de área, sobre a área dos estabelecimentos, entre os 23 estabelecimentos da zona rural de Maringá que não modificaram a atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977 ...	127
13 - Porcentagem de participação, por grupos de área, sobre o número de estabelecimentos, entre os 57 estabelecimentos da zona rural de Maringá que modificaram a	

IX

- atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977.... 128
- 14 - Porcentagem de participação, por grupos de área, sobre a área dos estabelecimentos, entre os 57 estabelecimentos da zona rural de Maringá que modificaram a atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977 128

* * *

TABELAS

1 - Evolução da cultura do Café no Paraná e Brasil 59/60-76/77	43
2 - Evolução da Cultura do Algodão no Paraná e Brasil 59/60-76/77	43
3 - Área ocupada pela pecuária paranaense nas microrregiões homogêneas do Norte do Paraná - 1961/71	45
4 - Evolução da cultura da soja no Paraná e Brasil 59/60-76/77	47
5 - Evolução da cultura do trigo no Paraná e Brasil 59/60-76/77	47
6 - Área plantada dos principais produtos paranaenses e sua participação sobre o total do Estado em 1960, 1965, 1970, 1975 e 1977	48
7 - Área das principais culturas comerciais paranaenses nas microrregiões homogêneas do Norte e Norte Novo do Paraná em 1960, 1970 e 1975	50
8 - Evolução das principais culturas comerciais na Região Norte do Paraná e no Estado em 1960, 1970 e 1975	51
9 - Evolução das principais culturas comerciais paranaenses na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá e no Norte Novo do Paraná em 1960, 1970 e 1975	51
10 - Evolução das principais culturas comerciais paranaenses na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá e no Paraná em 1960, 1970, 1972, 1974, 1975 e 1976	52
11 - Evolução das principais culturas comerciais paranaenses na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá	

	em 1960, 1970, 1972, 1974 e 1976	52
12 -	Evolução das principais culturas comerciais paranaenses na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá e no Norte do Paraná em 1960, 1970 e 1975	56
13 -	Evolução das principais culturas comerciais paranaenses em Maringá e na sua microrregião homogênea em 1960, 1970, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976	56
14 -	Percentual da participação conjunta das áreas das culturas comerciais do algodão e soja, sobre a área da monocultura comercial do café, no Norte Novo Paranaense, na microrregião homogênea de Maringá e no município de Maringá em 1960, 1970, 1975 e 1976	61
15 -	Evolução da atividade produtiva principal em 80 estabelecimentos agrícolas da zona rural de Maringá no período de 1968 a 1977	87
16 -	Principal atividade produtiva anterior e posterior a 1968 entre 80 estabelecimentos agropecuários da zona rural de Maringá	89
17 -	Atividade produtiva principal anterior e posterior a 1968 entre os estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva	90
18 -	Principal atividade produtiva atual entre 80 estabelecimentos rurais do município de Maringá	93
19 -	Recomendações técnicas para a implantação da lavoura cafeeira	97
20 -	Tipos de espaçamentos recomendados na lavoura do café..	97
21 -	Calendário agrícola da cultura do café	98
22 -	Caracterização dos principais tipos de poda em cafeeiros	99
23 -	Recomendações para a cultura da soja no Paraná	106
24 -	Recomendações para a cultura do trigo no Norte do Paraná	107
25 -	Uso do solo anterior e posterior a 1968 entre 80 estabelecimentos da zona rural de Maringá	111
26 -	Uso atual da terra entre os estabelecimentos que não mudaram a atividade produtiva principal	112

XII

- 27 - Uso atual da terra entre os estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva principal 114
- 28 - Atividade produtiva principal, por grupos de áreas, entre 80 estabelecimentos da zona rural de Maringá em 1967 e 1977 115
- 29 - Ampliação e redução da propriedade entre os estabelecimentos que mudaram de atividade produtiva principal ... 121
- 30 - Ampliação e redução da propriedade entre os estabelecimentos que não mudaram de atividade produtiva principal.. 122
- 31 - Estrutura fundiária, segundo os grupos de áreas, entre 23 estabelecimentos da zona rural de Maringá, que não modificaram sua atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977 125
- 32 - Estrutura fundiária, segundo os grupos de áreas, entre 57 estabelecimentos da zona rural de Maringá, que modificaram sua atividade produtiva principal em 1950, 1967 e 1977 126
- 33 - Concentração da propriedade entre os estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva principal 131
- 34 - Concentração da propriedade entre os estabelecimentos que não mudaram a atividade produtiva principal 132
- 35 - Estabelecimentos cujo proprietário vendeu outra propriedade 135
- 36 - Transferência de proprietários entre os estabelecimentos que mudaram de atividade produtiva principal, segundo a atividade produtiva principal atual, ano e forma de transferência 136
- 37 - Transferência de proprietários entre os estabelecimentos que não mudaram de atividade produtiva principal, segundo o ano e a forma de transferência 138
- 38 - Condição legal da terra entre os estabelecimentos que não mudaram de atividade produtora principal 138
- 39 - Condição legal da terra entre os estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva principal 140

XIII

40 - Regime de exploração entre 80 estabelecimentos da zona rural de Maringá em 1967 e 1977	142
41 - Efetivo do pessoal permanente ocupado na produção entre 80 estabelecimentos da zona rural de Maringá, por categoria de relação trabalhista, segundo a atividade produtiva principal em 1967 e 1977	146
42 - Índice de cooperativismo entre os responsáveis pela produção em 80 estabelecimentos rurais de Maringá, anterior e posterior a 1970	152
43 - Índice comparativo da filiação sindical entre as categorias de parceiros e volantes, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, no período de 1969 a 1977	158

* * *

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Objetivos do Trabalho.

Entre o final da década de sessenta e o início da setenta, a região de Maringá, contida no Norte Novo do Estado do Paraná, passou a assistir, de início lentamente e logo a seguir de forma mais dinâmica, à substituição de suas lavouras de café, que até então dominavam de maneira absoluta a paisagem regional, caracterizando a presença de uma monocultura comercial, pela cultura associada da soja e trigo.

Contudo, anteriormente, isto é, pelo menos até meados da segunda metade dos anos sessenta, regionalmente a cafeicultura já vinha cedendo lugar às pastagens, notadamente como resultado dos programas oficiais de erradicação de cafeeiros anti-econômicos, além de outros fatores que também afetam o empreendimento econômico da cultura do café.

Os quadros regionais modificam-se continuamente em sua evolução pela atuação combinada de processos dinâmicos e de suas forças de inércia. Os primeiros podem ser encontrados nas transformações de ordem técnica e econômica, enquanto que os segundos podem ser encontrados nas resistências ou pressões humanas. A implantação de novas culturas em substituição a outras desempenha um papel importante nas transformações do quadro regional (KAISER, . - 1973, 294).

A implantação de novas culturas de caráter temporário, com elevado índice de mecanização, em substituição às

culturas permanentes, com o emprego de técnicas agrícolas quase que exclusivamente braçais, certamente exigem transformações técnicas que se refletem em modificações da organização social e econômica do quadro regional, que por sua vez se expressam na organização do seu espaço.

Todo quadro regional é compartimentado em duas classes ou ordens de espaços geográficos; o urbano e o rural. Quando em determinado quadro regional se promove a substituição de culturas, é sobretudo no seu espaço rural que se manifestam as transformações técnicas, por conseguinte, é nele que a organização do espaço sofrerá inicialmente transformações mais significativas, muito embora, elas ocorram num processo dialético entre a cidade e o campo.

Regionalmente, em termos de Norte Novo do Paraná, a área da região de Maringá apresenta uma malha fundiária compartimentada predominantemente em pequenas e médias propriedades. Ao mesmo tempo, a cultura do café que é uma cultura de caráter permanente, apresenta a maioria de suas atividades produtivas realizadas com o emprego de numerosa mão-de-obra, enquanto que, a cultura associada da soja e trigo, de caráter temporário, ao contrário, apresenta elevado índice de mecanização no desenvolvimento das suas atividades produtivas.

Seguramente essa substituição de culturas, que se vem materializando na paisagem regional, notadamente da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, com a utilização de novas técnicas agrícolas, implica em significativas transformações na organização do espaço rural.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo estudar as transformações provocadas pela mudança de técnicas agrícolas, conseqüentes da substituição de culturas, que ocorrem na organização de um espaço rural, colonizado em pequenas e médias propriedades, ocupado por uma monocultura comercial, com elevado emprego de mão-de-obra.

1.2 - O Tema de Estudo.

O estudo da organização do espaço tem sido objeto de constante preocupação da geografia contemporânea, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, muito embora, esta problemática, em menor grau, já se apresentasse desde antes da Primeira Grande Guerra.

As discussões que vêm se sucedendo entre os autores que se preocupam com o estudo da organização do espaço, têm revelado sérias contradições não só no âmbito da geografia, mas também entre eles, assim como, uma ambigüidade no uso da expressão, demonstrando claramente a complexidade do tema.

Na opinião de Pierre George (1970, 37), a expressão organização do espaço *"foi introduzida no vocabulário dos geógrafos, economistas e administradores no decorrer dos últimos 20 anos. Corresponde mais a uma tomada de consciência e a uma mutação estrutural - ao mesmo tempo que dimensional - que a uma realidade integralmente nova. Objetivamente o homem organiza o espaço no qual vive, desde que conseguiu libertar-se de uma dominação sem limites das forças naturais"*.

Com esta afirmação sugere o autor que as sociedades humanas organizam o espaço como reflexo de suas características e como condição necessária à sua existência e reprodução. Também, ao afirmar o uso recente da expressão organização do espaço, revela alguma forma nova de conscientização, e pode ser até mesmo de ideologia, que as sociedades atuais estão adquirindo, provavelmente diante às pressões decorrentes de problemas reais surgidos em relação à estruturação territorial destas sociedades.

Prosseguindo, Pierre George (1970, 38) ressalta que *"o termo organização do espaço não ocupou seu lugar entre os vocábulos da geografia - e mais particular-*

mente da "Geografia Aplicada" ou da Geografia Ativa - senão em função de circunstâncias que, desempenham o papel de sinal de alarma, a propósito das relações entre o povoamento ou ocupação do solo e a boa utilização e conservação deste espaço. Surge no momento em que se impõe a necessidade de um planejamento "voluntário", sistemático, do espaço e onde a responsabilidade das operações essenciais passa do nível de utilização privada com finalidade individual para o de governo".

Esta reflexão revela que Pierre George acredita que a própria redefinição do objeto da geografia, de estudo das relações homem-meio na superfície da terra, para o estudo da organização do espaço social (lato senso), decorre da consciência advinda dos problemas práticos enfrentados pelas sociedades atuais, no que diz respeito à disposição territorial de suas atividades e de seus membros.

Pensamento semelhante ocorre com Olivier Dollfus (1972, 8), pois, para ele o espaço geográfico "surge como o esteio de um sistema de relações, algumas determinadas a partir de dados do meio físico e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica do nível de técnicas; numa palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização".

Além disso, Dollfus (1972, 119), admite que todo espaço geográfico é organizado, e que para sua organização concorrem múltiplos fatores, não só os ligados ao meio

natural, mas também, aqueles ligados às necessidades e aspirações das coletividades humanas, de forma que o espaço assim concebido, localizável e diferenciado, reflete-se na paisagem.

No entanto, o próprio Pierre George (1973 a, 7) ressaltou que *"os termos arrumação ou organização do espaço são modernos e designam os atuais empreendimentos destinados a modelar o espaço herdado para neles se introduzirem as estruturas técnicas, jurídicas e administrativas que derivam de um espírito de sistematização da sua utilização"*.

Com esta afirmação o autor limita a expressão organização do espaço a uma faceta, a um dos aspectos que poderia ser a geografia como ciência, isto é, que cabe a ela avaliar também o resultado daquilo que geógrafos, economistas, administradores, planejadores etc, como técnicos, através do planejamento da organização do território, provocam no espaço geográfico.

Diante disto, evidencia-se uma certa contradição com o próprio autor, em relação a sua afirmação, discutida inicialmente - (1970, 37) - (que a expressão organização do espaço foi introduzida no vocabulário dos geógrafos, economistas e administradores no decorrer dos últimos 20 anos, e que compreende mais a uma tomada de consciência e a uma mutação estrutural - ao mesmo tempo que dimensional - que a uma realidade integralmente nova.), revelando a ambigüidade com que vem sendo empregada a expressão organização do espaço.

Todavia, observa-se que Max Derreau (1973, 279) compartilha de opinião semelhante a de Pierre George (1973 a, 7), já que para ele *"a organização do espaço ou se se preferir, o controle da evolução das paisagens rurais e urbanas, é uma das grandes preocupações de nossa época"*.

Semelhante posição também pode ser encontrada em Jean Labasse (1973, 13) ao destacar que *"o debate acerca da*

organização do espaço se amplia dia a dia, tanto nos meios políticos como na opinião pública. Chega a ocorrer ocasiões em que não se sabe já do que se fala - desenvolvimento econômico, urbanismo, salvaguarda do patrimônio cultural, ou propriamente ordenação do território - nem a maneira que convém discutí-lo. Na medida em que este debate afeta verdadeiramente a utilização reflexiva do solo e de seus recursos, o geógrafo deve dar sua opinião".

Assim é, que tanto em George (1973 a, 7), como em Derreau (1973, 279), como em Labasse (1973, 13) observa-se que a organização do espaço se constitui numa preocupação moderna, e sugerem-na como uma ação voluntária, consciente, dirigida através do planejamento.

Objetivamente, consciente ou não, o homem organiza o espaço que habita desde o momento de sua ocupação, moldando-o segundo a combinação de múltiplos fatores, que vão desde aqueles ligados ao meio natural, àqueles decorrentes de sua experiência cultural, assim como daqueles ligados às necessidades e aspirações dos grupos humanos.

Contudo, na realidade, no âmbito da ciência geográfica, os estudos do espaço geográfico, com vistas a sua melhor compreensão, vêm ocorrendo sob o prisma de sua organização desde o final do século passado, embora em níveis e escalas diferentes, sem contudo fazer-se referência a essa expressão. Esta, notadamente após a Segunda Guerra, passou a ser empregada mais assiduamente, não só pelos geógrafos, mas também por profissionais oriundos de outras ciências próximas da geografia, se bem que como uma utilidade ou terminalidade nova, voltada mais diretamente para as necessidades das sociedades atuais, resultantes do desenvolvimento acelerado que vem se verificando cada vez mais acentuadamente durante a segunda metade do século atual, contribuindo para gerar novos problemas de ocupação do espaço.

Na verdade, sobre isto, as opiniões de Pierre George e de Jean Labasse são bastante próximas. Para Pierre George (1970, 37) a expressão organização do espaço *"corresponde mais a uma tomada de consciência e a uma mutação estrutural - ao mesmo tempo que dimensional - que a uma realidade inteiramente nova"*,

enquanto que para Jean Labasse (1973, 19) a geografia voluntária pode ser entendida como *"uma reflexão voltada à ação sobre os esforços que o homem empreende, deliberada e coletivamente, com vistas a modificar as condições de existência de uma comunidade. Não há pois, solução de continuidade entre a análise geográfica clássica e a geografia voluntária, há, unicamente, modificação na ordem das preocupações, mudança do ângulo de enfoque"*.

Com efeito, se inicialmente preocupava-se compreender o espaço geográfico através do estudo das múltiplas relações que se estabeleciam entre seus elementos componentes, quer sejam eles naturais, humanos ou sociais, qualificando-o segundo uma tipologia assim definida, após a Segunda Guerra, a necessidade de se compreender a sua organização vem se impondo com maior vigor, já que somente após o diagnóstico completo de uma situação, é que torna-se possível fornecer elementos, contribuindo para o planejamento de uma futura reordenação do território, pois a geografia como ciência e como instrumento técnico pode contribuir para a transformação da realidade (GEORGE, P. - 1972, 18).

Efetivamente, é através da geografia que se consegue chegar à compreensão da organização do espaço e, Pierre George (1973 b, 16) é bastante claro acerca disso, ao afirmar: *"A geografia como ciência do espaço é chamada a fazer balanços do que representa globalmente este espaço para os homens que aí vivem. Não pode consegui-lo, senão partindo da*

análise de todas as peças e de todos os processos que constituem este espaço em seu dinamismo".

A problemática do estudo da organização do espaço, no seu processo evolutivo, em especial sob a égide da ciência geográfica, guarda e mantém íntimas relações com os estudos regionais, com os estudos de regionalização, com os estudos de ocupação do espaço agrícola, com os estudos decorrentes do urbanismo, e ultimamente com os estudos e evolução da geografia aplicada ou voluntária, de modo que todas estas questões apresentam-se estreitamente vinculadas entre si, não só no plano teórico, mas sobretudo na própria realidade. Efetivamente, todos estes aspectos fragmentários, partes da diversidade, pertencem a um mesmo todo, cuja unidade deve ser procurada na diversidade, síntese de partes, dado à existência de características gerais permanentes - leis gerais.

Com efeito, as políticas de organização de territórios, de cooperação técnica e de ajuda aos países subdesenvolvidos recorrem, cada vez mais, a um novo cotejo de conhecimentos, cujo significado prático só aparece quando se pretende uma visão sintética e uma prospecção global (GEORGE, P. - 1972, 18).

No entanto, para Le Lanou (apud CLAVAL, P. - 1974, 102) o geógrafo poderá obter mais e melhores proveitos de um estudo das organizações regionais elaboradas pelo homem na superfície da terra, renunciando a aventura filosófica de uma geografia geral voltada para o conhecimento supremo do comportamento dos grupos humanos.

Em termos de organização do espaço torna-se extremamente difícil aceitar-se essa posição de Le Lanou, pois como se poderia estudar cientificamente uma região sem inserí-la num contexto mais amplo da realidade em que se encontra. Na verdade, a "aventura filosófica" também se encontraria na pretensão de esgotar o estudo de uma região. Estudar o concreto como síntese de múltiplas determinações, teria que ser, pensando como Le Lanou, uma aventura mais temerária, pois é mais rico em diversidade que o geral

(a lei, a essência). Enfim, o fenômeno concreto que contém a essência é mais rico que ela.

Objetivamente, as leis gerais se fazem necessárias para a compreensão da realidade, porque nem tudo pode ser circunstancial e local. As leis gerais - o necessariamente contido - constituem-se em instrumentos do pensamento para se abordar e conhecer a realidade concreta em toda sua complexidade - síntese de múltiplas determinações, necessárias e casuais, tendo o casual sempre causas.

De uma forma geral, em todos os casos de estudo regional, a base dos objetivos é a mesma: procurar atingir uma maior compreensão da ordem do espaço geográfico. Embora, alguns julguem que tal objetivo seja a identificação das regiões, organização interna e medida externa das relações com outras regiões. Em síntese, que tais fatos constituem a ordem do espaço terrestre (WHINTTLESEY, Derwent - 1960, 12).

Por sua vez, Philippe Pinchmel (1973, 5) é de opinião que *"a geografia humana tem sempre sido sensível a duas perspectivas complementares mas contrastantes. Uma toma como objeto principal de suas pesquisas os homens, estudando as populações, suas estruturas sociais, seus gêneros de vida: é a geografia do homem habitante. A outra considera antes o espaço habitado pelos homens. Esta corrente exprime-se pela análise das localizações, das paisagens, da organização do espaço"*.

Dessa forma, Pinchmel revela as dificuldades da geografia em determinar as características do seu objeto, embora ele não indique com clareza o que vem acontecendo com a geografia. Afinal, este objeto seria o homem (a sociedade) ou o espaço habitado (produzido) por este homem (por esta sociedade). Entende-se que não há basicamente nem complementariedade nem contraste. Porque não é possível conhecer-se o espaço produzido pela sociedade sem se conhecer internamente a sociedade. No entanto, poder-se-ia pensar

em complementariedade a partir do caráter de ciência analítica da geografia, que parte da decomposição do todo social. Isto é, isola-se como objeto, o espaço produzido pela sociedade e, desta maneira o conhecimento dos outros aspectos da realidade social (estudados por outras ciências analíticas como a história, a sociologia, a economia, a política, a demografia, e outras) aparecem como complementares na perspectiva do conhecimento do espaço ocupado (produzido) pelos homens.

Pinchemel (1973, 6) considera também que *"a presença dos homens em um meio com componentes espaciais necessariamente específicos, de conteúdos ecológicos precisos, produz localizações, locais de atividades industriais, de cidades, o estabelecimento de tramatas administrativas, de redes e de polos de desenvolvimento econômico, de comando, uns e outros concorrendo a uma organização territorial. O espaço não é mais somente um suporte de fenômenos, mas um agente físico cujos elementos, distâncias, graus, movimentos desempenham um papel importante"*.

Nessa perspectiva Pinchemel se propõe a considerar como a sociedade (homens) e a natureza (meio com componentes espaciais necessariamente específicos, de conteúdos ecológicos precisos) fazem parte do objeto da geografia. Ora, de certa forma, a parte que cabe a natureza ele esclarece, ainda que sucintamente, ao dizer que ela tem conteúdos ecológicos precisos, que o espaço não é mero suporte de fenômenos... Ao contrário, a parte que cabe aos homens (à sociedade) não está clara. Não diz como os homens agem sobre a natureza e com que finalidade. E isto implica em questões que não podem ser simplificadas com a afirmação de que os homens atuam sobre a natureza para atender às suas necessidades existenciais; porque para a análise de economia de mercado - e a área, objeto deste estudo produz dentro de uma economia de mercado capitalista - esta afirmação dificilmente resistiria

à crítica, pois não apresenta condições de resistir às evidências empíricas acumuladas ao longo da história.

Ainda, segundo Pinchemel (1973, 6) *"a medida, a comparação das medidas, as correlações, a ponderação dos componentes de uma estrutura espacial, o conhecimento dos fatores e do peso respectivo desses fatores na diferenciação e organização de um território representam um progresso científico considerável"*.

Qualquer que seja a escala ou estrutura, a organização do espaço sempre será o resultado das atividades humanas.

No entanto, Olivier Dollfus (1972, 14) considera que *"as medidas organizadoras que transformam o meio natural em geográfico, dependem tanto da natureza quanto do grau de evolução econômica e social da coletividade. São o resultado do encontro de um meio e de técnicas de organização do espaço"*.

Prosseguindo, diz ainda o mesmo autor (1972, 120) que *"a organização do território representa o reflexo no espaço geográfico de uma política econômica e suas consequências sociais"*.

Em vista disto, se se entender que a sociedade organiza um território como condição de sua existência e reprodução; que esta organização do território representa o reflexo de uma política econômica e suas consequências sociais, não é possível aceitar como diz Dollfus, que o meio geográfico é o resultado do encontro de um meio natural e de técnicas de organização do espaço. A não ser, que por técnicas de organização do espaço possa se entender não apenas aquelas que permitem as relações da sociedade com a natureza, mas também aquelas que dizem respeito as relações entre os homens; as formas de competição econômica em economia de mercado, etc. Mesmo assim, é bastante difícil aceitar este conceito de técnicas de

organização do espaço ou do território, assim formulado, em função da conotação errônea que pode suscitar, assim como de seu emprego inadequado para tornar clara a discussão do assunto.

* * *

A compreensão da organização do espaço regional pode ser conseguida através do desenvolvimento dos estudos regionais.

Com relação aos estudos regionais Derwent Whittlesey (1960, 11) assinala que *"as origens do estudo regional provêm de várias fontes. Comentários sobre as regiões, publicados por geógrafos e outros, originaram-se de grandes discussões orais, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Os estudos regionais de áreas individuais surgiram e mantiveram ininterrupta a sua tradição, desde o Renascimento. O século XX apresentou inúmeros exemplos na Alemanha e outros países europeus e, na França, quase toda geografia é regional. Nos Estados Unidos a geografia regional esteve em grande voga a partir de 1920, apoiada por novas técnicas. Certamente trata-se de um interesse perene e irrefutável"*.

Os seres regionais, isto é, as regiões, objetos do estudo regional, qualquer que seja o conceito empregado na sua concepção sempre estarão inseridos numa porção do espaço terrestre, cabendo à geografia estudá-los em toda sua amplitude geográfica. Sobre isto, Bernard Kaiser (1973, 279) assim se manifestou:

"Porção do espaço terrestre que seja o modo pelo qual for considerada ou a utilidade que lhe for atribuída, a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico. O geógrafo pode defini-lo, explicá-lo, querer delimitá-lo. Ao

proceder assim, o geógrafo é ativo, tecnicamente indispensável, socialmente útil; ele assume com o máximo de plenitude e de fidelidade a vocação fundamental da ciência".

No entanto, com o desenvolvimento acelerado verificado após a Segunda Guerra Mundial, os problemas espaciais se propõem numa outra escala; a da introspecção de cada Estado e da atualidade do desigual desenvolvimento (GEORGE, P. - 1972, 18).

A visão sintética e locacional do espaço é predicado profissional dos geógrafos, e segundo José Manuel Casas Torres (1973, 8) é o que Labasse demonstra em sua obra ao expressar: *"O espaço, comportamento regional e comarcal, não são entes da razão, nem algo a inventar por cada planejador: existem e têm vida própria e antes de mais nada há que começar por conhecer como são geralmente. Outra coisa é operar "in vitro" ordenar uma falsa realidade as expensas da única existente".*

Sem dúvida, nos últimos tempos, um dos que melhor soube interpretar o papel do geógrafo frente as questões da organização do espaço foi Jean Labasse (1973, 14) tendo assim destacado:

"Associado a uma obra de ordenação territorial ou interessado nela o geógrafo deve colocar-se na encruzilhada das disciplinas que formam conjuntamente a ciência da "intervenção pública". Sem levar a cabo nenhuma investigação realmente original, cumpre então a função de um tímido coordenador. No entanto, sua presença é necessária; a percepção das relações, a acomodação às paisagens, o sentido da contingência, são outras tantas ações que lhe correspondem".

Na opinião de A. Prothin (apud LABASSE, J., 1973, 17), organizar o espaço implica "uma disciplina do espírito resistente ao enquadramento administrativo e a especialização técnica".

Essa disciplina a que se refere Prothin, segundo Labasse (1973, 17) "é por norma geral a geografia, que constitui por si mesma uma incitação ao trabalho comum, na medida em que revela que a personalidade das regiões é mais uma obra do homem do que da natureza".

Prosseguindo, Labasse (1973, 17) destaca que *"não se pode colocar a organização do espaço como objeto exclusivo do campo da geografia, a qual ultrapassa em muito os limites das questões que lhe são solicitadas a este respeito"*.

No entanto, pode-se afirmar, segundo Etiènne Juillard (apud LABASSE, J., 1973, 17) que: "a ordenação regional é, com toda exatidão, uma geografia voluntária ... o mais plenamente geográfico dos aspectos da geografia voluntária".

Por sua vez, Paul Claval (1974, 143, 144) destaca que a geografia aplicada é de origem recente e teria nascido das novas necessidades que provocaram substanciais modificações na economia interna da geografia. Coloca estas necessidades como consequências da revolução industrial, e embora já surgissem na segunda metade do século passado, foi somente entre as duas grandes guerras que se tornaram urgentes. Mas para que o acondicionamento dos territórios se convertesse de uma realização inconsciente para uma geografia voluntária e prevista, seria necessário que as imperfeições da ocupação espontânea viessem a tona.

De certa forma, Claval revela o impacto da realidade sobre o pensamento geográfico e a consequente tendência à alteração do seu próprio objeto de estudo.

Claval (1974, 114) também é de opinião que "os acondicionamentos do espaço que a geografia humana coloca em relevo se realizaram, até data bem recente, de modo bem inconsciente, em geral anárquico e sem previsão".

Na realidade, se bem que em níveis diferentes, todo espaço geográfico apresenta um estágio ou forma de organização pacientemente elaborada pelas sociedades que o ocuparam no transcorrer da história, e embora muitas vezes apresentem uma forma anárquica e sem previsão, no

dizer de Claval, não deixam de possuir ordem, porque mesmo no caos existe a ordem, compete a geografia encontrar essa ordem no âmbito do espaço geográfico, pois ele como um todo não deixa de estar sujeito à atuação de leis gerais.

As novas preocupações de organização do território ou da organização do espaço, estão estreitamente vinculadas ao desenvolvimento do urbanismo, que criando necessidades novas, tem deixado de ser a simples projeção de um sonho até o futuro, para apontar a uma organização racional e inteligente do mesmo, deixando de ser uma aventura desde o momento em que se define por seu caráter prudente e ordenado, opondo-se ao urbanismo desordenado e anárquico do século passado (CLAVAL, P. - 1974, 152).

Na verdade, esse urbanismo do século passado adquire uma forma anárquica e desordenada, quando analisado do ponto de vista das necessidades e aspirações das sociedades atuais, já que seguramente esse urbanismo herdado do século anterior respondia às características das sociedades de então, porque na realidade, em qualquer forma de organização espacial a ordem está presente, basta procurá-la. Esta tarefa compete ser realizada pela geografia, pois que através dela é que se pode conseguir chegar à compreensão da organização do espaço, e que segundo Pierre George, sua aplicação como ciência e instrumento técnico pode contribuir para a transformação da realidade.

A problemática da organização do espaço ou da ordenação do território, devido a sua importância para a sociedade moderna, tem atraído a atenção de um número cada vez maior de cientistas oriundos de outras ciências próximas da geografia, que também se ocupam com problemas espaciais, muito embora, de ângulos diferentes.

Assim é que muitos trabalhos, tanto conjuntos como paralelos, de geógrafos e economistas vêm acontecendo desde 1940, sendo que os primeiros utilizam, cada vez mais, métodos subtraídos da econômica política; enquanto que os segundos concedem demasiada importância ao estudo do espaço e das distribuições econômicas (CLAVAL, P. - 1974, 188).

Nesse aspecto, Derwent Whittlesey (1960, 34) destacou que: *"desde a última grande guerra, um número apreciável de programas concernentes as áreas foi introduzido nas Universidades Americanas. Os programas diferem no tocante a ênfase dada à pesquisa versus o treinamento, e as turmas raramente incluem representantes de todas as disciplinas que deveriam fazer contribuições. Como o espírito cooperativista do esforço de guerra dissipou-se, as várias disciplinas voltaram as suas trilhas a parte. Tendo isto acontecido, a aproximação conjunta nos estudos de área encontram-se com tendência a acentuar um ou outro aspecto da região, provavelmente aquele em que é técnico o diretor do programa. A necessidade da procura organizada de normas mais eficazes a esses programas continua urgente. Os objetivos práticos não são os mesmos do tempo da guerra, mas são urgentes. O planejamento regional é provavelmente o mais exigente e promissor de todos".*

Por sua vez, Jan O. M. Broek (1972, 18), destaca que: *"um número cada vez maior de geógrafos trabalham nas repartições de planejamento do governo, desde o nível municipal até o nacional, ou em firmas particulares que funcionam como entidades consultivas. A análise dos padrões espaciais de população, das atividades econômicas, da utilização da terra e das forças sócio-econômicas subjacentes é o requisito preliminar para o planejamento de um ambiente melhor".*

De qualquer modo, segundo Claval (1974, 228), "uma nova forma de geografia humana tende a desenvolver desde há sobretudo uma vintena de anos. Esta geografia insiste com maior empenho na análise das interações espaciais que na reconstrução de equilíbrios locais, pretestando que dita reconstrução chegaria a esterelizá-la, já que os equilíbrios são contingentes quando interferem fatos humanos e circunstâncias físicas, porém considera em troca que é possível a consecução de um conhecimento geral dos fatos puramente sociais. Este conceito de geografia lhe restitui sua plenitude de ciência do espaço, que a atitude dos deterministas havia deixado bastante no esquecimento, porém que correspondia já ao critério científico de Humboldt".

Diversos são os temas objeto de preocupações dos estudiosos da organização do espaço, decorrentes do desenvolvimento da sociedade moderna. Cada vez mais os problemas da utilização do espaço se impõem. Pierre George (1970, 40) salienta que:

"é possível distinguir alguns grandes temas que constituem permanentes preocupações para administrações e organizações de estudo de planificação espacial e geográfica: A organização do espaço agrícola, o aproveitamento das águas correntes, para fins variados, a hierarquização do espaço de relações através dos sistemas de transportes e a circulação (no sentido) mais amplo do termo, incluída principalmente a circulação de idéias, de ordens e de capitais), atingindo a noção de espaço polarizado, a organização do espaço urbano ou de áreas metropolitanas, a do espaço de lazer que é um

corolário da urbanização".

O estudo da organização do espaço agrícola vem se constituindo, cada vez mais, como um dos temas mais urgentes, porque sem sombra de dúvida, a ocupação ordenada desse espaço é de vital importância para a humanidade, não só por ser dele que ela provê suas necessidades alimentares, mas também, por ser dele que ela obtém uma multiplicidade de matérias primas que contribuem para assegurar sua sobrevivência e desenvolvimento, notadamente a partir do momento que ela passou a urbanizar-se aceleradamente. No entanto, em todo processo de organização do espaço ou do território, em particular do espaço agrícola, o grupo humano que o ocupa deve ter consciência de ser ele o depositário e o responsável por um patrimônio que deverá utilizar para atender e garantir da melhor maneira possível sua reprodução e desenvolvimento como sociedade, sem esquecer de sua responsabilidade de conservá-lo e prepará-lo, de modo a garantir a sobrevivência futura, assim como, a reprodução e desenvolvimento do grupo (DOLLFUS, O. - 1972, 120).

Segundo Pierre George (1973 a, 23) durante o transcurso do desenvolvimento histórico da ocupação e organização do território, a primeira etapa foi a que corresponde a organização do espaço agrícola. O que sugere que primeiramente, o homem procurou garantir a manutenção de suas necessidades fundamentais, a fim de assegurar a reprodução e conseqüente desenvolvimento do grupo, e só posteriormente é que se sucederam as outras formas de organização do espaço.

Também, segundo o mesmo autor (1973 a, 25), o espaço agrícola corresponde a extensão utilizada pelas diversas formas de exploração agrícola, podendo por este motivo, dividir-se em dois conjuntos muito diferentes do ponto de vista da organização do espaço, o espaço pastoril e o espaço cultural, compreendendo as terras lavradas, as terras plantadas e as pradarias utilizadas numa criação integrada na economia cultural, nos países mais evoluídos.

Ainda para Pierre George (1973 a, 58), a noção de paisagem rural "é uma primeira abordagem sintética e

concreta da organização do espaço por diferentes formas de sociedades e em certas conjunturas econômicas".

O espaço geográfico não deixa de ser um palco cheio de vida onde as civilizações expressam suas realizações, portanto deve ser considerado e analisado como uma realidade em contínua transformação. Assim sendo, as formas de organização do espaço não podem ser consideradas permanentes, mas sim formas transitórias, mais ou menos estáveis, para outras formas ou estágios de organização, que por certo haverão de advir. Porque o espaço geográfico sofre a influência de uma série de fatores, uns inerentes ao próprio espaço e outros completamente alheios a ele, mas que certamente influem na sua organização. Os primeiros dizem respeito aos fatores espaciais, isto é, contidos no próprio espaço quer sejam de origem natural, humana ou social, enquanto que os segundos referem-se aos fatores designados por aespaciais, como as ideologias, as políticas econômicas, as religiões, etc.

Com relação ao estudo da organização do espaço agrícola, após firmada sua tipologia - apoiada nos processos históricos -, Pierre George (1973 a, 35) realça que:

"resta apenas registrar a persistência de heranças, além das condições que acompanharam a realização das combinações em apreço, e examinar as tensões atuais entre elas, que atuam como forças de inércia, freios impostos ao desenvolvimento de novas formas de organização do espaço agrícola, segundo novas técnicas, novas condições econômicas e novas estruturas sociais, que ainda estão por vir".

Por sua vez, Orlando Valverde (1964, 22) já observará que: "o estudo da ação modificadora do homem por motivos de ordem econômica, social, histórica e religiosa, só recentemente

vem merecendo mais atenção, apesar de constituir campo de interesse da geografia econômica e humana".

Valverde (1964, 29) também observou que: *"muitas vezes a simples introdução de uma nova cultura sofre a influência de outra que já era praticada a mais tempo no mesmo lugar, sem que esta desapareça necessariamente. Isto é muito comum em países novos como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos dinâmicos de paisagens".*

Ao seu tempo, Pierre George (1970, 42), vai mais longe ao afirmar que: *"as readaptações do espaço agrícola, com a técnica e a economia podem implicar em modificações da superfície e da localização do espaço dedicado a agricultura e a pecuária".*

Na opinião de Valverde (1964, 31), as influências econômicas representam outro fator que o geógrafo, de modo nenhum, pode menosprezar na interpretação da paisagem.

No entanto, quem alertou sobre a dificuldade de se conhecer a organização de uma paisagem agrícola - pelo menos entre nós -, foi Leo Waibel (apud VALVERDE, O., - 1964, 28), afirmando que:

"não é suficiente fazer-se uma "anatomia" da paisagem: é preciso também compreender a sua "fisiologia". Isto é, não basta descrevê-la; é necessário interpretá-la, compreender como funciona cada um dos elementos que nela se refletem".

Assim sendo, seguramente, a compreensão da ordem no espaço geográfico só se pode conseguir através da análise de todas as peças componentes de uma organização espacial,

em suas múltiplas relações, que combinadas contribuem para dar origem a uma situação, isto é uma unidade na diversidade, graças às combinações produzidas pelos diversos aspectos fragmentários que compõem a realidade concreta em toda sua complexidade, síntese de múltiplas determinações.

Diante de todas as considerações expostas, não se pode negar a importância que os estudos da organização do espaço vêm assumindo, de um modo cada vez mais envolvente, nos quadros da geografia contemporânea. Esses estudos estiveram, inicialmente, vinculados à problemática do espaço regional, passando posteriormente a vincular-se com os problemas espaciais decorrentes do acelerado desenvolvimento urbano, acentuado após a Segunda Guerra Mundial, e mais recentemente com as questões advindas da necessidade de se planejar o desenvolvimento, com vistas a uma ocupação mais racional e ordenada do espaço como um todo ocupado pelo homem.

1.3 - A Área de Estudo

A área escolhida como objeto deste estudo foi o espaço rural do município de Maringá, que se insere no quadro regional do Norte Novo do Estado do Paraná.

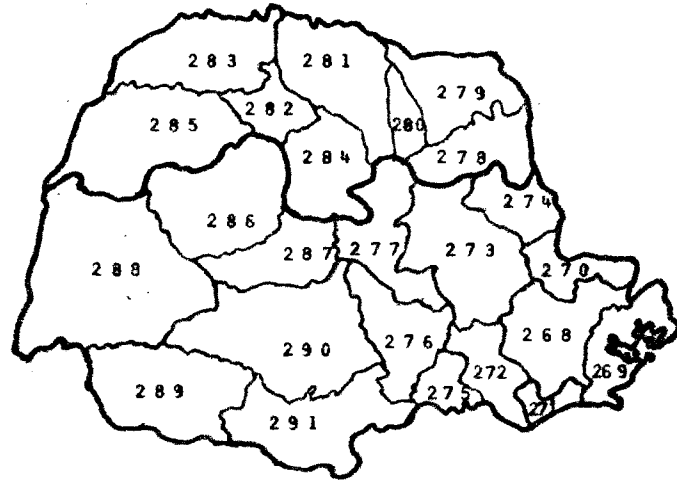
De uma forma geral, o Norte do Paraná apresenta uma série de condições muito favoráveis ao estabelecimento humano, dado não só a presença de um solo fértil, mas também a um relevo pouco movimentado, assim como pela abundância de cursos d'água, onde a cultura do café encontraria solo e clima favoráveis ao seu desenvolvimento (CAMBIACHI, S. M. - 1951, 52, 81, 84).

Na realidade, em particular, a ocupação do Norte Novo do Paraná é fruto de um povoamento recente, consequência da expansão cafeeira paulista (MÜLLER, N. L. - 1956, 55).

Este território compreende a área delimitada pelos Rios Tibagi e Ivaí até as margens do rio Paranapanema, tendo sido colonizado entre 1920 e 1950 (BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. e WESTPHALEN, C. M. - 1969, 222).

O PARANÁ E SUAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

(IBGE - 1975 - Censo Agropecuário do Paraná)



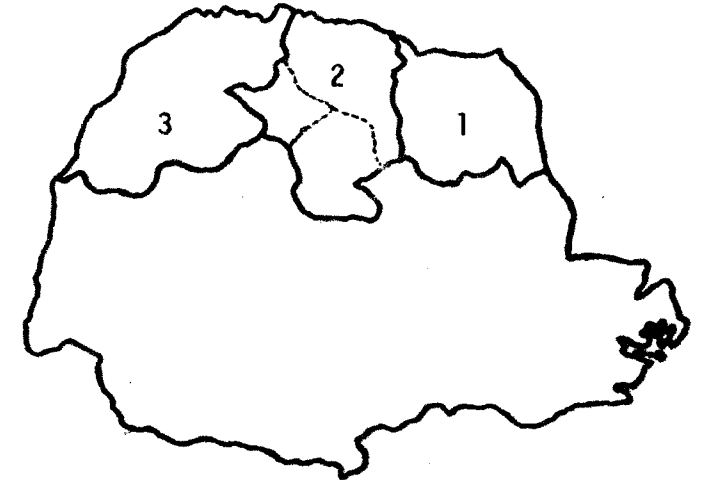
- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| (268) Curitiba | (280) Algodoeira de Assaí |
| (269) Litoral Paranaense | (281) Norte Novo de Londrina |
| (270) Alto Ribeira | (282) Norte Novo de Maringá |
| (271) Alto Rio Negro Paranaense | (283) Norte Novíssimo de Paranavaí |
| (272) Campos de Lapa | (284) Norte NOvo de Apucarana |
| (273) Campo de Ponta Grossa | (285) Norte NOVíssimo de Apucarana |
| (274) Campos de Jaguariaíva | (286) Campo Mourão |
| (275) São Mateus do Sul | (287) Pitanga |
| (276) Colonial de Irati | (288) Extremo Oeste Paranaense |
| (277) Alto Ivaí | (289) Sudoeste Paranaense |
| (278) Norte Velho de Wenceslau Braz | (290) Campos de Guarapuava |
| (279) Norte Velho de Jaçarezinho | (291) Médio Iguaçu |

FIG. I

O NORTE DO PARANÁ

(IBGE - 1975 -

Censo Agropecuário do Paraná)



- 1 - NORTE VELHO
2 - NORTE NOVO
3 - NORTE NOVÍSSIMO

FIG. II

O NORTE NOVO DO PARANÁ E SUAS
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

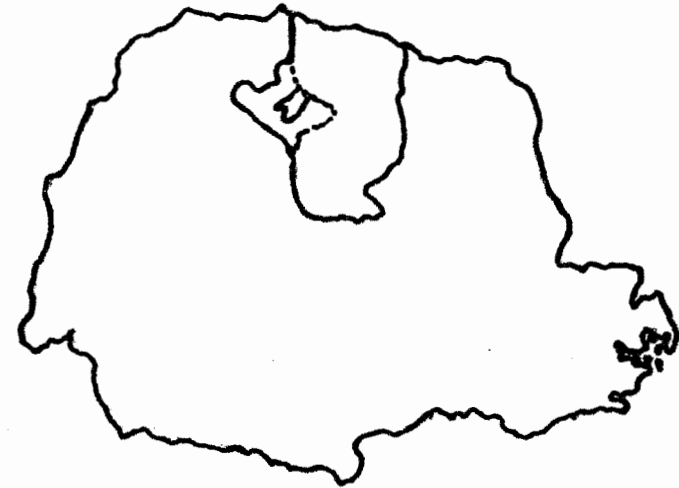
- 1- *Norte Novo de Londrina*
- 2- *Norte Novo de Apucarana*
- 3- *Norte Novo de Maringá*



(IBGE - 1975 - Censo Agropecuário do Paraná)

FIG. III

O NORTE NOVO DO PARANÁ COM
MARINGÁ E SUA MICRORREGIÃO
HOMOGÊNA



(IBGE - 1975 - Censo Agropecuário do Paraná)

FIG. IV

Cerca de aproximadamente dois terços da área territorial do Norte Novo foram colonizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que a loteou predominantemente em pequenas propriedades, com tamanho médio de 10 a 15 alqueires paulistas, sendo o maior número de lotes representados por pequenas propriedades de 5, 10, 15 e 20 alqueires. (LUZ, F. e OMURA, I. A. R. - 1976, 32).

O traçado rodoviário do Norte do Paraná, em particular do Norte Novo, realizado pela Cia. de Terras Norte do Paraná, foi concebido de forma a facilitar as relações entre os sítios e as comunidades urbanas, entre os campos e as casas comerciais e as estações ferroviárias, contribuindo sobremaneira para o bom funcionamento da economia, toda ela orientada para uma economia de mercado (MONBEIG, P. - 1952, 212).

Como extensão direta da expansão da economia cafeeira paulista, o desenvolvimento do Norte do Paraná e conseqüentemente do Norte Novo baseou-se firmemente na experiência, conhecimento, capital e trabalho qualificado das regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo (NICHOLS, Willian H. - 1970, 37).

A mais rápida ocupação humana da história econômica do Brasil verificou-se com o Norte Novo do Paraná, graças a expansão da lavoura cafeeira, em particular a partir do final da década de quarenta (PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S. e FREITAS, C. F. de - 1976, 319), de sorte que toda a área compreendida entre Londrina e Maringá, que em 1931 não era mais que um deserto florestal, transformou-se em pouco tempo, num dos centros agrícolas mais ricos do Brasil tropical (MONBEIG, P. 1952, 187).

Nesta região instalou-se no início de sua ocupação, na maioria dos estabelecimentos rurais, a

monocultura comercial do café¹, voltada para o mercado externo associada durante a fase de formação dos cafezais com uma policultura comercial de sustentação², de produtos como feijão, milho, arroz, e mandioca, além de uma pecuária leiteira de subsistência. Posteriormente, em menor escala, como cultura de subsistência³, quando então o cafezal já estava em franca produção, cujos excedentes se destinavam à comercialização nos centros urbanos regionais.

Simultaneamente, em número reduzido, alguns estabelecimentos seriam ocupados por outras atividades produtivas como a cultura do algodão, do milho e criação de gado. Esta última já em ampliação nos anos sessenta, em função, principalmente, dos programas de erradicação de cafeeiros pouco produtivos, da política de desestímulo de preços aos produtores de café, dos efeitos danosos das geadas às lavouras de café, bem como de outros fatores não só conjunturais, assim como estruturais, mas também circunstanciais e locais. Contudo, mais

(1) Para o presente trabalho a área ocupada predominantemente pela cultura do café será denominada - Monocultura Comercial do Café - tendo em vista que indubitavelmente é nesta área que ocorre o predomínio absoluto da cultura e da produção do café, como também nenhuma outra cultura comercial chegou a atingir 20% da área cultivada de café até o final da década passada.

(2) Na lavoura cafeeira as culturas intercalares realizadas durante a fase de formação do cafezal, com a dupla finalidade de prover a alimentação do pessoal ocupado na produção e, principalmente, ser comercializada para se obter os recursos necessários à manutenção das atividades produtivas, são designadas por culturas de sustentação. Essas culturas perduram enquanto o cafezal não atingir a idade de produzir, após o que sua área de cultivo é significativamente reduzida, para não concorrer com os cafeeiros, já em fase produtiva.

(3) As culturas intercalares, praticadas habitualmente entre os cafeeiros, ou em local próprio, com a finalidade específica de prover o pessoal ocupado na produção, são designadas por culturas de subsistência, sendo seus excedentes comercializados nos centros urbanos regionais.

recentemente, isto é, a partir dos últimos anos da década de sessenta - além da cultura associada da soja e trigo -, outras atividades produtivas, praticadas em menor escala, como a avicultura, sericicultura e fruticultura de mesa vêm ganhando corpo na paisagem regional.

No Estado do Paraná, as lavouras de café chegaram a atingir em 1968 a área de 1.187.532 ha, correspondendo a 46,22% da área do café cultivado no Brasil, e em 1969, 58,12% da produção cafeeira brasileira. O Norte do Paraná sempre participou com mais de 85% da área cultivada de café no Estado, com área superior a 900.000 ha, até o início dos anos 70. Nas safras de 59/60 e 65/66 produziu 20,4 milhões de sacas de café, produção superior que a dos demais estados somados (PAIVA et alii - 1976, 320).

Com respeito ao comportamento do processo de substituição das lavouras cafeeiras, assim como do seu caráter dinâmico nos quadros da agricultura paranaense e especificamente na sua principal região produtora de café - O Norte do Estado -, por outras atividades produtivas, assim concluíram os técnicos do BADEP (1977, 13):

"O café que até 1969 representou cerca de 40% do produto do setor agrícola paranaense, não é mais isoladamente o fator dinâmico preponderante da agricultura do Estado. Outros produtos, que há uma década tinham reduzida importância no conjunto da economia agrícola, passaram a ter significativa participação nos últimos anos".

No Norte Novo do Paraná, nenhuma outra cultura comercial chegou a atingir 20% da área cultivada com café, caracterizando assim, a supremacia da monocultura comercial do café até o final da década de sessenta, exceção à área ocupada pela cultura do milho, que em média representa 40% da área ocupada pelo café, muito embora não seja uma cultura exclusivamente comercial. Dentro do Norte Novo é, somente, na microrregião homogênea de

Apucarana que a cultura do milho é praticada como cultura comercial bastante significativa. Na microrregião homogênea de Maringá e demais regiões homogêneas do Norte Novo, o milho juntamente com o arroz e o feijão representam os três produtos básicos das culturas de subsistência. Suas melhores safras ocorrem no primeiro e segundo ano após as geadas de grande intensidade, quando então os cafeicultores diante do fracasso previsto da safra cafeeira, aumentam a área de cultivo desses produtos, para poderem fazer frente as despesas de manutenção da lavoura de café, com a comercialização dos excedentes no comércio urbano regional, oportunidade em que temporariamente, essas culturas de subsistência adquirem novamente o caráter de culturas de sustentação, praticadas na fase de formação do cafezal.

O Norte Novo Paranaense e mais especificamente Maringá e sua microrregião, desde o início do seu povoamento foram ocupados predominantemente pelas lavouras de café. Esta situação permaneceu, mais ou menos estável até os últimos anos da década de sessenta. Quanto então, uma série de fatores combinados começaram a concorrer para criar uma conjuntura adversa à manutenção da monocultura do café. A partir disso, gradativamente no início, e logo a seguir aceleradamente, outras culturas começaram a substituí-la, notadamente a cultura associada da soja e do trigo.

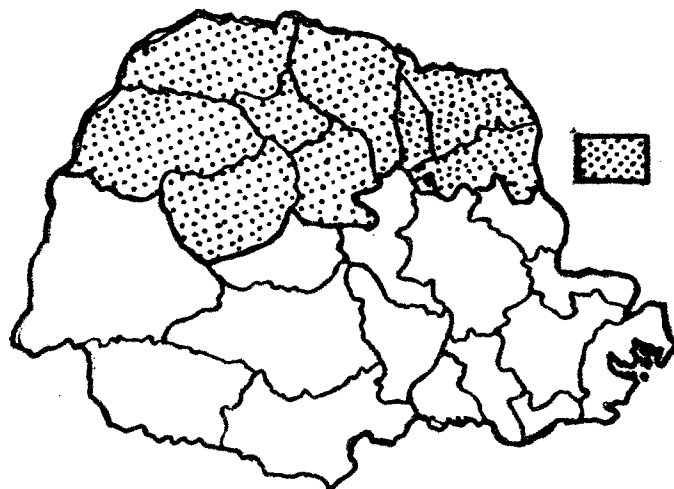
A rapidez do processo de transformação pelo qual passou, em menos de meio século, desde o pioneirismo paulista, seguido pela monocultura comercial do café, até a cultura intensiva de cereais, implicaria em significativas alterações na sua organização espacial.

Regionalmente, optou-se pelo estudo do espaço rural do Município Maringá, a qual ocupa na região uma posição central, constituindo-se atualmente num dos polos de desenvolvimento regional, o que de certo modo contribui para apresentar uma combinação de elementos bastante expressiva na organização do seu território.

A substituição das lavouras de café se faria na maioria pela lavoura mecanizada de cereais, representada

CAFE

*98% da produção
do Estado*

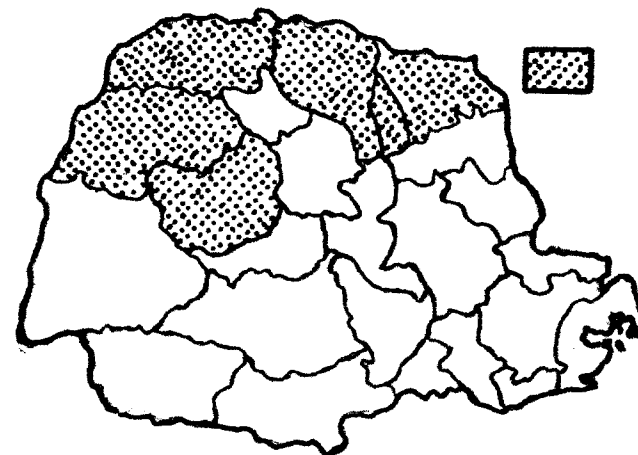


BADEP, 1977.

FIG. V

ALGODÃO

*90% da produção
do Estado*

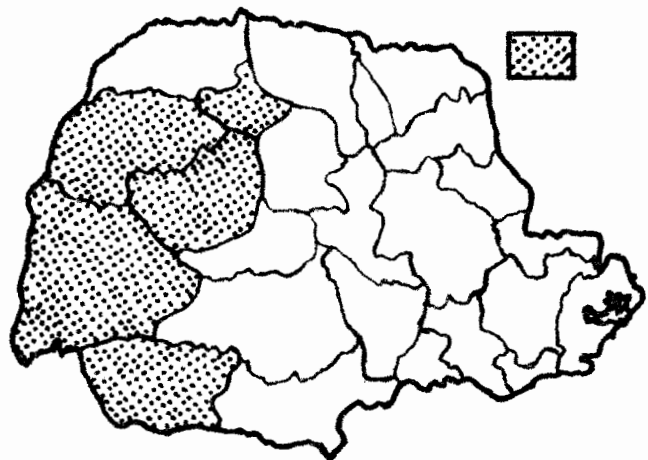


BADEP, 1977.

FIG. VI

SOJA

70% da produção
do Estado

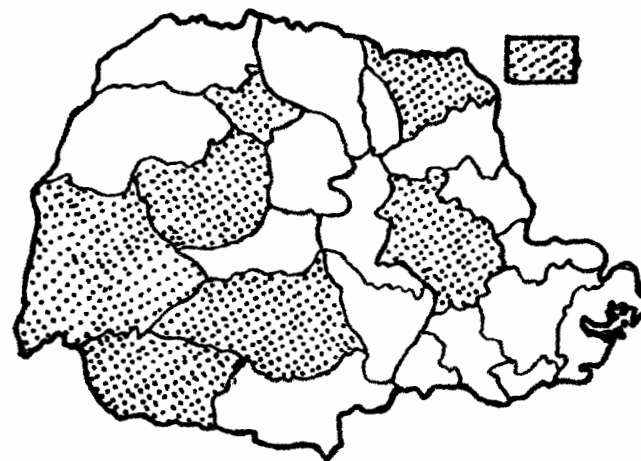


BADEP, 1977.

FIG. VII

TRIGO

81,50% da produção
do Estado



BADEP, 1977.

FIG. VIII

pela associação entre a soja e o trigo. Estas novas culturas implicam na adoção de novas técnicas agrícolas, que por sua vez provocariam expressivas transformações na organização do espaço rural.

O espaço rural de Maringá, compartimentado em sua maior parte em pequenas e médias propriedades, ocupadas em sua maioria pela monocultura comercial do café, empregando numerosa mão-de-obra, passaria a sofrer o impacto das mudanças de técnicas empregadas pelas novas lavouras. Por sua vez, as mudanças de técnicas agrícolas desencadeariam uma série de transformações na organização social e econômica do território ocupado, conseqüentemente na organização do seu espaço rural, objetivo principal deste estudo.

O próprio dinamismo da ocupação econômica da zona rural de Maringá proporciona um maior número de componentes espaciais que atuam significativamente no jogo de relações que preside sua organização. Além disso, a movimentação econômica do seu centro urbano desencadearia maior intensidade nas relações cidade-campo, assim como, com outros espaços mais amplos.

Quanto mais complexa é a convergência de elementos ou fatores mais rica é a realidade geográfica, pois a geografia considera a realidade na sua própria complexidade (CHOLLEY, - 1951).

As facilidades de acesso à área e às fontes de documentos - frutos de sua economia e de sua importância regional - conjugadas com o anteriormente exposto, fazem do espaço rural de Maringá um exemplo significativo para os propósitos deste trabalho.

1.4 - Hipóteses do Trabalho

A hipótese central que orientou os procedimentos durante a investigação deste estudo foi assim formulada: *"as novas técnicas agrícolas adotadas, devido a substituição de culturas, provocam*

significativas transformações na estrutura agrária e nos aspectos territoriais da organização do espaço rural - colonizado predominantemente em pequenas e médias propriedades, ocupado por uma monocultura comercial, empregando abundante mão-de-obra".

As transformações na organização da estrutura agrária do espaço rural de Maringá estão ocorrendo a nível da estrutura fundiária, do sistema agrícola e das relações sociais e jurídicas.

A substituição, notadamente, da monocultura comercial do café, assim como, em segundo plano, de outras atividades produtivas como pastagens e lavouras brancas⁴, pela cultura associada da soja e trigo, vem provocando significativas transformações na malha fundiária do espaço rural de Maringá através da concentração e formação de médias e grandes propriedades, implicando também na concentração e formação de médias e grandes unidades de produção. A cultura da soja e do trigo para serem economicamente rentáveis requerem maior área de terras do que a das pequenas e médias propriedades dominantes no Norte Novo do Paraná.

O processo de concentração fundiária vem ocorrendo através da compra quer de propriedades contíguas, quer de propriedades circunvizinhas, em particular, pelos produtores bem sucedidos no novo empreendimento produtivo. Quando da compra de propriedades contíguas ocorre um processo de aglutinação,

(4) Lavoura Branca - Definição usada regionalmente para designar as culturas temporárias de ciclo anual, de caráter comercial ou de subsistência, em oposição a lavoura do café, via de regra representada pelas culturas do feijão, milho, arroz, amendoim, algodão, soja, trigo, etc. No entanto, para fins deste trabalho, não estarão incluídas sob essa designação as culturas do algodão, soja e trigo, não só por serem culturas predominantemente comerciais, mas também pelo fato dos habitantes da região não as incluírem habitualmente na designação de lavouras brancas.

levando à formação de médias e grandes propriedades. Neste caso, como também no caso de aquisição de propriedades não contíguas, isto é, circunvizinhas, geralmente situadas na mesma estrada ou gleba, evidencia-se um processo de concentração da propriedade da terra.

Por outro lado, na impossibilidade de aquisição por meio de compra, verifica-se o arrendamento de propriedades tanto contíguas como circunvizinhas, o que também contribui para conduzir ao processo de concentração da propriedade do solo e/ou das unidades de exploração agrícola.

Dessa forma, verifica-se a ocorrência da concentração das unidades de exploração, pela aquisição e/ou arrendamento das terras contíguas; e um processo mais amplo de concentração da propriedade da terra através da aquisição de terras contíguas e/ou circunvizinhas.

As principais causas que contribuem para a ocorrência da concentração e portanto formação de médias e grandes propriedades, bem como, da concentração e portanto formação de médias e grandes unidades de produção na área, não podem ser encontradas unicamente na decadência regional das lavouras de café. Na verdade, outros fatores para isso também contribuem, dentre os quais cabe destaque: o insucesso de alguns produtores, por falta de experiência e tecnologia adequada à lavoura associada da soja e trigo; a carência de capitais que dificulta o acesso aos novos equipamentos agrícolas e a áreas maiores de terras; enfim a ausência de uma estrutura voltada ao novo sistema de produção em implantação na região, além de outros fatores adversos à manutenção da unidade produtiva ou parte dela.

Ao nível do sistema agrícola, o espaço rural de Maringá passa por expressivas transformações, que nada mais são do que o reflexo da nova modalidade de uso do solo nos estabelecimentos que mudaram de atividade produtiva principal, e do conjunto de equipamentos necessários à sua exploração. A atividade agrícola é fruto de uma ação meditada e ajustada de uma sociedade sobre o meio natural (GEORGE, . - 1956, 2).

Na estrutura da monocultura comercial do café fazia-se normalmente a associação entre a lavoura de café, pastagens e

culturas de subsistência, quer intercaladas entre os cafeeiros ou isoladas na palhada⁵. Nos estabelecimentos cafeicultores do Norte do Paraná, os cafezais geralmente ocupam o espaço da média encosta até o espigão, muito embora, encontre-se casos em que até as baixadas foram ocupadas pelos cafezais. A baixa encosta e os vales são reservados para serem ocupados por atividades complementares como lavouras de subsistência, benfeitorias, pomar e pastagens. No Norte Paranaense e mais especificamente no Norte Novo, os produtores evitam ocupar os vales e as baixas encostas com lavouras de café, devido a ocorrência de geadas que são mais intensas nesses locais.

Na nova realidade agrícola regional da cultura mecanizada de cereais, todo espaço disponível é ocupado em um tempo pela soja e noutro, embora em menor extensão de área, pelo trigo, não se fazendo mais a associação com pastagens e culturas de subsistência. Muito raramente, o proprietário - antigo cafeicultor - conserva alguns talhões de café no alto dos melhores espigões. Nos estabelecimentos cafeicultores da região diversos são os fatores que combinados concorrem para a compartimentação do uso do solo, sendo os principais dentre eles a morfologia do terreno, as características do clima regional, a presença da água, a qualidade do solo e a estrutura sócio-econômica própria da cultura do café (MORO, -. 1977, 23)..

A nível das relações sociais e jurídicas as transformações mais significativas estão ocorrendo nos regimes de exploração, nas relações trabalhistas, na densidade demográfica rural e nos índices de cooperativismo e sindicalização.

Na estrutura sócio-econômica da cultura do café, os regimes de exploração repartiam-se quase que na mesma proporção entre individual ou próprio e parceria. O regime de parceria

(5) Palhada - área no estabelecimento cafeicultor destinada às culturas de subsistência, quando isoladas, geralmente localizadas na baixa encosta.

era bastante difundido porque o proprietário necessitava de uma pessoa responsável que o ajudasse na manutenção de certa área de cafezal, ou mesmo do total da lavoura, em troca de uma certa parte da produção. Com a lavoura mecanizada da soja e trigo este tipo de regime está em vias de desaparecimento, pois nela o proprietário sozinho é capaz da manutenção da lavoura de uma ou mais propriedades, graças à mecanização. Desse modo, há um aumento do regime individual em que o proprietário toma conta e é o único dono da produção, em detrimento do regime de parceria.

Por outro lado, dois outros regimes estão ganhando terreno na região, são eles o de arrendamento e o de condomínio de pessoas. O primeiro ocorre, via de regra, quando o proprietário sem condições empresariais de explorar sua propriedade arrenda-a mediante sua participação na produção, ou mediante um valor anual, pré estabelecido, em moeda corrente. Com relação ao segundo observa-se que tem sido, na sua maioria, a insuficiência de capital que vem contribuindo para sua difusão na área.

O regime de arrendamento mediante quota parte fixa da produção difere da forma tradicional de arrendamento, porque nele o proprietário pode ou não participar das atividades produtivas com o seu trabalho, recebendo como pagamento do aluguel parte da produção, via de regra 30%, que poderá ser maior se participar do empreendimento com o seu trabalho.

As relações trabalhistas estabelecidas na estrutura sócio-econômica da cultura do café revestiam-se de características próprias. Nela efetivamente o proprietário mantinha relações trabalhistas, geralmente, com todos os trabalhadores ocupados na produção, de parceiros até as diversas classes de assalariados. Por outro lado, dependendo da extensão da unidade de produção, do absenteísmo do proprietário ou ainda do número de estabelecimentos pertencentes ao mesmo produtor, era necessário a figura do administrador, através do qual se faziam as relações trabalhistas com as demais pessoas ocupadas na produção, bem como, as principais tarefas necessárias ao bom andamento das atividades produtivas.

Atualmente, com a lavoura mecanizada de cereais que ocupa reduzida mão-de-obra, se comparada com a lavoura do café,

as relações entre proprietários e trabalhadores ocorrem nas categorias funcionais de assalariados - mensalistas, volantes -, e em escala muito reduzida com parceiros. Na lavoura do café, os volantes ou "bóias-frias" encontravam trabalho durante todo o ano agrícola, já na lavoura da soja e do trigo, quase sempre, somente encontram trabalho no verão - época da capina da soja. Assim é que além das alterações nas relações trabalhistas, ocorre uma significativa diminuição da densidade demográfica rural, decorrente do elevado índice de mecanização do campo.

Por conseguinte, em função das alterações nas relações trabalhistas, com implicações na redução da densidade demográfica rural, a forma do povoamento até então dominante na paisagem regional, sofreria significativas modificações.

Durante a fase de predomínio da monocultura comercial do café o povoamento rural se fazia ao longo de ambos os lados dos vales, próximo aos cursos d'água, na forma de um povoamento linear contínuo e paralelo. Atualmente, com o predomínio da cultura associada da soja e trigo, a forma de povoamento continua linear e paralela ao longo dos vales, mas completamente descontínua e rarefeita.

Na lavoura cafeeira o trabalhador, quer seja nas diversas formas de parceria, ou de empreitada, ou ainda de assalariados, obtinha na maioria dos estabelecimentos cafeicultores - de médio a grande porte - o direito a uma habitação, e a prática de culturas de subsistência, na forma de culturas intercalares ou isoladas na palhada. Essas formas de relações desapareceram quase que por completo na nova paisagem da lavoura mecanizada de cereais.

A não ser diante das situações de grande instabilidade do mercado e, notadamente, no caso do Norte do Paraná, quando dos grandes prejuízos causados pela ocorrência seguida de geadas de grande intensidade, assim como, de pragas de grande extensão, o pequeno estabelecimento cafeicultor possuía, de certa forma, capacidade para fazer frente às atividades decorrentes do empreendimento produtivo. Comumente, não encontrava grandes dificuldades para sua manutenção pois não possui, nem requer uma estrutura complexa na organização de suas

atividades produtivas. Já o sucesso no empreendimento produtivo da lavoura associada da soja e trigo, depende da presença de uma estrutura produtiva mais complexa e tecnologicamente mais equipada, do que a empregada na cafeicultura. As dificuldades surgem desde o preparo do solo, passando pela obtenção de produtos voltados à produção como: sementes selecionadas, adubos, inseticidas, fungicidas, pesticidas, pela disponibilidade de máquinas para a colheita, até o armazenamento e comercialização da produção.

Ora, o pequeno proprietário recém saído da lavoura cafeeira dificilmente possui estrutura para fazer frente a essas necessidades. De sorte que a cooperativa passa a ser uma opção para ajudá-lo na solução desses problemas que se impõem. Assim é que, a substituição da lavoura cafeeira e de outras atividades produtivas pela associação de culturas entre a soja e trigo vem contribuindo para elevar o índice de cooperativismo.

Em decorrência desta substituição de culturas o índice de sindicalização, por sua vez, também tende a aumentar, notadamente na categoria dos volantes, em detrimento da categoria dos parceiros, porque muitos dos antigos parceiros e seus familiares que trabalhavam nas lavouras de café, que permanecendo na região, passaram a trabalhar como volantes nas lavouras de soja. Habitando nas cidades, com rendimentos bastante reduzidos, obtidos pelo trabalho de volantes, vêm-se desamparados socialmente e encontram como única via de amparo o sindicato rural. Estes tiveram assim, aumentados, significativamente, seus quadros associativos, em especial na categoria de volantes, em detrimento da categoria de parceiros.

1.5 - Procedimentos Metodológicos

Para a concretização do objetivo proposto, a abordagem metodológica focaliza as transformações na organização do espaço rural de Maringá, na perspectiva de um processo evolutivo, considerando-se suas fases mais significativas,

inserindo-o num contexto mais amplo que é o da agricultura e da economia brasileira e mundial em geral.

Para tanto o presente estudo foi realizado na forma de uma secção longitudinal de tempo, de 1968 a 1977, desde o início da substituição da cultura do café, pela cultura associada da soja e trigo, à sua definição na paisagem regional.

Assim é que no decorrer deste trabalho o termo "fase anterior" dirá respeito ao período de domínio da monocultura comercial do café, isto é, anterior a 1968, enquanto que o termo "fase atual" corresponderá ao período que caracterizou o processo de substituição da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, quer dizer de 1968 a 1977.

Na demonstração das alterações nos índices de produção e de expansão da área cultivada, partiu-se do geral para o particular de modo a situar o espaço rural de Maringá, no comportamento da conjuntura agrícola regional e nacional.

A técnica de amostragem adotada foi a "Amostragem estatística por secção de área", tendo como unidade de estudo o estabelecimento agrícola. Ela é uma adaptação das técnicas de amostragem por área para estudos sócio-econômicos discutidas por Molina Filho (1971). O Geógrafo na condução da pesquisa geográfica lança mão de métodos de outras ciências e adapta-os às suas necessidades, pois a geografia, como também outras ciências, por sua natureza é metodologicamente heterogênea (GEORGE, - 1972, 8).

Adotou-se como secção de área as nove (9) principais bacias hidrográficas do município, tendo como limite as estradas municipais principais, alojadas no alto dos espigões divisores de águas. Em cada secção de área foi sorteado por processo aleatório 10% das propriedades rurais, de maneira que toda a área rural do município fosse representada na amostragem.

As nove (9) secções de áreas que correspondem às principais bacias hidrográficas do município foram assim constituídas: Secção nº 1 - Ribeirão Centenário, limitada

MAPA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

REDE HIDROGRÁFICA E ESTRADAS RURAIS PRINCIPAIS

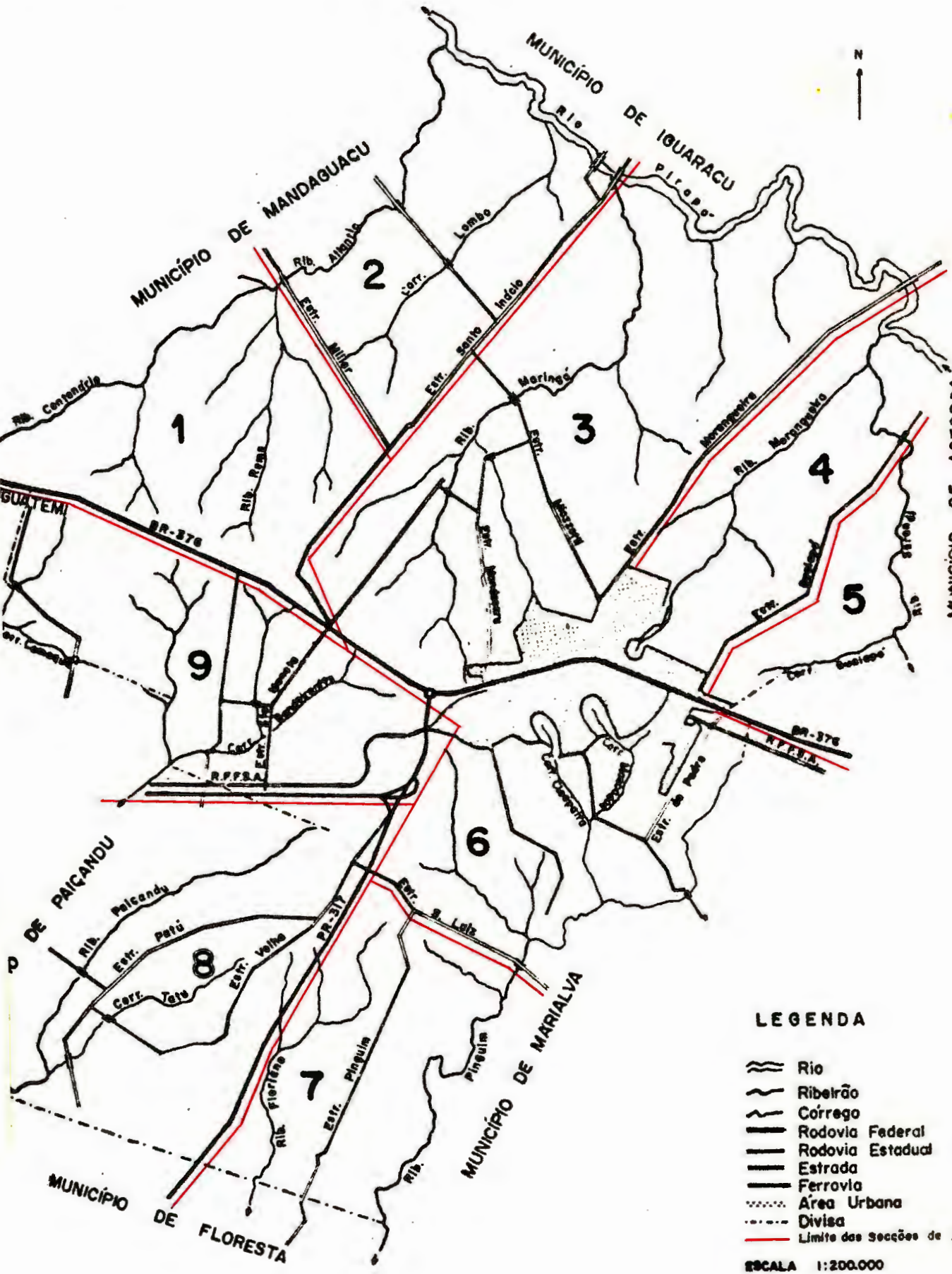


FIG. IX

pela estrada Miler, estrada Santo Inácio e Rodovia BR-376; Secção nº 2 - Ribeirão Atlantic, limitada pela estrada Miler, estrada Santo Inácio e rio Pirapõ; Secção nº 3 - Ribeirão Maringã, limitada pela estrada Santo Inácio, BR-376, estrada Morangueira e Rio Pirapõ; Secção nº 4 - Ribeirão Morangueira, limitada pela estrada Morangueira, estrada Guaiapõ, Ribeirão Sarandi e Rio Pirapõ; Secção nº 5 - Ribeirão Sarandi, limitada pela estrada Guaiapõ e Córrego Guaiapõ; Secção nº 6 - Ribeirão Pinguim, limitada pela estrada Pinguim, PR-317 e zona urbana da cidade; Secção nº 7 - Ribeirão Floriano, limitado pela estrada Pinguim, PR-317 e estrada São Luiz; Secção nº 8 - Ribeirão Paissandu, limitada pela PR-317 e pela Estrada de Ferro da R.F.F.S.A.; Secção nº 9 - Córrego Bandeirantes do Sul, limitado pela Estrada de Ferro da R.F.F.S.A., pela BR-376 e pela estrada que conduz de Iguatemi a Paissandu (Fig. IX).

Aos estabelecimentos rurais inicialmente sorteados foi aplicado um questionário aberto, através de entrevista direta com o seu responsável, com a finalidade de obter-se os elementos necessários à compreensão do comportamento das atividades produtivas e suas implicações na organização do espaço. Após a aplicação dos questionários eliminaram-se os sujeitos incompletos.

Na amostragem final, foram considerados oitenta (80) sujeitos completos, representados por estabelecimentos onde se processasse uma exploração agropecuária, de modo a representar em área pelo menos 5% da zona rural do município, a fim de ser estatisticamente representativa como amostragem de área. Em 1968, a carta fundiária da zona rural do município de Maringã apresentava uma malha fundiária compartimentada em 2.623 lotes rurais, que correspondiam a área de 19.548,10 alqueires paulistas. Os oitenta (80) sujeitos considerados na amostragem somam 1.298,01 alqueires, que representam 6,64% da área da zona rural do Município.

Nos índices estatísticos gerais, trabalhou-se com a medida de área de hectare (ha) que equivale a 100 ares, para efeitos de maior generalização, enquanto que a nível dos estabelecimentos utilizou-se como medida de área o alqueire paulista (alq.) equivalente a 24.200 metros quadra-

dos ou 2,42 ha, em função de ser esta medida a mais usada pelos habitantes da zona rural, além de ser a que eles têm maior consciência de dimensão.

O conceito de estabelecimento adotado foi idêntico ao empregado pelo IBGE (1975, XX), no censo agropecuário de 1970. Assim é que considerou-se como estabelecimento *"todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; criação de pequenos animais; sivicultura ou reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. As áreas confinantes, sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como um único estabelecimento. As áreas sob a mesma administração, quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário mas entregue administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se também na mesma condição, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis pela sua administração eram os próprios parceiros"*.

Os resultados obtidos, após a conclusão dos inquéritos, junto aos estabelecimentos considerados, foram objeto de tabulamento e análise, de cuja interpretação inserida no comportamento da realidade agrícola regional e nacional, resulta o presente trabalho.

2 - O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE CULTURAS

No estado do Paraná, mais especificamente na sua maior região produtora de café - o Norte do Estado, e nesta o Norte Novo - área core da cafeicultura paranaense, o processo da substituição da monocultura comercial do café por outras atividades produtivas efetuou-se, praticamente, em duas etapas distintas, mas intimamente relacionadas ao Plano Diretor do Programa de Racionalização da Cafeicultura, elaborado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA -, em 1961.¹

A primeira etapa do processo de substituição de culturas, que se desenvolveu, basicamente, entre os anos agrícolas de

(1) Entre o final da década de 50 e início da de 60, o Brasil conseguiu exportar apenas pouco mais de 50% de sua produção exportável de café, graças a excelente participação no mercado internacional do café africano, e à política de sustentação de preços empregada pelo governo que estimulou novos plantios e que resultou em altos níveis de produção. Em consequência dessa situação o Brasil possuía, em 1960, um estoque acumulado de pouco mais de 54 milhões de sacas. Sentindo a necessidade de adequar a produção de café à demanda do mercado, o governo brasileiro baseou sua política mediante a fixação dos seguintes programas específicos:

- Programa de erradicação de cafeeiros anti-econômicos;
- Fixação de preços internos capazes de afastar os cafeicultores marginais;
- Diversificação de culturas nas áreas liberadas pelo café.

Para a consecução dos programas elaborados criou-se em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. O Plano Diretor do GERCA, consubstanciado no Programa de Racionalização da Cafeicultura, previu a seguintes metas principais:

1962/63 a 1967/68, vincula-se mais estreitamente ao Programa de Racionalização da Cafeicultura, elaborado em 1961 pelo GERCA. Nesse período a área ocupada pela cafeicultura paranaense foi reduzida de 1.620.798 ha para 1.187.532 ha, isto é, uma redução de 433.266 ha ou 26,70% da área (Tabela I). Durante esta fase, a erradicação oficial de cafeeiros no Paraná, consubstanciada através dos dois programas de erradicação realizados respectivamente entre junho de 1962 a agosto de 1966 e de agosto de 1966 a maio de 1967, liberou uma área de 307.062 ha, ficando o restante 126.204 ha por conta da erradicação espontânea (PENTEADO - 1973, 6).

Ao mesmo tempo, quase que paralelamente aos programas de erradicação, isto é, mais exatamente entre 1961 e 1971, a área ocupada pela pecuária no Norte do Paraná aumentou de 541.687 ha para 1.427.884 ha, ou seja 886.197 ha ou 163,60% de área, em apenas 10 anos, assim distribuída:² para o Norte Velho o

(2) Tomou-se como base para referência sobre a área de expansão da pecuária no Norte do Paraná o período de 1961/71, abordado por Jurema Penteado, no seu trabalho de 1973 sobre a Erradicação de Cafeeiros e Mobilidade de Mão-de-Obra Agrícola no Paraná, porque não foi possível dispor de dados sobre a área ocupada pela pecuária paranaense, a nível de microrregiões, além do excelente nível técnico do trabalho.

-
- Erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros considerados anti-econômicos (com produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas por mil pés - média dos três anos antecedentes);
 - Renovação de 500 milhões de cafeeiros com bases racionais, que possibilitassem a produção de 6 milhões de sacas beneficiadas;
 - Diversificação de culturas nas áreas liberadas pela erradicação de café;
 - Investimentos na industrialização de produtos agropecuários, com vistas ao solucionamento do problema sócio-econômico resultante da liberação de mão-de-obra empregada na cafeicultura (PENTEADO - 1973, 4, 5).

T A B E L A I

VOLUÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ NO PARANÁ E BRASIL 59/60-76/77 - IBGE

SAFRAS	Área - ha			Produção - t.		
	Paraná	Brasil	%	Paraná	Brasil	%
59/60	1.335.601	4.419.537	30,20	1.948.637	4.169.586	46,73
60/61	1.411.227	4.383.820	32,20	2.083.722	4.457.408	46,74
61/62	1.620.798	4.462.657	36,30	2.555.155	4.380.607	58,32
62/63	1.600.674	4.286.129	37,30	1.256.526	3.301.054	38,06
63/64	1.220.736	3.696.281	33,00	877.611	2.084.027	42,11
64/65	1.286.479	3.511.079	36,60	1.756.471	4.588.095	38,28
65/66	1.311.033	3.057.470	42,90	1.185.799	2.405.737	49,29
66/67	1.179.547	2.791.650	42,20	1.510.240	3.014.991	50,09
67/68	1.187.532	2.569.217	46,22	1.004.000	2.115.404	47,46
68/69	1.150.403	2.537.477	45,33	1.492.000	2.567.014	58,12
69/70	1.048.400	2.378.662	44,07	196.000	1.509.520	12,98
70/71	1.030.081	2.365.155	43,55	1.536.000	3.102.924	49,50
71/72	991.652	2.189.883	45,28	1.168.000	3.095.000	37,73
72/73	839.578	2.065.228	40,65	477.000	1.725.000	27,60
73/74	933.677	2.169.141	43,04	1.248.000	3.220.000	38,75
74/75	942.589	2.250.636	41,88	1.226.471	2.526.328	48,55
75/76	749.709	2.387.633	31,40	461	1.009.979	0,46
76/77	698.241	2.398.479	29,11	205.901	974.259	21,13

T A B E L A II

VOLUÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO NO PARANÁ E BRASIL 59/60-76/77-IBGE

SAFRAS	Área - ha			Produção - t.		
	Paraná	Brasil	%	Paraná	Brasil	%
59/60	151.939	2.930.361	5,18	154.912	1.609.275	9,63
60/61	194.846	3.233.779	6,02	251.074	1.828.475	13,73
61/62	214.986	3.457.857	6,22	275.859	1.902.335	14,50
62/63	245.738	3.553.746	6,91	269.464	1.956.895	13,78
63/64	330.107	3.764.597	8,77	313.489	1.770.288	17,71
64/65	348.116	4.004.444	8,69	349.933	1.986.313	17,62
65/66	273.172	3.897.705	7,01	318.375	1.865.430	17,07
66/67	270.652	3.719.805	7,28	296.950	1.692.066	17,55
67/68	312.701	3.902.238	8,01	493.933	1.999.465	24,70
68/69	418.982	4.194.676	9,99	521.452	2.110.775	24,70
69/70	447.413	4.298.573	10,41	525.772	1.954.993	26,89
70/71	402.212	4.374.325	9,19	500.940	2.270.636	22,06
71/72	354.808	3.786.600	9,37	519.710	2.275.188	22,84
72/73	282.300	3.846.491	7,34	384.000	2.238.306	17,16
73/74	310.000	3.630.858	8,54	480.500	1.958.758	24,53
74/75	267.000	377.695	1.750.556	21,58
75/76	181.450	280.883	1.246.969	22,53
76/77	290.400	416.550

(...) - Dado não existente.

aumento foi de 164.063 ha para 214.264 ha, ou seja um aumento de 50.201 ha ou 30,60%; no Norte Novo o aumento foi de 236.451 ha para 457.756 ha, ou seja uma ampliação de 221.305 ha ou 95,59%; enquanto que no Norte Novíssimo o aumento foi de 141.173 ha para 755.764 ha, ou seja uma expansão de 614.691 ha ou 435,42% (Tabela V).³

Considerando-se que os dois programas oficiais de erradicação de cafeeiros - junho de 1962 a agosto de 1966 e de agosto de 1966 a maio de 1967 - ocorreram quase que simultaneamente ao período de aumento da área ocupada pela pecuária no Norte do Paraná, de 541.687 ha entre 1961/71; que a erradicação oficial de cafeeiros no Norte do Paraná ocorreria na prática somente a partir de 1963; que já a partir de 1968, embora de início lentamente e logo a seguir aceleradamente, como foi possível constatar empiricamente na região de Maringá, as lavouras de café e em seguida as de algodão, bem como outras atividades produtivas, passam a ser substituídas pela lavoura associada da soja e trigo, depreende-se que nesta primeira etapa, a substituição da monocultura comercial do café fez-se basicamente por pastagens, situação que passaria a modificar-se a partir de 1968.

A segunda etapa do processo de substituição de culturas, que interessa diretamente a este estudo, isto é, a substituição da monocultura comercial do café pela cultura associada da soja e trigo, teve seu início a partir de 1968, quando então, a área ocupada pela cultura do café e logo a seguir a do algodão no Estado do Paraná, foram progressivamente reduzidas, tanto na sua principal região produtora - o Norte do Estado -, como em geral no Estado (Tabela I e II). Essas culturas - pelo menos no Paraná, e especificamente com o café em sua Região Norte -, passam a ceder terreno a cultura associada

(3) A expansão da pecuária no Norte Novíssimo foi bastante expressiva, às expensas da cafeicultura, porque aí as terras não são tão propícias à cultura do café, como o são as terras roxas legítimas do Norte Novo.

T A B E L A III

ÁREA OCUPADA PELA PECUÁRIA PARANAENSE NAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO NORTE DO PARANÁ - 1961/71- PENTEADO:1973.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	1961 ha	1971 ha	DIFERENÇA ha	% (+ ou -)
N.Novo Londrina	154.916	263.693	108.777	+ 70,22
N.Novo Maringá	40.153	84.186	44.033	+ 109,66
N.Novo Apucarana	41.382	109.877	68.495	+ 165,52
SUB TOTAL N. NOVO	236.451	457.756	221.305	+ 93,59
N.Velho de W. Braz	34.344	66.416	32.072	+ 93,38
N.Velho de Jacarezinho	111.315	126.136	14.821	+ 13,31
Algodoeira de Assaí	18.404	21.712	3.308	+ 17,97
SUB TOTAL N. VELHO	164.063	214.264	50.201	+ 30,60
N.Nvmo. Umuarama	46.217	326.953	280.736	+ 607,43
N.Nvmo. Paranavaí	94.956	428.911	333.955	+ 351,69
SUB TOTAL N. NVMO.	141.173	755.864	614.691	+ 435,42
TOTAL NORTE PARANÁ	541.687	1.427.884	886.197	+ 163,60

da soja e trigo, como constatou-se empiricamente na região de Maringá, muito embora, a soja já fosse cultivada no Norte do Paraná em reduzida escala, como cultura de subsistência intercalada a algumas lavouras de café.

A cultura do café que em 1968 ocupava uma área de 1.187.532 ha no Estado do Paraná, teve-a reduzida para 698.241 ha em 1977, isto é, 41,20% de área em apenas 10 anos. Já a cultura do algodão começa a decair a partir de 1970, quando atingiu a área de 447.413 ha, para em 1977 estar reduzida a 290.400 ha, ou seja menos de 35,09% de área em apenas 7 anos.

Simultaneamente, a cultura da soja e do trigo, que em 1968 ocupavam no Estado, respectivamente 119.853 ha e 124.332 ha, passam a ocupar em 1977, 2.200.000 ha e 1.400.000 ha. Esta ampliação equivaleu, em 10 anos, a um aumento em área de 1.735,58% para a soja e 1.026,02% para o trigo (Tabelas III e IV).

O café, como cultura comercial, pelo menos até 1970, ocupou papel preponderante na agricultura do Paraná. Em 1960, ocupava 42,74% da área cultivada do Estado, em 1965 - 29,30%, em 1970 - 18,77%, quando então, no Norte do Estado, a cultura associada da soja e do trigo passa a ampliar sua área de cultivo às expensas, principalmente, de áreas anteriormente ocupadas por lavouras de café, assim como, em segundo plano, mas em menor escala, de áreas ocupadas por outras atividades produtivas (Tabela VI).⁴ Dentre estas destacam-se as áreas ocupadas por pastagens e lavouras brancas, além de áreas vazias e das áreas de pastagens que normalmente ocupam as baixadas na maioria dos estabelecimentos cafeicultores da região.

(4) A falta de uniformidade entre os anos de referência das diversas tabelas, para melhor comparação dos dados, deve-se ao fato de não se dispor de dados completos ao nível da maioria das microrregiões Norte Paranaenses, o que não acontece a nível do estado e do país. Por esta razão é que as comparações ao nível de região e microrregião são feitas somente para alguns anos, a partir de 1970.

T A B E L A IV

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA NO PARANÁ E BRASIL 59/60-76/77- IBGE

SAFRAS	Área - ha			Produção - t.		
	Paraná	Brasil	%	Paraná	Brasil	%
59/60	5.059	171.440	3,00	7.364	205.744	3,60
60/61	6.400	240.919	2,70	8.963	271.488	3,30
61/62	10.531	313.640	3,40	13.934	345.175	4,00
62/63	13.305	339.796	3,90	17.937	322.915	5,50
63/64	16.934	359.622	4,70	18.531	304.897	6,10
64/65	34.545	431.934	8,00	44.111	523.176	8,40
65/66	54.309	490.687	11,10	82.959	594.975	13,90
66/67	82.942	612.115	13,50	113.292	715.606	15,80
67/68	119.853	721.913	16,60	163.200	654.476	24,90
68/69	172.401	906.073	19,00	213.584	1.056.607	20,20
69/70	304.211	1.318.809	23,10	368.006	1.508.540	24,40
70/71	357.701	1.716.420	21,00	461.746	2.077.291	22,20
71/72	452.692	2.374.700	19,06	688.158	3.453.984	19,92
72/73	790.000	3.561.025	22,18	1.461.500	5.135.238	28,46
73/74	1.340.000	5.143.116	26,05	2.588.880	7.876.209	32,87
74/75	1.631.897	5.823.735	28,02	3.624.946	9.892.299	36,64
75/76	1.950.000	*6.697.395	29,11	4.500.000	11.226.545	40,10
76/77	2.200.000	*7.702.004	28,56	4.700.000	12.500.000	37,60

(*) - Estimativa EAGRI.

T A B E L A V

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO NO PARANÁ E BRASIL 59/60-76/77-IBGE

SAFRAS	Área - ha			Produção - t.		
	Paraná	Brasil	%	Paraná	Brasil	%
59/60	82.495	1.141.015	7,20	67.310	713.124	9,40
60/61	79.724	1.022.234	7,80	60.841	544.858	11,20
61/62	85.000	743.458	11,40	70.934	705.619	10,00
62/63	83.994	793.494	10,60	55.564	392.363	14,20
63/64	83.425	733.597	11,40	63.318	643.004	9,80
64/65	90.545	766.640	11,80	73.127	585.384	12,50
65/66	85.717	716.981	12,00	77.997	614.657	12,70
66/67	89.217	830.869	10,70	75.201	629.301	12,00
67/68	124.332	970.128	12,80	114.392	856.170	13,40
68/69	231.675	1.407.115	16,50	220.559	1.373.691	16,10
69/70	287.598	1.895.249	15,20	283.308	1.844.263	15,40
70/71	342.442	2.268.926	15,10	334.857	2.011.334	16,60
71/72	397.332	256.567	837.717	30,63
72/73	340.000	1.810.650	18,78	374.000	2.011.050	18,60
73/74	660.000	2.466.950	26,75	914.760	2.875.430	31,81
74/75	800.000	2.931.208	27,29	443.600	1.787.850	24,81
75/76	1.248.000	3.547.523	35,18	1.160.640	3.225.830	35,98
76/77	1.400.000	*4.079.651	34,32	1.300.000	*2.903.247	44,78

(*) - Estimativa EAGRI. (...) - Dado não existente.

TABELA VI

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PARANAENSES E SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE
O TOTAL DO ESTADO 1.960 - 1.965 - 1.970 - 1.975 - 1.977 - I.B.G.E.

PRODUTOS	1960		1965		1970		1975		1977	
	h	%	h	%	h	%	h	%	h	%
Soja	5.059	0,16	34.545	0,79	304.211	5,44	1.631.987	21,88	2.200.000	26,00
Trigo	82.495	2,64	90.545	2,06	287.598	5,15	800.000	10,73	1.400.000	16,55
Café	1.335.601	42,74	1.286.479	29,30	1.048.400	18,77	942.589	12,64	698.241	8,25
Algodão	151.939	4,86	348.116	7,93	447.413	8,01	267.000	3,58	290.400	3,43
Milho	843.932	27,01	1.318.750	30,03	1.883.309	33,71	1.923.000	25,78	2.131.000	25,18
Outros	705.867	22,59	1.312.748	29,89	1.615.691	28,92	1.893.874	25,39	1.741.768	20,59
TOTAL	3.124.893	100,00	4.391.183	100,00	5.586.622	100,00	7.458.360	100,00	8.461.409	100,00

O Norte do Paraná por ser a principal região produtora de café e algodão no Estado, os efeitos quantitativos e qualitativos da mudança de técnicas, desencadeadas pela substituição de culturas, foram significativos. Assim é que, o café e o algodão que em 1970 ocupavam, respectivamente, 900.704 ha e 275.696 ha, em 1975 passaram para 807.463 ha e 188.373 ha. Esta redução equivaleu, em apenas 5 anos, a 93.241 ha ou 10,35% de área para o café, e a 87.323 ha ou 15,17% para o algodão. Ao mesmo tempo a cultura da soja e do trigo que em 1970 ocupavam 122.394 ha e 52.483 ha, passam em 1975 a ocupar 413.410 ha e 221.140 ha cada uma. Desse modo, a cultura da soja e do trigo tiveram no mesmo período uma ampliação de 291.016 ha ou 237,77% para a soja e 168.657 ha ou 76,27% para o trigo (Tabelas VII e VIII).

No Norte Novo do Paraná, a cultura do café e do algodão que ocupavam em 1970, 409.380 ha e 73.408 ha respectivamente, ficam reduzidas até 1975 para 372.856 ha e 37.835 ha cada uma. Significando em 5 anos uma redução de 36.124 ha ou 8,82% para o café e de 35.573 ha ou 48,46% para o algodão. Por sua vez, a cultura da soja sofre uma ampliação de 65.902 ha em 1970 para 250.129 ha em 1975, equivalente a 184.227 ha ou 279,55%, enquanto que o trigo, no mesmo período, passa de 25.127 ha para 132.910 ha, o que equivale a 107.783 ha ou 428,95% de ampliação (Tabela IX).

Ao seu tempo, na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá, a cultura da soja e do trigo passam por significativas expansões, especialmente em detrimento da cultura do café e da do algodão em segundo plano, que jamais atingiu a mesma importância alcançada na maioria das demais regiões homogêneas do Norte do Estado, além de outras atividades produtivas (Tabela VII). Em 1970, a cultura do café ocupava 101.710 ha e a do algodão 13.989 ha. Em 1975, isto é, 5 anos após, o café ocupava 80.724 ha e o algodão 3.565 ha, o que equivale dizer que o primeiro teve uma redução de 20.986 ha ou 20,63%, e o segundo de 10.424 ha ou 74,52%. Ao mesmo tempo, a cultura da soja foi ampliada de 49.095 ha para 141.994 ha e a do trigo de 8.458 ha para 71.900 ha, o que corresponde a uma ampliação de 92.899 ha ou 189,26% para a soja e 63.442 ha ou 750,08% para o trigo (Tabela X e XI).

TABELA VII

Área das principais culturas comerciais Paranaenses nas microrregiões homogêneas do Norte Novo do Paraná – 1960 – 1970 – 1975. I.B.G.E.

Microrregiões homogêneas	Algodão			Café			Soja			Trigo		
	1.960	1.970	1.975	1.960	1.970	1.975	1.960	1.970	1.975	1.960	1.970	1.975
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
N. Novo de Londrina 281	20.875	53.037	24.600	354.136	213.564	210.143	15	10.960	68.785	123	11.316	43.899
N. Novo de Maringá 282	1.868	13.989	3.565	164.394	101.710	80.724	28	49.095	141.994	625	8.458	71.900
N. Novo de Apucarana 284	16	6.382	9.670	109.901	94.106	81.989	...	5.847	39.350	98	5.353	17.111
Sub Total Norte Novo	22.759	73.408	37.835	628.431	409.380	372.856	43	65.902	250.129	846	25.127	132.910
N. Velho de W. Braz 278	119	31	296	29.520	25.593	24.372	...	13	4.234	42	12	3.728
N. Velho de Jacarezinho 279	14.310	33.583	26.382	189.367	79.958	88.489	01	10.417	68.420	38	16.717	42.823
Algodoeira de Assaí 280	32.832	37.820	37.250	40.997	13.751	13.257	12	2.198	21.000	08	6.170	26.698
N. Nvmo. de Umuarama 285	27.018	92.414	69.590	101.656	216.193	150.570	26	39.353	56.107	25	3.640	12.782
N. Nvmo. de Paranavaí 283	23.220	36.440	22.020	221.160	155.829	157.919	06	3.791	13.520	10	817	2.199
Total do Norte do Paraná	120.258	275.696	188.373	1.211.131	900.704	807.463	88	122.394	413.410	696	52.483	221.140

(..) – A área das culturas de café em 1.970, foi obtida dividindo-se o efetivo das plantações, pelo número médio de cafeeiros por hectare ou seja 869, segundo o IBC.

(...) – Não houve produção.

TABELA VIII

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS NA REGIÃO NORTE
DO PARANÁ E NO ESTADO - 1.960 - 1.970 - 1.975 - I.B.G.E.

ANOS	ALGODÃO			CAFÉ			SOJA			TRIGO		
	Norte	Paraná	%	Norte	Paraná	%	Norte	Paraná	%	Norte	Paraná	%
	ha	ha	%	ha	ha	%	ha	ha	%	ha	ha	%
1.960	120.258	151.939	79,15	1.211.131	1.335.601	90,68	88	5.059	1,74	969	82.495	1,17
1.970	275.696	447.413	61,62	900.704	1.048.400	85,91	122.394	304.211	40,23	52.483	287.598	18,25
1.975	188.373	267.000	70,55	807.463	942.589	85,66	413.410	1.631.897	25,33	221.140	800.000	27,64

TABELA IX

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS PARANAENSES NA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA DO
NORTE NOVO DE MARINGÁ E NO NORTE NOVO DO PARANÁ EM 1.960 - 1.970 - 1.975 - I.B.G.E.

ANOS	ALGODÃO - ha			CAFÉ - ha			SOJA - ha			TRIGO - ha		
	Micro-região	Norte Novo	%	Micro-região	Norte Novo	%	Micro-região	Norte Novo	%	Micro-região	Norte Novo	%
1.960	1.868	22.759	8,21	164.394	628.431	26,16	28	43	65,12	625	846	73,88
1.970	13.989	73.408	19,06	101.710	409.380	24,84	49.095	65.902	74,50	8.458	25.127	33,66
1.975	3.565	37.835	9,42	80.724	372.856	21,65	141.994	250.129	56,77	71.900	132.910	54,10

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS PARANAENSES NA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA DO NORTE NOVO DE MARINGÁ E NO PARANÁ EM 1.960,1.970,1.972,1.974,1.975,1.976-IBGE/IPARDES

ANOS	ALGODÃO - ha			CAFÉ - ha			SOJA - ha			TRIGO - ha		
	Micro-região	Paraná	%	Micro-região	Paraná	%	Micro-região	Paraná	%	Micro-região	Paraná	%
1.960	1.868	151.939	1,23	164.394	1.335.601	12,31	28	5.059	0,55	625	82.495	0,76
1.970	13.989	447.413	3,13	101.710	1.048.400	9,70	49.095	304.211	16,14	8.458	287.598	3,04
1.972	9.044	354.868	2,54	116.408	991.652	11,74	40.150	452.692	8,87	11.230	397.332	2,83
1.974	4.570	310.000	1,47	79.360	933.677	8,50	60.080	1.340.000	4,48	27.705	660.000	4,20
1.975	3.565	267.000	1,33	80.724	942.589	8,56	141.994	1.631.897	8,70	71.900	800.000	8,99
1.976	2.630	181.450	1,45	46.398	749.709	6,19	149.468	1.950.000	7,66	111.975	1.248.000	8,97

T A B E L A XI

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS PARANAENSES NA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA DO NORTE NOVO DE MARINGÁ EM 1.960,1.970,1.972,1.974,1.976, I.B.G.E.

CULTURAS	1.960		1.970		1.972		1.974		1.976	
	Área ha	Prod. t.	Área ha	Prod. t.	Área ha	Prod. t.	Área ha	Prod. t.	Área ha	Prod. t.
Algodão	1.868	930	13.989	14.997	9.044	13.231	4.570	6.369	2.630	4.095
Café	164.394	212.857	101.710	920	116.408	159.932	79.360	117.243	46.398	0
Soja	28	294	49.095	63.627	40.150	58.696	60.080	131.220	149.468	296.194
Trigo	625	982	8.458	6.892	11.230	9.273	27.705	40.610	111.975	77.795

De outro modo, comparando-se a área ocupada por essas mesmas culturas em 1975 e 1976, evidencia-se uma aceleração na substituição de culturas, em consequência dos elevados danos causados pela geada de intensidade fora do comum que se abateu sobre a região, em julho de 1975. Assim é que, em 1975 o café ocupava uma área de 80.724 ha, o algodão 3.565 ha, a soja 141.994 ha e o trigo 71.900 ha, enquanto que já em 1976 a área ocupada por esses mesmos cultivos na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá era de 46.398 ha para o café, 2.630 ha para o algodão, 149.468 ha para a soja e 111.975 ha para o trigo, equivalendo a uma redução de 34.326 ha ou 42,52% para o café, de 935 ha ou 26,23% para o algodão, e ao contrário, uma ampliação de 7.474 ha ou 5,26% para a soja e de 40.035 ha ou 55,68% para o trigo em apenas um ano (Tabela X).⁵

Através da análise dos dados acima expostos, depreende-se que a substituição de parte considerável das lavouras de café pela cultura associada da soja e trigo não atingiu grande amplitude logo em seguida à geada de julho de 1975, ou seja de imediato já para a próxima safra de soja que deveria ser plantada entre outubro e novembro do mesmo ano. Isto ocorreu porque muitos produtores de café receparam suas lavouras e aguardaram sua possível recuperação, além de aguardarem também uma tomada de posição por parte das autoridades encarregadas da cafeicultura no Brasil, sobre as consequências da geada no parque cafeeiro paranaense. Entretanto, já para a próxima safra de trigo que seria semeada entre abril e maio do ano seguinte, a substituição das lavouras de café atingiu maior área, porque então os cafeicultores já tinham tido tempo para verem

(5) Os dados sobre a área ocupada pela cafeicultura em 1976, no município de Maringá e na sua microrregião homogênea, foram obtidos na Agência do IBC de Maringá, graças aos cálculos efetuados pelo Dr. Antonio Yukio Sugeta, agrônomo dessa instituição.

desvanecer suas esperanças de recuperação da maioria das lavouras de café da região, bem como, já estavam de posse das novas diretrizes do governo para a cafeicultura no Norte do Paraná, limitando o financiamento de novas lavouras, a não ser, para áreas especiais ecologicamente favoráveis a essa cultura.

A área ocupada pela cultura do algodão na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá, que em 1970 representava 3,13% do total do Estado, passa para 1,45% em 1976, e ao mesmo tempo, a do café passa de 9,70% para 6,19%. Desse modo, evidencia-se uma redução em área tanto no Estado como na microrregião homogênea de Maringá, mais acentuada nesta com o café, principalmente devido os danos causados pela geada de grande intensidade que ocorreu em julho de 1975. Com efeito, entre 1970 e 1976 a redução em nível estadual da cultura do algodão foi de 265.963 ha, enquanto na microrregião de Maringá foi de 11.359 ha, ao passo que a área da cultura do café reduziu-se, no Estado, em 298.691 ha, e na microrregião em 55.312 ha. Por outro lado, ao mesmo tempo, a área ocupada pela cultura da soja e do trigo passa de 304.211 ha - 16,14% , e 287.598 ha - 3,04%, cada uma, em nível estadual, para 1.950.000 ha - 7,66% e 1.248.000 ha - 8,97% respectivamente - embora tenha ocorrido na microrregião de Maringá, um aumento em área superior a 100.000 ha para ambas -, porque enquanto a taxa de expansão nessa microrregião, entre 1970 e 1976 foi de 204,45% para a primeira e de 223,89% para a segunda, no Estado foi respectivamente de 541,00% e 333,94% graças à expansão dessas culturas, notadamente ao oeste e sudoeste do Estado (Tabela X).

Conseqüentemente, os percentuais de participação da microrregião de Maringá sobre os totais das principais culturas comerciais do Norte do Estado sofreriam significativas alterações. No período de 1970 a 1975, os percentuais da cultura do algodão passam de 5,07% a 1,89% e do café de 11,29% a 9,98%, revelando uma redução simultânea em ambas as áreas, mais expressiva com o café na microrregião de Maringá, porquanto a redução só nela foi de 20.986 ha ou 20,63%, enquanto que no Norte do Estado foi de 93.241 ha ou seja 10,35%. No mesmo período o percentual de

participação da cultura da soja passa de 40,11% para 41,34% exprimindo uma expansão proporcional nas duas áreas, enquanto que a do trigo passa de 16,11% a 32,51%, dando mostras a uma expansão mais significativa na microrregião, porquanto nesta o crescimento foi da ordem de 63.442 ha ou seja 750,08%, e na outra de 168.657 ha ou seja 321,35% (Tabela XII).⁶

Por sua vez, no município de Maringá, inserido num contexto mais amplo da própria economia mundial, objeto deste estudo, a cultura do algodão jamais atingiu em área a importância das demais culturas comerciais - como também na sua microrregião homogênea -, sofreu uma redução de 790 ha para 100 ha entre 1970 e 1976, isto é, de 690 ha ou 87,34%, atestando sua pouca expressividade como cultura comercial na área. Já, a cultura do café passa de 12.610 ha para 4.900 ha, ou seja, tem uma redução de 7.710 ha ou seja 61,14% para o mesmo período. No entanto, essa cultura teve um aumento em área nos anos de 1972 e 1973, graças aos incentivos governamentais a fim de amenizar os efeitos das geadas de 1969 e 1972 sobre a produção brasileira de café. Entretanto, de 1975 para 1976 assiste-se a uma redução expressiva de 4.546 ha ou seja 48,13%, como consequência imediata dos efeitos da violenta geada de 1975. Ao mesmo tempo, a cultura da soja apresenta uma expansão de 4.671 ha em 1970 para 10.014 ha em 1976 ou seja de 5.343 ha ou 114,42%, e a do trigo de 473 ha para 9.000 ha, isto é de 8.527 ha ou seja 1.802,75%, notadamente a partir de 1974 (Tabela XIII).

A disparidade que ocorre na Tabela XIII em termos de área ocupada pelas principais culturas comerciais, café, algodão e soja - exclui-se a área ocupada pelo trigo porque sua cultura é feita em rotação com a soja -, no município de Maringá, entre 1960, 1970 e 1976, explica-se por dois motivos principais.

(6) Não foi possível dispor dos dados do ano de 1976 sobre a maioria das microrregiões homogêneas do Norte do Paraná.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS PARANAENSES NA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA DO NORTE NOVO DE MARINGÁ E NO NORTE DO PARANÁ EM 1.960 - 1.970 - 1.975 - I.B.G.E.

ANOS	ALGODÃO - ha			CAFÉ - ha			SOJA - ha			TRIGO - ha		
	Micro-região	Norte Paraná	%	Micro-região	Norte Paraná	%	Micro-região	Norte Paraná	%	Micro-região	Norte Paraná	%
1.960	1.868	120.258	1,55	164.394	1.211.131	13,57	28	88	31,82	625	969	64,50
1.970	13.989	275.696	5,07	101.710	900.704	11,29	49.095	122.394	40,11	8.458	52.483	16,11
1.975	3.565	188.373	1,89	80.724	807.463	9,98	141.994	413.410	41,34	71.900	221.140	32,51

T A B E L A XIII

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS COMERCIAIS PARANAENSES EM MARINGÁ E NA SUA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA EM 1.960, 1.970, 1.972, 1.973, 1.974, 1.975, 1.976, DERAL=I.B.C.=IBGE.-

ANOS	ALGODÃO - ha			CAFÉ - ha			SOJA - ha			TRIGO - ha		
	Maringá	Micro-região	%	Maringá	Micro-região	%	Maringá	Micro-região	%	Maringá	Micro-região	%
1.960	197	1.868	10,55	56.254	164.394	34,22	26	28	92,86	296	625	47,36
1.970	790	13.989	5,67	12.610	101.710	12,38	4.671	49.095	9,51	473	8.458	5,59
1.972	550	9.044	6,08	16.553	116.408	14,22	4.500	40.150	11,21	400	11.230	3,56
1.973	0	8.630	0	13.835	106.450	13,00	6.800	50.600	13,43	900	11.775	7,64
1.974	100	4.570	2,19	9.912	79.360	12,49	7.000	60.080	11,65	3.000	27.705	10,83
1.975	400	3.565	11,22	9.446	80.724	11,70	9.000	141.994	6,34	8.500	71.900	11,82
1.976	100	2.630	3,80	4.900	46.398	10,56	10.014	149.468	6,70	9.000	111.975	8,04

A área do município de Maringá, no início de 1960, era de 107.363 ha. No entanto, a partir de 25 de julho desse ano, passou a ser de 47.306 ha, face à criação dos municípios de Ivatuba, Floresta e Paiçandu.

Primeiro, que em 1960 o município de Maringá contava com uma área de cerca de 107.363 ha, da qual foram desmembrados, no início dessa década 60.057 ha, para formar os municípios de Floresta, Ivatuba e Paiçandu. Por conseguinte, o município de Maringá passou a ter uma área total de 47.306 ha, sendo que atualmente 44.670 ha correspondem a sua zona rural e 2.636 ha correspondem a zona urbana de sua sede municipal e da sede de seus distritos de Floriano e Iguatemi.

Segundo, que a diferença em 1970 de 26.599 ha e em 1976 de 29.656 ha, entre a área ocupada pelas principais culturas comerciais - algodão, café e soja, 18.071 ha em 1970, 15.014 ha em 1976 -, e a área da zona rural do município - 44.670 ha, refere-se às áreas ocupadas por outras atividades produtivas. Dentre estas, destacam-se as pastagens - ampliadas sobremaneira na década de sessenta, graças a erradicação de cafeeiros anti-econômicos -, as lavouras brancas, as atividades hortifrutigranjeiras, assim como, das matas e das terras não aproveitáveis pelas atividades agrícolas.⁷

Ao mesmo tempo, através da análise da tabela XIII verifica-se, para o município de Maringá, uma contradição com relação a área total cultivada das três principais culturas comerciais: algodão, café e soja, que ao invés de crescer, decaiu, já que em 1970 somadas ocupavam 18.071 ha e em 1976 15.014 ha. Pois, como anteriormente se afirmou, quando da substituição da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, estas passaram a

(7) Não foi possível dispor de dados sobre essa atividades produtivas, em termos de área ocupada, a nível do município e da microrregião, a não ser a nível de estabelecimento, através da amostragem, como será visto no Capítulo 3.1.3. No entanto, o censo de 1970 acusa o seguinte para o município de Maringá: 19.537 ha de lavouras permanentes; 8.053 ha para lavouras temporárias; 11.643 ha de pastagens; 1.558 ha de matas e florestas, e finalmente, 1.030 ha de terras em descanso e terras produtivas não utilizadas (IBGE - 1975).

ocupar não apenas a área do café, mas também a área das "lavouras brancas" e das pastagens existentes nas propriedades, de modo que deveria apresentar um crescimento da área total cultivada.

Esta contradição explica-se, em parte, pelo fato da ocorrência das geadas, pois os produtores não promovem a substituição das culturas de imediato, comumente, aguardam a divulgação das diretrizes da política econômica para o setor, como foi o exemplo logo após a geada de 1975. Também é o caso de destacar que, em 1976, para o Município de Maringá havia uma área cultivada de trigo (9.000 ha), quase tão grande quanto a de soja (10.014 ha), revelando apenas parte da área liberada pela cafeicultura, evidenciando que nesse ano não houve tempo para os agricultores plantarem a soja, mas deu tempo para plantarem o trigo. Por fim, também, não se deve esquecer da própria expansão natural da área urbana da cidade nesta década, fato que seguramente se fez às expensas de terras anteriormente ocupadas pela agricultura, subtraindo dessas uma apreciável área cultivada.

No entanto, os dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, através da recentíssima publicação do Anuário Estatístico do Paraná - 1968, acusam, em 1977, uma área total cultivada por algodão, café e soja de 30.167 ha no Município de Maringá, deixando claro que, na realidade houve um crescimento da área total cultivada com esses produtos de 12.096 ha, se comparada com os 18.071 ha de 1970.

Por outro lado, a diferença que ocorre entre a área cultivada por soja e por trigo, tanto no município de Maringá como na sua microrregião homogênea, e que pode ser observado na Tabela XIII, encontra sua explicação em dois fatores principais, que para isso concorrem.

Primeiro, porque no Norte do Paraná, o espaço de tempo entre o término da colheita da soja e o plantio do trigo é muito curto, face as características habituais do seu clima regional, dificultando bastante o plantio desse último em toda a área colhida de soja, muito embora, alguns produtores já adotem a técnica de plantio direto das sementes

de trigo ao mesmo tempo em que colhem a soja. A isso deve-se acrescentar o fato de que nem todos os agricultores dispõem de maquinário próprio e em número suficiente para dar conta das atividades decorrentes da rotação entre a soja e o trigo, ficando na dependência do aluguel de máquinas de terceiros, além dos atrasos provocados pelas adversidades climáticas que por vezes se manifestam, prejudicando o bom andamento das tarefas agrícolas.

Segundo, porque a maioria dos agricultores têm receio de cultivar toda a área disponível com trigo, face a pouca lucratividade, inclusive prejuízos, provocados pelos fenômenos atmosféricos como as geadas e secas que vem ocorrendo no Norte do Paraná, de sorte, que não se encontrou ainda uma variedade de trigo adequada às características ecológicas da região.

Assim sendo, um considerável número de agricultores que se dedicam a cultura associada da soja e trigo, não semeiam este último em toda a área colhida da primeira, assim como, um número pouco expressivo prefere deixar a terra em repouso durante o inverno, já que regionalmente a rotação da soja se faz basicamente com o trigo. Contudo, deve-se considerar, que ao nível de cada unidade produtiva essa peculiaridade não é uma constante, porque sem dúvida, o preço mínimo de garantia pelo governo para o trigo, fixada anualmente, influi muito na decisão do produtor quanto a cultivar ou não esse cereal.

O predomínio da monocultura comercial do café sobre as demais culturas comerciais, foi evidente, no Norte Novo do Paraná, assim como, em Maringá e sua microrregião homogênea, pelo menos até 1970. Dois anos antes, as culturas da soja e do trigo já haviam lentamente começado a ganhar terreno às expensas, da cafeicultura, e em segundo plano de outras atividades produtivas.

No Norte Paranaense, a área das culturas comerciais do algodão e da soja somadas, atinge em 1960 22.802 ha, representando, tão somente, 3,63% da área ocupada pela cultura do café. Já em 1970 somam 139.310 ha, representando 34,03% da área do café, que era de 409.380 ha evidenciando uma significativa diminuição da área ocupada pela monocultura

comercial do café. Finalmente, em 1975 atingem 287.974 ha, representando 77,23% da área de 372.856 ha de lavouras de café, caracterizando o fim do domínio dessa monocultura, em benefício principalmente da expansão das culturas associadas da soja e trigo, além da expansão das pastagens, em especial na década de 60, que já em 1971 ocupavam 457.756 ha ou seja o equivalente a 118,82% da área ocupada pela cafeicultura (Tabela XIV e III).⁸

Por sua vez, na microrregião homogênea do Norte Novo de Maringá, o conjunto dessas culturas comerciais - algodão e soja -, somam em 1960, 1.896 ha representando 1,15% da área ocupada pelas lavouras de café, já em 1970 somam 63.084 ha ou 62,02%, e por último, em 1976 somam 152.098 ha ou 327,81%, revelando um rápido declínio da monocultura comercial do café, a partir de 1970, acelerado após a última geada de grande intensidade ocorrida em julho de 1975, em oposição a uma rápida expansão da cultura associada da soja e trigo, assim como, das pastagens na década anterior, que por volta de 1971 ocupavam 84.186 ha, equivalente a 82,77% da área ocupada pela cafeicultura nesse ano (Tabelas XIV e III).

Ao mesmo tempo, no município de Maringá o comportamento dessas culturas foi semelhante. Assim é, que em 1960 o algodão e a soja somados ocupavam uma área de apenas 223 ha ou seja 0,91% da área ocupada pela lavoura de café, em 1970 5.461 ha ou 43,31%, em 1975 9.400 ha ou 99,51%, e finalmente em 1976, 10.114 ha ou 206,41% (Tabela XIV), deixando claro a expressividade da substituição da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo no Município, se bem que anteriormente, isto é, na década de 60, a substi-

(8) No Norte do Paraná, as pastagens sempre se destacaram pela área que ocupam, pois que na maioria dos casos eram associadas às lavouras de café, ocupando as baixadas, que são impróprias à cafeicultura, representando em média entre um quarto e um oitavo da área do estabelecimento cafeicultor.

TABELA XIV

PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DAS ÁREAS DAS CULTURAS COMERCIAIS DO ALGODÃO E SOJA SOBRE A ÁREA DA MONOCULTURA COMERCIAL DO CAFÉ, NO NORTE NOVO PARANAENSE, NA MICRO-REGIÃO HOMOGÊNEA DE MARINGÁ E NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ EM 1.960 - 1.970 - 1.975 e 1.976.

ANOS	NORTE NOVO PARANAENSE			MICRO-REGIÃO DE MARINGÁ			MUNICÍPIO DE MARINGÁ		
	Culturas Comerc.	Cultura do Café	%	Culturas Comerc.	Cultura do Café	%	Culturas Comerc.	Cultura do Café	%
1960	22.802	628.431	3,63	1.896	164.394	1,15	223	56.254	0,91
1970	139.310	409.380	34,03	63.084	101.710	62,02	5.461	12.610	43,31
1975	287.964	372.856	77,23	145.559	80.724	180,32	9.400	9.446	99,51
1976	152.098	46.398	327,81	10.114	4.900	206,41

(...) - Dado não existente. Área expressa em ha. FONTE: IBGE - DERAL - IBC.

tuição se fizesse por pastagens, as quais em 1970 ocupavam 11.643 ha ou seja 92,33% da área ocupada pelo café, revelando um equilíbrio em área entre essas atividades produtivas - cafeicultura e pecuária (IBGE - 1975).

Em suma, tanto no Norte Novo do Paraná, bem como, em menor escala, na microrregião homogênea de Maringá, e consequentemente no município de Maringá, foi patente a supremacia da monocultura comercial do café sobre as outras culturas comerciais, pelo menos, até o final da década de sessenta. como também o seu rápido declínio - modestamente iniciado a partir de 1968, às expensas de sua acelerada substituição pela cultura associada da soja e trigo a partir de 1970, dinamizada logo em seguida à geada de 1975 (Tabela XIV), se bem que, entre 1963 e 1968 já houvesse a cafeicultura recuado bastante, em favor de sua substituição por pastagens, como demonstrou-se no início deste capítulo.

* * *

Quando da ocupação da área, a expansão cafeeira paulista encontrou no Norte do Paraná "a maior área conhecida de terra roxa com condições de clima apropriados para a lavoura do café, exceto pela ocorrência eventual de geadas" (PAIVA et alii, 1976 - 319). Da margem ocidental do rio Tibagi até a região de Maringá - área core da cafeicultura paranaense -, a topografia apresenta-se suave com grandes extensões quase planas, exceção à zona de Apucarana, onde a forte erosão regressiva das cabeceiras entalhou profundamente o espigão divisor de águas entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí, ocasionando o estrangulamento da superfície aplainada (MÜLLER, 1956 - 67).

O clima predominante é o tropical de altitude, Cfa e periodicamente Cwa - segundo o sistema de W. Koeppen adaptado por Maack -, com alguns anos periodicamente seco no inverno, raras geadas noturnas, 2 a 3 em 10 anos (MAACK, 1968 - 191).

Essas condições mesológicas facilitaram, sobremaneira, a rápida ocupação da região pelo extravasamento da cafeicultura

paulista. Impressa na paisagem pelo domínio da monocultura comercial do café, sobre as demais culturas comerciais, até a sua substituição pela cultura associada da soja e trigo, manifestando-se cada vez mais, notadamente nos primeiros anos da década de setenta.

De um modo geral, em economia de mercado, quando ocorre um processo de substituição de culturas, é a consideração dos preços de vendas dos diversos produtos que torna-se o principal motor das transformações dos sistemas de culturas (GEORGE, 1956 - 77). No entanto, no caso da cafeicultura brasileira, e especialmente no Norte do Paraná, tanto os fatores espaciais, como também, os fatores circunstanciais e locais, tiveram grande significação na substituição das lavouras de café e de outras atividades produtivas, quer seja na primeira etapa pelas pastagens, quer seja na segunda etapa pela cultura associada da soja e trigo.

No caso da cafeicultura brasileira, a expansão e retração da área de cultivo, além de fatores conjunturais, circunstanciais e locais, tem sido, paralelamente ao desenvolvimento do mercado, sobretudo, resultado da intensa intervenção do Estado, que praticamente desde o alvorecer deste século, vem intervindo na economia cafeeira.

Esta intervenção permanente do Estado, desde o início do século atual, justifica-se por diversos motivos, estreitamente vinculados entre si. O café sempre ocupou posição de elevado destaque na pauta de nossas exportações, desde o final do império, como também, constituiu-se no produto que maior arrecadação de divisas tem proporcionado à nação, se comparado com os demais produtos da linha de exportação brasileira. Fato que contribui para a intervenção do governo na cafeicultura em defesa de seus interesses. Intervindo na cafeicultura para a sua defesa, o governo além de defender seus interesses, defendia também os interesses dos cafeicultores (DELFIN NETTO - 1959, 124). Estes durante muito tempo exerceram influência na política econômica da nação, pois que sem sombra de dúvidas, a cafeicultura até o final dos anos 50 foi nossa principal atividade econômica. De outra forma, durante os anos 60, década em que a produção econômica brasileira tende a diversificar-se, o governo

brasileiro orienta sua intervenção na cafeicultura a fim de adequá-la às condições de demanda do mercado mundial, de modo, se não de evitar, pelo menos, minimizar as dificuldades criadas pelas seguidas crises que se abatem sobre ela, fazendo com que seguidamente ele tenha que intervir em ajuda aos produtores de café, ao mesmo tempo em que procura manter um nível mínimo de arrecadação de divisas necessárias para garantir o desenvolvimento industrial brasileiro, criando para tanto, já em 1961, o GERCA, que passaria a orientar a racionalização do setor cafeeiro.

A expansão máxima da cafeicultura paranaense foi alcançada por ocasião da safra de 1961/62, atingindo a área de 1.620.798 ha, proporcionando, no mesmo ano, uma produção de 2.555.155 t., equivalente a 58,32% da produção brasileira (Tabela I).

A situação favorável à expansão da cafeicultura paranaense configurou-se durante os anos que se seguiram logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Esta situação foi o resultado da manifestação de diversos fatores, que combinados proporcionaram uma conjuntura francamente favorável à cultura do café, com destaque particular para os bons preços do mercado externo, até o início da década de 60, quando configura-se novamente o problema da superprodução, de siquilibrando a relação entre a oferta e a procura, culminando por levar o governo brasileiro a formular os vigorosos planos de erradicação dos cafeeiros anti-econômicos, que seriam colocados em ação através do GERCA.

Os acontecimentos que iriam contribuir para criar uma conjuntura favorável a expansão da cafeicultura, em particular para o Norte do Paraná, e neste para o Norte Novo, começaram a manifestar-se antes mesmo do término da Segunda Guerra, se bem que fatores circunstanciais e locais já se manifestassem no início dos anos 40.

Por volta do final da guerra, em 1944, tinham sido iniciadas manobras para aumentar os preços do café (SERVIÇO INFORMATIVO DO BUREAU PANAMERICANO DO CAFÉ - (S.I.B.P.A.C.) 1944. a, 722). Nesse mesmo ano, o Ministro da Fazenda do Brasil, quando esteve nos Estados Unidos para participar da Conferência Monetária Internacional, afirmou que os exportadores

brasileiros reduziriam seus preços, abaixo do máximo, para proporcionar um volume maior de negócios (S.I.B.P.A.C. - 1944 b, 724). Esta medida tinha por objetivo evitar o racionamento nos Estados Unidos, devido as pressões inflacionárias nesse País (SOUZA COSTA - 1944, 822). Contudo, esperava-se a supressão ou o aumento dos preços máximos (CANCIAN - 1977, 92).

Em virtude de terem sido bastante reduzidas as safras de 1940 devido a ação de secas, e as de 1942 e 1943 devido a ação de geadas, os produtores não se mostravam muito interessados em vender seus cafês a preços baixos. No entanto, o Departamento Nacional do Café, com vistas a forçar um aumento das exportações, instituiu um prêmio de 10% para os cafês das safras de 1944/45 que fossem exportados (CONVÊNIO E.C. - 1944, 932). Entretanto, esta medida não foi suficiente para aumentar a oferta, haja visto que haviam comentários de que os prêmios seriam elevados para 20% e que ainda haveria revisão da taxa cambial relativa ao dolar, de modo que havia a possibilidade dos produtores receberem até Cr\$ 20,00 a mais por saca de café de boa qualidade e pouco menos aos cafês inferiores (S.I.B.P.A.C. - 1944 c, 732). Por conseguinte, o Departamento Nacional de Café recebeu autorização para vender cafês de seus estoques, inclusive os da quota de equilíbrio, de forma que a exportação se efetuasse na paridade de "preços teto" americanos (CONVÊNIO, E.C. - 1944, 932).

Na expectativa de que ocorresse uma alta, os preços firmaram-se em torno do máximo permitido, passando os produtores a oferecerem seus cafês em pequenas quantidades, com preços até mesmo acima do teto estabelecido (CANCIAN - 1977, 93).

Por ocasião do término da guerra, era evidente que o mercado cafeeiro deveria entrar em franca recuperação, tão logo o controle de preços fosse levantado. Durante a guerra, a produção brasileira diminuira bastante, pois a média da produção não ultrapassou a casa de 13 milhões de sacas, - considerando-se que na safra de 1939/40 alcançou-se mais de 20 milhões de sacas -, e apesar das reduções das exportações, os estoques tinham diminuído muito, porque se queimara muito café, desencadeando esta expectativa uma séria pressão da

procura. E, ainda dentro do controle de preços, os Estados Unidos instituíram um sistema de subsídios para evitar possíveis pressões inflacionárias derivadas do aumento dos preços dos produtos de consumo, então quando o controle foi levantado, em agosto de 1946, os preços subiram verticalmente (DELFIM NETTO - 1959, 145).

Diante dessa situação de estoques reduzidos, deixou-se de queimar café desde 1944, fora eliminada a quota de equilíbrio, e o D.N.C. retirou a proibição de plantio de novos cafeeiros (ANDRADE - 1944, 535 a 537).

No decorrer do mês de maio de 1945, chegavam notícias dos Estados Unidos, dando conta de que jamais se registrara um volume de consumo comparável ao que estava se verificando (S.I.B.P.A.C. - 1945 a, 698). Os preços do café, tanto no Brasil como na Colômbia, estavam sendo solicitados muito acima do máximo (CANCIAN - 1977, 94).

A expectativa do término da guerra na Europa, bem como, a abertura de novos mercados, contribuía para retrair a oferta de café aos Estados Unidos, o que levou em maio de 1945, a Junta Interamericana do Café a aumentar em 300% a quota básica, procurando evitar que essa retração forçasse a subida dos preços (S.I.B.P.A.C. - 1945 b, 76), para tanto, era necessário aumentar, com urgência, os estoques norte-americanos. No entanto, não ocorreu um aumento da oferta, mesmo quando o Brasil estabeleceu novos prêmios de exportação para as safras de 1944/45 e 1945/46 (S.I.B.P.A.C. - 1945 c, 84), tornando os preços mais interessantes em moeda nacional.

A partir de agosto de 1945, os compradores europeus entram na concorrência pela compra de café, dispostos a pagar preços acima do teto fixado nos Estados Unidos, contribuindo para tornar o mercado cafeeiro cada vez mais firme (S.I.B.P.A.C. - 1945 d, 393).

A elevação vertiginosa dos preços em 1946, retraiu os operadores, os preços começaram a cair, e a Colômbia, que estava comprometida na compra de sua produção, tentou sustentar os preços, e o diferencial entre os cafés tipo Santos 4 e o Manizales melhorou, fato que contribuiu para aumentar as exportações brasileiras, atingindo 16,1 milhões de sacas na safra 1947/48, e 17,4 milhões na safra 1948/49 (DELFIM NETTO -

1959, 146).

Todavia, os preços do café em dólares continuam sua ascensão até 1954, enquanto que em cruzeiros há uma ligeira queda em 1955, mas logo em seguida se recupera e se mantém em contínua alta aparente, em razão dos efeitos inflacionários (CANCIAN - 1977, 96).

Durante a década de 40, a produção brasileira de café apresentou uma tendência a estabilização, devido principalmente a ocorrência de adversidades climáticas, de modo que entre 1940 e 1949, a redução líquida dos estoques - calculada, subtraindo-se da produção, a exportação mais o consumo interno e a incineração -, foi da ordem de 16 milhões de sacas. O reconhecimento de que os estoques do D.N.C. estavam liquidados, foi o principal motivo que desencadeou a alta de preços, o que após os resultados do inquérito Gillette, levou os americanos a diversificarem suas fontes de importação de café (DELFIN NETTO - 1959, 146).

Próximo de chegar-se ao restabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a procura, o D.N.C. manteve silêncio quanto a realidade de seus estoques de café, contribuindo para manter o mercado em constante expectativa. E o reconhecimento posterior, por parte dos exportadores, de que o D.N.C. não podia satisfazer a todos os contratos de compras, cujos volumes excediam em muito suas disponibilidades reais, precipitou a alta dos preços (COSTA - 1962, 581).

Contornados os problemas da superprodução pela queima de café, assim como, pelas adversidades climáticas que se manifestaram durante os anos do conflito mundial, o equilíbrio entre a oferta e a procura poderia ser alcançado se tivessem sido aplicados os mesmos mecanismos de valorização anteriormente utilizados, não fossem as dificuldades criadas pela guerra, e os preços já poderiam ter voltados a serem remuneradores, antes mesmo de 1946. Nesse sentido a guerra dificultou a formação de estoques pelos operadores do mercado, mantendo baixas as exportações, contudo, desse ano até 1954, desenvolveu-se uma conjuntura extremamente favorável à alta dos preços (CANCIAN - 1977, 88), refletindo sobremaneira na expansão da cafeicultura paranaense.

Outro acontecimento que contribuiu sobremaneira para que os preços do café se elevassem mais depressa ainda foi o início da guerra da Coréia, desencadeada em junho de 1950 (DELFIM NETTO - 1959, 147). O temor de que o conflito provocasse novamente uma conflagração generalizada, aumentou a procura do café pressionando a elevação de seus preços (CANCIAN - 1977, 99).

Em 1951, os Estados Unidos congelaram os preços e os salários, de modo que o preço do café tipo Santos 4 recebeu um teto de 55,5 cents/libra peso, ligeiramente superior aos níveis em que estava sendo cotado (DELFIM NETTO - 1959, 17).

Nesse mesmo ano, foi praticamente restabelecido o sistema de defesa por parte do governo brasileiro; limitou-se as entradas de câfês nos portos, a partir de junho foi estabelecido um preço mínimo, abaixo do qual não seria permitido exportar, e se houvesse pressão por parte dos importadores o governo voltaria a comprar e estocar café, anunciando que estava decidido a comprá-lo, se isto fosse necessário para a sustentação dos preços, para tanto em dezembro de 1952, através da lei nº 1.779 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), novo órgão executor da política de intervenção no setor (NIVEAU - 1969, 171).

Os estoques mundiais visíveis de café, contribuíram para essa nova intervenção do governo brasileiro, pois nas duas safras consecutivas de 1947/48 e 1948/49 a produção mundial foi bastante reduzida face as inundações na Colombia e Guatemala, "brocas" nas plantações brasileiras, além de geadas e secas (COSTA - 1962, 580). Isto ocorreu, justamente no momento em que os mercados europeus reiniciaram suas compras de café, portanto, criando boas perspectivas para os produtores (CANCIAN - 1977, 100).

Em consequência, após o período de elevações contínua de preços que se manifestaram desde o término da Segunda Guerra, o governo brasileiro em junho de 1951, já sob os auspícios da intervenção, estabeleceu oficialmente o sistema de preço mínimo para o registro de café exportado (PAIVA et alii - 1976, 154).

Entre as principais atribuições do Instituto Brasileiro

de Café constava a defesa de preços, inclusive mediante a retirada de café do mercado, em caso de necessidade. Desse modo, caracterizava-se o retorno à valorização com as mesmas conseqüências daquelas realizadas anteriormente em outras situações, isto é, o incentivo ao plantio e a produção (NIVEAU - 1969, 171), notadamente nas terras roxas do Norte Novo do Paraná.

Desde a safra de 1940/41 que verificava-se um declínio na produção brasileira de café. No quinquênio anterior, isto é entre 1935/36 a 1939/40 a média da produção anual brasileira foi de 22.572.132 sacas, contra 13.406.659 sacas no quinquênio seguinte, enquanto que a média da exportação foi de 10.682.044 sacas. No entanto, nos anos seguintes as exportações ultrapassaram em muito a média da produção do quinquênio 1940/41 a 1945/46, chegando na safra de 1948/49 a atingir 17.744.736 sacas exportadas. Desse modo, perdurando essa tendência, logo o Brasil poderia apresentar déficit na relação produção-exportação, pois a produção se mostrava inferior ao consumo, e o retardamento de uma pressão maior para a elevação dos preços devia-se apenas aos saldos remanescentes do D.N.C. (CANCIAN - 1977, 98).

A procura dos cafés brasileiros era auxiliada pelas grandes dificuldades de pagamentos internacionais, o que tornava os cafés mais baratos altamente procurados, facilitando a colocação dos cafés brasileiros em relação aos Colombianos, contribuindo para que em 1949 todo o estoque do D.N.C. tivesse sido colocado (DELFIN NETTO - 1959, 146).

Em 16 de outubro de 1949 ocorreu a desvalorização do esterlino, em razão das dificuldades monetárias porque passavam as nações membros da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) (NIVEAU - 1969, 408). Por conseguinte, criou-se a expectativa de uma desvalorização do cruzeiro, mantendo os compradores norte-americanos a espera do momento oportuno para reconstituir seus estoques. Com efeito, quando a 12 de outubro foi anunciada a decisão do governo brasileiro em manter a paridade do cruzeiro, entraram os importadores norte-americanos no mercado, efetuando vultuosas compras (CANCIAN - 1977, 99). O café desfrutava de excepcional posição no mercado mundial, que nem mesmo essa

desvalorização do esterlino, logo seguido pela desvalorização de outras moedas foi suficiente para forçar a modificação da taxa cambial (DELFIM NETTO - 1959, 146).

Com a liquidação dos estoques restantes do D.N.C., em 1949, os preços da Bolsa de Nova York começaram de novo a se elevar drasticamente, passando de 27 centavos de dólar por libra peso em 1948 para 49 centavos em 1949 e 73 centavos em 1953, atingindo mesmo valores da ordem de 87 centavos - preço mínimo de registro em junho de 1954 -, refletindo no mercado interno, de modo que a média de preços recebidos pelos cafeicultores no período 1950/55, de Cr\$ 140,00 (em cruzeiros de 1968) representava níveis bastante elevados, que não mais se registrariam até 1970 (PAIVA et alii - 1976, 157).

O preço teto para o café vigorou durante 26 meses e foi suspenso nos primeiros meses de 1953. Após algumas oscilações em novembro, os preços do café retomam sua marcha ascendente acelerada, já em 1954, graças aos efeitos da grande geada de 1953 (DELFIM NETTO - 1959, 148). As geadas ocorridas em 1953 acentuaram a tendência para alta, mas na verdade, suas consequências foram exageradamente exploradas, com o objetivo de forçar ainda mais a alta dos preços (CANCIAN - 1977, 100).

Em 1954, o governo brasileiro pretendeu desastrosamente defender os preços mínimos de 87 cents/libra peso, o que reduziu de maneira significativa o volume dos negócios, notadamente, porque criou-se um ágio do Santos 4 sobre o Manizales. Na tentativa de contornar a crise concedeu-se uma desvalorização para o dólar-café da ordem de 30%, mas os operadores não retomaram o seu ritmo de negócios, diante das perspectivas de novas baixas causadas pelo maior volume da safra 1954/55 (DELFIM NETTO - 1959, 148).

Com efeito, o ano de 1954, registraria o maior preço médio absoluto no período, entrando a partir daí numa conjuntura de baixa em dólares, embora em cruzeiros se mantivesse em alta (CANCIAN - 1977, 100).

Devido a dificuldade de restabelecer-se a confiança dos operadores, o governo brasileiro começou a adquirir o café na base dos preços que havia sustentado. Em consequência

dessa errada política de defender o preço a nível tão alto, registraram-se perdas consideráveis por parte do governo nas operações que realizou no mercado a termo, vendo-se obrigado a adquirir 3,7 milhões de sacas de café, com efeitos inflacionários iniludíveis, suspendendo-se as compras no começo de 1955 (DELFIM NETTO - 1959, 148).

No entanto, na safra de 1955/56, principalmente devido ao estabelecimento de um enorme diferencial entre os preços do Santos 4 e o Manizales - causado por uma enorme escassez na produção de cafés finos, suaves -, as exportações alcançaram o expressivo montante de 17 milhões de sacas, o que viria temporariamente resolver o problema, no entanto, o fato significativo é que os preços do café haviam subido bastante em cruzeiros (DELFIM NETTO - 1959, 148).

Simultaneamente ao transcorrer do período de 1953 até 1961, quando adotou-se o sistema de taxas múltiplas de câmbio (Instrução nº 70 da SUMOC), continuou em vigor a taxa de câmbio diferenciada para o café. Nesse ano - 1961 -, (Instrução nº 204 da SUMOC) as autoridades monetárias estabeleceram que as cambiais provenientes da exportação de café seriam negociadas a taxa de mercado livre e sobre a negociação dessas cambiais seria recolhida uma quota de contribuição comumente chamada "Confisco Cambial", destinado ao Fundo de Reserva do Café (PAIVA et alii - 1976, 155), medida que a longo prazo contribuiria para tornar os preços do café desestimulantes para os cafeicultores.

Esse sistema modificou-se diversas vezes, mas em essência manteve-se o mesmo, e a partir da Resolução nº 516 de 24 de fevereiro de 1971 promulgada pelo IBC, adquiriu a forma atual, através da qual, a quota de contribuição é fixada em dólares e deduzida do valor da saca ao preço mínimo de registro. Graças a ela o governo procura manter o preço mínimo a níveis desejados, transferindo ao exportador e, portanto, indiretamente ao produtor a quantia em cruzeiros que considera conveniente (PAIVA et alii - 1976, 155). Com efeito, ao par da mecânica de sustentação de preços no mercado internacional, o governo adotava no plano interno uma política de preços desestimulantes ao cafeicultores, pois que através dos preços mínimos, passou a

controlar os lucros da comercialização do café.

Por outro lado, deve-se considerar que o estabelecimento de preços mínimos e a permanente garantia de compra por parte do governo, gerou um estímulo de proporções até então desconhecidos, embora seja verdade que com a defesa permanente ocorreram situações análogas, mas é necessário considerar-se que os recursos do Instituto do Café eram relativamente limitados porque ele não podia socorrer-se livremente das emissões (DELFIM NETTO - 1959, 150).

Ao contrário do que ocorrera anteriormente, a defesa praticada a partir de 1951, caracterizava-se por ser feita exclusivamente em favor da manutenção de um nível mínimo de receita de divisas necessário para assegurar o desenvolvimento da industrialização do País (DELFIM NETTO - 1959, 149).

Entretanto, não se pode negar, que a cafeicultura se transformara num setor lucrativo da economia, pois é a única forma pela qual se pode explicar o crescimento das plantações a partir da década de 50 e o considerável aumento da produção a partir da safra de 1955/56 (DELFIM NETTO - 1959, 149).

Por outro lado, também é verdade que o parque cafeeiro nacional expandiu-se de forma extraordinária a partir de 1949 e que já em 1955 - se não fosse os danos causados pela forte geada de 1953 -, haveria de novo, excesso de capacidade, o que comprova-se pelo aumento das plantações no Norte do Paraná, cuja produção situou-se em torno de 1 milhão de sacas no quadriênio 1944/45 a 1947/48, atingindo 6,3 milhões em 1955/56 (DELFIM NETTO - 1959, 149).

No entanto, já para a safra de 1957/58, em vista de configurar-se novamente os problemas de superprodução, o IBC volta a apelar para o sistema de quotas: quota livre de 60%, quota de consumo interno de 30%, e quota de expurgo de 10%. Sem contudo abandonar a defesa dos preços, mas temeroso de suas conseqüências, o governo brasileiro, que no transcurso dos últimos 10 anos de euforia se beneficiara largamente do aumento da receita de divisas e da instituição de um sistema cambial estropiado, suspendeu o preço mínimo e a garantia de compra, mas por outro lado, insti-

tuiu um sistema de amarras entre o dólar-café que oscila em função dos preços do próprio café e o registro mínimo de preços para embarque, que torna impossível a exportação a preços mais baixos do que os que vigoravam em junho de 1958, a não ser a custa de uma redução sensível dos preços internos (DELFIM NETTO - 1959, 151).

Nesse sentido, procurando dar mais resistência ao cafeicultor, garantiu o governo o financiamento do produto a 80% dos níveis do preço mínimo que vigoraram para a safra anterior - 1956/57 -, contudo, sem abandonar a defesa, necessária ao programa de "metas" instituído pelo governo federal eleito em 1955, transferindo o seu ônus para os custos do empresário agrícola (DELFIM NETTO - 1959, 151).

Até 1958 a produção cafeeira evoluiu de forma bastante irregular em especial em 1954 e 1956, reduzidas face as geadas que precipitaram-se em 1953 e 1955. Todavia, até meados da década, as plantações se aceleraram de maneira considerável, sob os auspícios da alta de preços do café, acabando por resultar no extraordinário crescimento da produção que se manifestaria a partir de 1958, conseqüentemente refletindo-se sobre a produção mundial, ocasionando nova fase de superprodução (CANCIAN - 1977, 314).

Desse modo, face à conjuntura de preços favoráveis que se estabeleceu para a cafeicultura, o Norte Novo do Paraná representou o principal ponto de atração para novas lavouras de café, pois o envelhecimento das terras paulistas e também de algumas áreas do Norte Velho e a conseqüente busca de terras novas rumo ao sul do Brasil, provocaram o deslocamento do centro dinâmico da cafeicultura brasileira para o Paraná, como resultado da entrada na produção dos cafeeiros novos do Norte Novo e logo depois do Norte Novíssimo do Paraná (IBC/OEA - 1964, 41, 42).

Sem dúvida, foi o ano de 1940 que marcou o final do declínio dos preços do café, oportunidade em que atingiu um dos pontos mais baixos - com exceção apenas de 1938 -, desde a crise de 1929, haja visto que de US\$ 7,94 em 1940 por saca, passou em 1941 a US\$ 11,06 e prosseguiu sua ascensão contínua até 1954, em vista da conjugação de diversos fatores, que contribuíram para que após a guerra esses preços

assumissem proporções tais, ainda não vistos neste século, de forma que a cafeicultura no Paraná tomou grande impulso expansionista, abrangendo zonas de produção mais antigas e expandindo a fronteira agrícola até a ocupação total das terras disponíveis para a cultura do café (CANCIAN - 1977, 286).

O Norte do Paraná, pelo menos até a década de 40, não conheceu uma grande expansão da cafeicultura, mas no entanto, sob a égide da nova fase de preços ascendentes, verificados após a guerra, a cafeicultura paranaense tomou grande impulso, em especial durante a década de 50, atingindo na década de 60 sua fase mais dinâmica, ultrapassando inclusive a produção paulista, com a qual passou a concorrer e sofrer concorrência, pois ali, também se verificou novo aumento de produção dado o incentivo de preços (CANCIAN - 1977, 290).

Nesse sentido, a expansão cafeeira pelo Norte do Paraná seria tão rápida e intensa, que já pelo final da década de 50 e início da de 60, havia ameaça de nova superprodução brasileira, o que levaria o governo a tomar novas medidas intervencionistas, através dos programas de racionalização da agricultura por meio de IBC/GERCA (CANCIAN - 1977, 290).

Diante dessa superprodução que passou a ser realidade no final dos anos 50, a única medida efetivamente adotada, a fim de desestimular a produção dos cafeicultores, foi a de reduzir os preços internos. No entanto, seu efeito se faria sentir somente a longo prazo, em vista de ser o café uma cultura permanente e por apresentar, mesmo o preço baixo, elevada rentabilidade em terras novas (PAIVA et alii 1976, 155).

Todavia, seria a safra recorde de todos os tempos - 1959/60, de cerca de 44 milhões de sacas, que iria provocar a intensificação dos entendimentos para a política de desestímulo ao plantio de café no País, configurados, em particular, através dos programas de erradicação de cafeeiros de 1961 e 1963, por intermédio do GERCA (PAIVA et alii - 1976, 155).

A entrada súbita da produção paranaense na oferta de

café foi o fator mais importante no desequilíbrio entre a oferta e a procura, tanto em termos mundiais como nacionais, entre os fins da década de 50 e início da de 60 (CODEPAR - 1963, 1-13). Com efeito, só o Norte do Paraná chegou a produzir próximo de um terço da produção mundial e metade da produção brasileira, fato que levaria o IBC a adquirir os excedentes, reduzindo a renda do setor café, assim como também, provocaria a substituição dos cafeeiros anti-econômicos por pastagens, através dos programas de erradicação que seriam levados a efeito na década de 60 (CANCIAN - 1977, 432).

Paralelamente, deve-se considerar que a elevação internacional dos preços refletiram-se favoravelmente sobre os preços internos do café. Dessa forma, nada mais natural que diante dessa situação de preços favoráveis fossem plantados novos cafeeiros, de modo que a tendência da cafeicultura foi buscar aceleradamente terras virgens de elevada fertilidade no Norte do Paraná, pois se for considerado para o Paraná o ano de 1947, como base, em vista da conscientização da firme elevação de preços, tem-se o índice de 1.432,4 para o ano de 1962, quando diante da superprodução, a cafeicultura brasileira entrou numa nova etapa - a da racionalização da agricultura através dos programas oficiais de erradicação (CANCIAN - 1977, 101).

Em consequência dos elevados preços houve, no Paraná, tendência a monocultura comercial do café, senão de modo generalizado, pelo menos em algumas áreas, sendo em parte limitada pelos cultivos intercalares e pela presença de pastagens, já que praticamente todo o Norte do Paraná foi dominado por um verdadeiro mar de café, pelo menos até meados da década de 60, quando por efeito da queda de preços do produto, face a superprodução, bem como, da ação governamental através dos programas de diversificação agropecuária e industrial, acentua-se a diversificação da exploração da terra, sobretudo com a ampliação das pastagens. (CANCIAN - 1977, 103).

Segundo os estudos desenvolvidos sob os auspícios do IBC/OEA, em 1961, sobre a distribuição etária dos cafeeiros, conclui-se que o impulso nas plantações paranaen-

ses de café ocorreu no quinquênio 1949/1953, ocasião em que a média de plantio anual girou em torno de 135 milhões de pés. Com efeito, em 1961, 77,6% dos cafeeiros existentes no Paraná se concentravam na faixa etária não superior a 12 anos, isto é, haviam sido plantados a partir de 1949, de modo que a média anual entre 1949/1952 havia sido próxima de 130 milhões de pés, subindo em 1953 para 148 milhões (ano de geada) e decrescendo a partir de então, para 134 milhões em 1954, 92 milhões em 1955 (geada e queda de preços em dólares), 69 milhões em 1956, e daí por diante, cada vez menos nos anos seguintes, face a queda de preços em nível externo (dólares) e do confisco cambial, no plano interno (CANCIAN - 1977, 101).

O excesso de café frente a demanda, determinou em 1961, providências por parte do governo brasileiro no sentido de eliminar a produção de excedentes, criando para tanto, - como já foi salientado no início deste capítulo -, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, com o programa básico de erradicar 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos, procurando ajustar a produção que era de 36 milhões de sacas, para 24 milhões anuais, sendo 18 milhões para o mercado externo e 6 milhões para o mercado interno (I.B.C. - 1965, 1).

Essa enérgica medida encontrava sua justificativa diante da superprodução e conseqüente deterioração de preços que se seguiu, especialmente em virtude da entrada das grandes safras paranaenses no mercado, no final da década de 50 e início da de 60, assim como, do aumento da concorrência externa, pois mesmo com o IBC comprando café e realizando estocagem não era possível sustentar os preços externos em níveis considerados adequados (CANCIAN - 1977, 103).

Na situação que se instalou, a racionalização da agricultura foi a forma que o governo encontrou para a defesa do café, isto é, desfazer o resultado dos efeitos que os preços altos da década de 50 e os incentivos aos novos plantios haviam provocado, oferecendo ao agricultor uma alternativa de diversificação que substituísse as rendas geradas pelo café ao nível do produtor, levando o setor a

diminuir a oferta na medida desejável pelas autoridades encarregadas de conduzir a política cafeeira (CANCIAN - 1977, 104).

Como já foi dito, anteriormente, em consequência da conjuntura favorável à cultura do café que se configurou, notadamente durante os anos 50, a cafeicultura paranaense atingiu sua área máxima de expansão por ocasião da safra de 1961/62, com 1.620.798 ha (Tabela I).

A partir desse momento, face ao decréscimo dos preços do café em consequência da superprodução que vinha acontecendo entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, tanto o Brasil como o Paraná passam a assistir os programas de erradicação de cafeeiros anti-econômicos, como medida para equilibrar a produção brasileira à demanda do mercado mundial, elaborados pelo GERCA, órgão criado pelo governo brasileiro com a finalidade fundamental de promover a racionalização da cafeicultura e da agricultura brasileira.

A erradicação oficial de cafeeiros no Brasil, compreendendo seus dois programas - junho de 1961 a agosto de 1966, e de agosto de 1966 a maio de 1977 -, atingiu um total de 1.379 milhões de pés, correspondendo a uma área de 1.492.248 ha. Acrescentando-se também a erradicação espontânea ocorrida até 1971, tem-se um total de 2.070.666.000 pés erradicados, liberando uma área total de 2.342.622 ha (PENTEADO - 1973, 8).

Ao mesmo tempo, a erradicação oficial de cafeeiros no Paraná, consubstanciada pelos dois programas descritos, atingiu um total de 249.957 mil cafeeiros, correspondentes a uma área de 307.062 ha. Acrescentando-se também a erradicação espontânea que ocorreu até 1971 tem-se um total de 482.313 mil cafeeiros, liberando uma área de 725.742 ha, que foi até 1968, reocupado basicamente por pastagens (PENTEADO - 1973, 8), caracterizando a primeira fase da substituição de culturas no Norte do Paraná.

A erradicação não tinha por meta somente substituir os cafeeiros velhos, pois ela também propunha sua renovação na base de 25% sobre o total arrancado, evidenciando certa racionalização, que além de minimizar a superprodução, problema imediato, procurava melhorar a produtividade através de

cafeeiros novos, que produziram poucos anos depois, prevenindo-se a retomada do equilíbrio estatístico da produção (CANCIAN - 1977, 105).

Contudo, em razão do declínio dos preços do café, na primeira etapa da erradicação foi muito reduzido o interesse pela renovação, de modo que apenas 0,6% da área liberada pelo café no País foi reocupada por novas lavouras de café (IBC - 1962, 5).

Nas áreas desocupadas pelos cafeeiros, a diversificação da agricultura caracterizou-se por acentuada tendência de pastagens, deixando claro que a pecuária seria a principal atividade produtiva sucessora da cafeicultura. Com efeito, cerca de 40% da área liberada coube às pastagens, enquanto que os cereais e outras atividades temporárias em conjunto atingiriam 42% do total do País (IBC - 1962, 5).

Entretanto, em 1963 o Paraná foi atingido por uma vigorosa geada e por prolongada seca, seguida de extensos incêndios, danificando seriamente os cafezais, contribuindo para ocasionar em 1964, nova alta de preços para o café, fazendo com que os financiamentos para renovação das lavouras de café, mesmo sem receber estímulos especiais do GERCA, assumissem um sentido crescente, haja visto, que somente nesse ano houve um acréscimo - 226% sobre o total renovado até fins de 1963 em termos nacionais (IBC - 1964, 5).

Por outro lado, houve inversão na tendência do valor dos contratos para erradicação, que sofreram redução de 52%, tomados como base dezembro de 1963 e janeiro de 1964, perdurando durante todo o ano de 1964, devido a alta nas cotações do café, já que durante esse período a alta foi quase de 50% (IBC - 1964, 4).

Essa alta de preços que se verificou foi decorrência do aumento da demanda, diante da expectativa da redução da produção cafeeira, dado a geada de agosto de 1963, que naquela oportunidade afetou cerca de 900 milhões de árvores somente no Paraná, de um total em torno de 1 bilhão e 300 milhões (IBC - 1964, 14).

Em decorrência da valorização do café no período de

dezembro de 1963 a janeiro de 1964, os contratos de erradicação sofreram redução considerável, pois o valor dos financiamentos concedidos em 1964 para a erradicação de cafeicultores decresceu em 54% com relação a 1963, já que a expectativa de melhoria da rentabilidade da empresa cafeeicultora tendeu a alterar a faixa de marginalidade econômica provocando a sua redução (IBC - 1964, 14 e 15).

A geada de 1963 contribuiu para uma melhoria dos preços do café no período de 1963/65, caindo novamente a níveis baixos nos anos subsequentes, provocando maus tratos e abandono das lavouras, desencadeando nova redução na produção (PAIVA et alii - 1976, 159).

Com efeito, diante da erradicação e face à política adotada desde 1965, de desestímulo de preços recebidos pelos agricultores, bem como das geadas ocorridas no Paraná, o potencial da produção brasileira caiu para cerca de 24 milhões de sacas no período subsequente 1968/69 (PAIVA et alii - 1976, 156).

De acordo com os dados do relatório anual do IBC de 1968, observa-se que desde o início do programa de erradicação em junho de 1962 até dezembro de 1963, a média anual de eliminação de cafeeiros no Brasil foi de 322 milhões de pés, correspondendo esse período a baixa de preços em dólares. No entanto, entre janeiro de 1964 a julho de 1966, essa mesma média foi de 68 milhões de pés quando então os preços apresentaram uma elevação após a geada de 1963, mantendo-se em alta até 1965, pois no ano seguinte o preço médio anual do café apresentou um declínio acentuado, contribuindo para que a média de erradicação anual entre agosto de 1966 e maio de 1967, fosse a mais alta até então, atingindo 393 milhões ao ano (IBC - 1968, 1 a 3).

A erradicação promovida pelo governo brasileiro através do GERCA foi acompanhada do programa de diversificação, que na primeira etapa foi orientada basicamente para a formação de pastagens - 1962 - 1966 -, visando a exploração da pecuária. Entretanto, na segunda etapa - 1967 - não foi permitido, inicialmente, a formação de pastagens nas áreas liberadas, só o sendo posteriormente, levando os

cafeicultores e diversificarem suas áreas apenas com as culturas permitidas pelo IBC, não havendo grande afluência à formação de pastagens (IBC - 1967, 10).

Considerava-se de interesse para a nação, em especial durante a fase de combate a inflação, desencadeada logo após a revolução de março de 1964, produzir menor quantidade de café, de modo que o ideal, segundo o "PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA", planejado em 1969, era que a produção baixasse aos níveis da exportação por alguns anos, consumindo os estoques e reconstituindo-se a um nível de segurança conveniente, com cafés de melhor qualidade (IBC - 1969, 10).

No transcurso de sua história, a expansão da produção cafeeira sempre esteve relacionada à existência de terras apropriadas. Com efeito, a expansão da economia cafeeira nas duas décadas a partir de 1940, levou a ocupação total do âmbito geográfico do Norte do Paraná e a quase quadruplicação de sua população até 1960 (IBC - 1967, Introdução). Na década de 50 esgotou-se rapidamente a disponibilidade de terras no Norte Novo e na década de 60, no Norte Novíssimo (CANCIAN - 1977, 291).

No entanto, no início dos anos 70 assistiu-se a novo fomento para o plantio de cafezais, em decorrência das geadas de 1969, que produziram profundo impacto sobre a posição estatística do café, antevendo-se perspectivas de insuficiência da produção, além das informações do rápido esgotamento dos estoques governamentais, acumulados pelo IBC, durante o período das grandes safras das décadas de 50 e 60. (PARANÁ - 1973, 18).

Por volta de 1970, se bem que já se manifestasse a partir de 1968, embora houvesse novo fomento ao plantio de cafezais, tanto por iniciativa própria dos empresários agrícolas, que haviam visto seus lucros diminuírem durante a década de 60, como por decisão governamental de racionalizar a agricultura, o café perdia impulso e entrava em retração (CANCIAN - 1977, 432), notadamente no Norte do Paraná, onde passou a ser substituído pela cultura associada da soja e trigo.

Nos últimos anos, isto é a partir de 1970, dado não mais se

configurar uma situação de superprodução, sem necessidade de aquisições, senão para fins de renovação de estoques, o esquema de manutenção dos preços do café tem resultado numa sobra de recursos, através do recolhimento da taxa de contribuição, assim como, pela venda de parte considerável dos estoques, de modo que essas sobras de recursos que passam a integrar o Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários - Conta Café, são utilizados para as compras que irão assegurar os preços internos de garantia, para o custeio das despesas com a manutenção do IBC, bem como, para o Fundo de Diversificação da mesma organização e outros fins (PAIVA et alii - 1976, 161).

Conjugado com a política governamental de adotar preços desestimulantes aos cafeicultores, através do controle dos preços, a cota de contribuição (Confisco Cambial), adotada desde meados da década de 60, com aumentos progressivos nos últimos anos, vem agindo como um freio à cafeicultura, apesar dos bons preços no mercado externo, particularmente após a violenta geada de 1975 no Paraná.⁹

No Norte e Norte Novo do Paraná, de uma forma geral, e em particular em Maringá e sua microrregião homogênea, diversos foram os fatores - além da política oficial de preços desestimulantes aos cafeicultores -, que combinados intervieram, criando uma conjuntura favorável à substituição da monocultura comercial do café, e em segundo plano de outras atividades produtivas, pela cultura mecanizada da soja e trigo, caracterizando a segunda etapa da substituição de culturas, que lentamente começou a esboçar-se em 1968.

Por volta de 1968, a maioria das lavouras de café da região de Maringá entravam em progressiva decadência, em

(9) Em 1968, o confisco cambial variou entre US\$ 29,82 e US\$ 22,08 por saca de 60 kg; em 1970 entre US\$ 34,69 e US\$ 27,82; em 1975 entre US\$ 32,98 e US\$ 20,00; em 1977 entre US\$ 220,00 e US\$ 100,00, segundo a agência do IBC de Maringá.

conseqüência dos maus tratos e desinteresse dos cafeicultores, não só em função dos preços desestimulantes do mercado sob controle do governo, mas também, da elevação sistemática do confisco cambial; do esgotamento progressivo do solo - resultado do pouco emprego de técnicas adequadas de cultivo, acrescido da idade média dos cafezais - 25 anos -; dos danos e prejuízos causados pelas geadas - 1963, 1967, e posteriormente 1969, 1972 e 1975; do advento da ferrugem, que além de encontrar nos cafezais mal cuidados, campo propício para sua propagação, encontrou os cafeicultores despreparados para combatê-la; do alto custo da produção diante do gradativo emprego de defensivos, a fim de combater as pragas e doenças do cafeeiro. Com efeito, todos esses fatores combinados contribuíram para tornar onerosa a manutenção da lavoura do café, que diante dos preços mínimos fixados pelo governo, conjugados com o elevado valor do confisco cambial, torna-os desestimulantes à manutenção da cafeicultura no norte paranaense.

A geada que abateu-se sobre a região em 17 de julho de 1975 foi de uma extensão e intensidade nunca antes conhecida regionalmente. Ela foi o fator mais recente que contribuiu para maximizar o processo de substituição de cafezais. Os prejuízos foram de tal monta, que as safras paranaenses de 1976 e 1977 atingiram, tão somente 461 e 205.901 toneladas respectivamente. A área ocupada pelos cafezais, na microrregião de Maringá, passaria de 80.724 ha em 1975, isto é antes da geada, para 46.398 ha em 1976, o que equivale a uma redução em área de 34.326 ha em apenas um ano.

Ao seu tempo, a cultura da soja, que somente em 1952, começou a figurar nas estatísticas oficiais do Estado do Paraná, ocupou uma área reduzida, até a metade da década de 60, passando a expandir-se com rapidez, notadamente a partir de 1968 - de cerca de 172.401 ha nesse ano, passou para 1.950.000 ha em 1976 (Tabela IV).

Segundo os estudos desenvolvidos pelo IPARDES, diversos foram os principais fatores que criaram uma situação

de mercado favorável à acelerada expansão da área de cultivo da soja.¹⁰ Entre outros, destacam-se os seguintes:

- aumento da demanda mundial por matérias primas proteicas;
- redução na oferta de farinha de peixe peruana - da qual o farelo de soja é substituto - devido o afastamento das piscosas águas frias da corrente de Humboldt do litoral peruano, dificultando e reduzindo a pesca;
- carência no mercado internacional, especialmente de farelos e tortas, assim como do produto em grão, criando perspectivas favoráveis à expansão da cultura;
- as flutuações das safras norte-americanas - cerca de 8.300 t. em média entre uma safra e outra, a partir de 1970 - com acréscimos na área cultivada menores que o previsto, além de problemas climáticos nas áreas produtoras;
- a política governamental de apoio à cultura através da facilidade de concessão de créditos, fixação de preços mínimos favoráveis e de estímulos às exportações;
- a implantação no Estado de um complexo industrial de processamento de oleaginosas - Ponta Grossa e Maringá -, favorecendo e assegurando a comercialização dos grãos para o agricultor;
- a expansão da cultura do trigo, graças ao estímulo oficial através de subsídios especiais, indiretos, criando um efeito positivo para a cultura da soja, devido a rotação entre essas duas culturas;
- as perspectivas de maior lucratividade com a cultura da soja, se comparada com as demais culturas temporárias.¹¹

Todavia, a região de Maringá contaria com outros fatores favoráveis ao cultivo associado da soja e trigo, além dos conjunturais e circunstanciais já apontados.

(10) IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Sócio-Econômico -, estudos constantes dos arquivos dessa instituição.

(11) "O preço da soja no mercado externo subiu 18% entre 1968 e 1972, chegando a cerca de US\$ 140 por t. em média, e em 1973 US\$ 240" (PAIVA et alii - 1976, 1975).

As condições favoráveis em termos de clima - em especial para a soja - e topografia, a qual facilitaria sobremaneira a mecanização. A existência de uma infraestrutura por parte das empresas ligadas ao ramo de beneficiamento e comercialização de oleaginosas, que encontraram na soja um ótimo substituto para o algodão - em franca decadência regional - e em segundo plano para o amendoim - cuja produção não acompanhou a demanda do consumo de óleo.¹² Além de que, o transporte e beneficiamento da soja serem bem mais fáceis que os dois outros produtos. Essas empresas, de certa forma, ajudariam a dinamizar o cultivo da soja. Pois, a partir do momento que ele materializou-se na paisagem regional, elas passariam a comprar antecipadamente a produção da lavoura já iniciada, através de adiantamentos para financiamento do custeio, de parte da produção, com preços mínimos pré-fixados, independentes da cotação do mercado por ocasião da colheita.

Por seu turno, a maioria dos cafeicultores da região encontravam-se sem coragem e estímulo para a renovação de suas lavouras de café - que levariam em média três anos para produzir, caso não ocorressem novas geadas -, apesar dos estímulos do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais,¹³ de modo, que foram poucos os produtores de café que

(12) A área do cultivo do amendoim no Estado do Paraná passou de 110.167 ha em 1970, para 33.923 ha em 1977, enquanto que no mesmo período a produção passou de 142.825 t. para 42.707 t. (DERAL).

(13) Em termos nacionais, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais elaborado pelo IBC/CERCA previu para o ano agrícola de 1971/72 o financiamento de 200 milhões de cafeeiros, a Cr\$ 1,60 por cova e juros de 6% ao ano; para 1972/73, 600 milhões até 1975, a Cr\$ 3,00 por cova e juros de 3% ao ano; para 1974/75, 200 milhões, a Cr\$ 5,00 por cova e juros de 7% ao ano até 300 mil covas e 15% além; para 1975/76, 200 milhões, a Cr\$ 6,00 por cova e mesmo juro do ano anterior; para 1976/77, 200 milhões a Cr\$ 8,00 por cova nas mesmas condições dos dois últimos anos; para 1977/78, 150 milhões, a Cr\$ 12,00 por cova e juros de 9% e além de 300 mil covas 15% (IBC - Maringá).

usufruíram desse plano para financiamento da renovação de suas lavouras no Norte do Paraná.¹⁴ Além disso, havia um progressivo endividamento e perspectivas negativas nas possibilidades de lucros compensadores, a fim de minorar situação. De forma, que a prática da política de compra antecipada da produção das lavouras de soja, pelas unidades regionais das grandes empresas do ramo, - posta em prática, pelo menos, nos dois primeiros anos da década de 70 - contribuiu para incentivar os cafeicultores a promover a substituição progressiva das lavouras de café pela cultura mecanizada da soja e trigo. Esta política perdurou por pouco tempo, pois na época de entrega da produção, os preços do mercado estavam mais vantajosos, do que o preço anteriormente pré-fixado, pelo qual o produtor tinha empenhado sua produção. Por conseguinte, os produtores passaram a preferir a utilização das facilidades do crédito bancário ou da cooperativa a que se filiavam.

Por sua vez, a cultura do trigo no Norte do Paraná, ao contrário dos demais estados do sul do Brasil, é complementar a da soja. Isto porque as condições ecológicas regionais não se revelaram muito favoráveis a sua cultura, ou pelo menos, ainda não se encontrou o tipo de semente apropriada à região. Fato que tem contribuído para que boa parte dos produtores não cultivem o trigo na totalidade da área ocupada pela soja, face ao temor de prejuízos que podem ocorrer devido a presença de geadas ou ausência de chuvas durante os meses do inverno, assim como da ocorrência de chuvas prolongadas no final do

(14) Em termos estaduais, entre o ano agrícola de 1969/70 e 1977/78 foram financiados para o Norte do Paraná 444.659.436 cafeeiros, em cultivos mais técnicos, com espaçamento médio de 2m x 2,5 m e 2m x 2m, sendo que desse total, 1.839.148 cafeeiros foram financiados para o município de Maringá, na seguinte forma: em 70/71 27.000; em 71/72 35.500; em 72/73 165.100; em 73/74 5.000; em 74/75 38.992; em 76/77 616.957; em 77/78 610.799 (IBC - Maringá).

inverno e início da primavera, que habitualmente caracterizam o clima regional.

Diante da situação de decadência das lavouras de café, além de perspectivas nada animadoras à sua continuidade, ao contrário, bastante otimistas para a cultura associada da soja e trigo, uma vez que utilizam as mesmas máquinas e não competem com o fator terra, pois são rotativas, usando-se assim o mesmo terreno para as duas culturas, a maioria dos estabelecimentos da região de Maringá, em menor escala nas demais áreas do Norte do Paraná, sofreriam uma rápida e progressiva substituição de sua atividade produtiva principal, se bem que além das unidades produtivas que mantiveram a cafeicultura como atividade principal, algumas das que optaram pela rotação soja - trigo conservaram poucos talhões de café nos espigões bastante propícios a esse cultivo.

Com efeito, na zona rural de Maringá, a amostragem revelou que entre 1968 e 1977, 71,25% dos estabelecimentos agropecuários mudaram de atividade produtiva principal (Tabela XV). Na fase anterior, isto é, antes de 1968, 91,25% deles tinham como atividade produtiva principal a cultura do café; 6,25% a pecuária; 2,50% a "lavoura branca".

Os estabelecimentos cafeicultores que representavam 91,25%, passariam na fase atual, isto é posterior a 1968, a ter a seguinte atividade produtiva principal: 63,01% a cultura associada da soja e trigo; 8,22% a pecuária; 28,77% continuaram com a cafeicultura.

Entre os estabelecimentos que tinham a pecuária como sua atividade produtiva principal e que representavam 6,25%, deles 80,00% passariam a cultivar a soja e o trigo, enquanto que 20,00% continuariam se dedicando a pecuária como atividade principal.

Finalmente, entre os estabelecimentos ocupados por "lavouras brancas", que representavam 2,50%, 50,00% deles passariam para a cultura da soja e trigo, e 50,00% continuariam com a mesma atividade (Tabela XVI).

No total, em apenas 10 anos, 71,25% dos estabelecimentos mudaram de atividade produtiva principal, enquanto que

TABELA XV

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 80 ESTABELECIMENTOS
 AGRÍCOLAS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ NO PERÍODO DE 1.968 a 1977

NÚMERO DE ESTAB.	ESTAB. QUE NÃO MUDARAM DE ATIVIDADE	%	ESTAB. QUE MUDARAM DE ATIVIDADE	%	ANO DA MUDANÇA DA ATIVIDADE PRODUTIVA									
					68	69	70	71	72	73	74	75	76	77
80	23	28,75	57	71,25	2	2	7	8	3	6	3	25	1	0

somente 28,75% não a modificaram. Entre os 71,25%, a maioria deles 89,47% adotaram a cultura associada da soja e trigo, e apenas 10,53% a pecuária (Tabela XVII).

Assim sendo, diante desse dinâmico processo de substituição de culturas, notadamente da monocultura comercial do café, e em segundo plano de outras atividades produtivas, pela cultura associada da soja e trigo, o espaço rural de Maringá passaria a sofrer significativas transformações na sua organização, desencadeadas pela adoção de novas técnicas agrícolas, conseqüentemente refletidas na organização social e econômica do seu território, transformações estas que passarão a ser discutidas nos capítulos a seguir.

* * *

T A B E L A XVI

PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA ANTERIOR E POSTERIOR A 1968 ENTRE
80 ESTABELECIAMENTOS AGROPECUÁRIOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ

SITUAÇÃO EM 1967			SITUAÇÃO EM 1977			RESUMO			
ÁREA DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO: 19.548,10 alq.						NÃO ALTERARAM		ALTERARAM	
Atividade	Estb.	%	Atividade	Estab.	%	Estb.	%	Estb.	%
-	-	-	Café	21	28,77	21	26,25	-	-
Café	73	91,25	Soja/trigo	46	63,01	-	-	46	57,50
-	-	-	Pecuária	6	8,22	-	-	6	7,50
Pecuária	5	6,25	Pecuária	1	20,00	1	1,25	-	-
			Soja/trigo	4	80,00	-	-	4	5,00
Lav. Branca	2	2,50	L. Branca	1	50,00	1	1,25	-	-
			Soja/trigo	1	50,00	-	-	1	1,25
TOTAL	80	100,00	-	80	100,00	23	28,75	57	71,25
ÁREA: alq.	1.082,51	5,53	-	1.298,01	6,64	188,66	14,53	1.109,35	85,46

T A B E L A XVII

ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL ANTERIOR E POSTERIOR A 1968
ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA

ESTABELECIMENTOS			ATIVIDADE PRODUTIVA	SITUAÇÃO EM 1967		SITUAÇÃO EM 1977	
TOTAL	Muda- ram	%			%		%
80	57	71,25	Lav. de Café	52	91,23	-	-
			Lav. Soja/trigo	-	-	51	89,47
			Pecuária	4	7,02	6	10,53
			Lav. Branca	1	1,75	-	-
80	57	71,25	TOTAIS	57	100,00	57	100,00

3 - AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

No espaço rural de Maringá entre 1968 e 1977, aos 80 estabelecimentos que somam 1.298,01 alq., tomados como amostra neste estudo, apresentaram o seguinte comportamento quanto a sua atividade produtiva principal: 57 ou seja 71,25% deles, que correspondem a 1.109,35 alq., mudaram de atividade; 23 ou seja 28,75%, que correspondem a 188,66 alq., não a modificaram (Tabela XVIII). Portanto, pela amostragem, em apenas 10 anos 71,25% dos estabelecimentos, que representam 85,47% da área da zona rural de Maringá, substituíram sua atividade produtiva principal. Por outro lado, nesse mesmo período, apenas 28,75% deles, que representam 14,53% da área, não promoveram qualquer alteração na atividade produtiva principal (Tabela XVIII). Ainda, segundo a amostragem, 63,75% dos estabelecimentos - 78,72% da área da zona rural - promoveram a substituição da atividade produtiva principal pela cultura associada da soja e trigo; 7,50% deles - 6,74% da área - substituíram-na pela pecuária. Ao mesmo tempo, 26,25% deles - 14,47% da área - conservaram a monocultura comercial do café como principal atividade produtiva; 1,25% - 0,31% da área - continuaram com a pecuária; outros 1,25% - 0,31% da área continuaram dedicando-se a "lavoura branca" (Tabela XVIII).

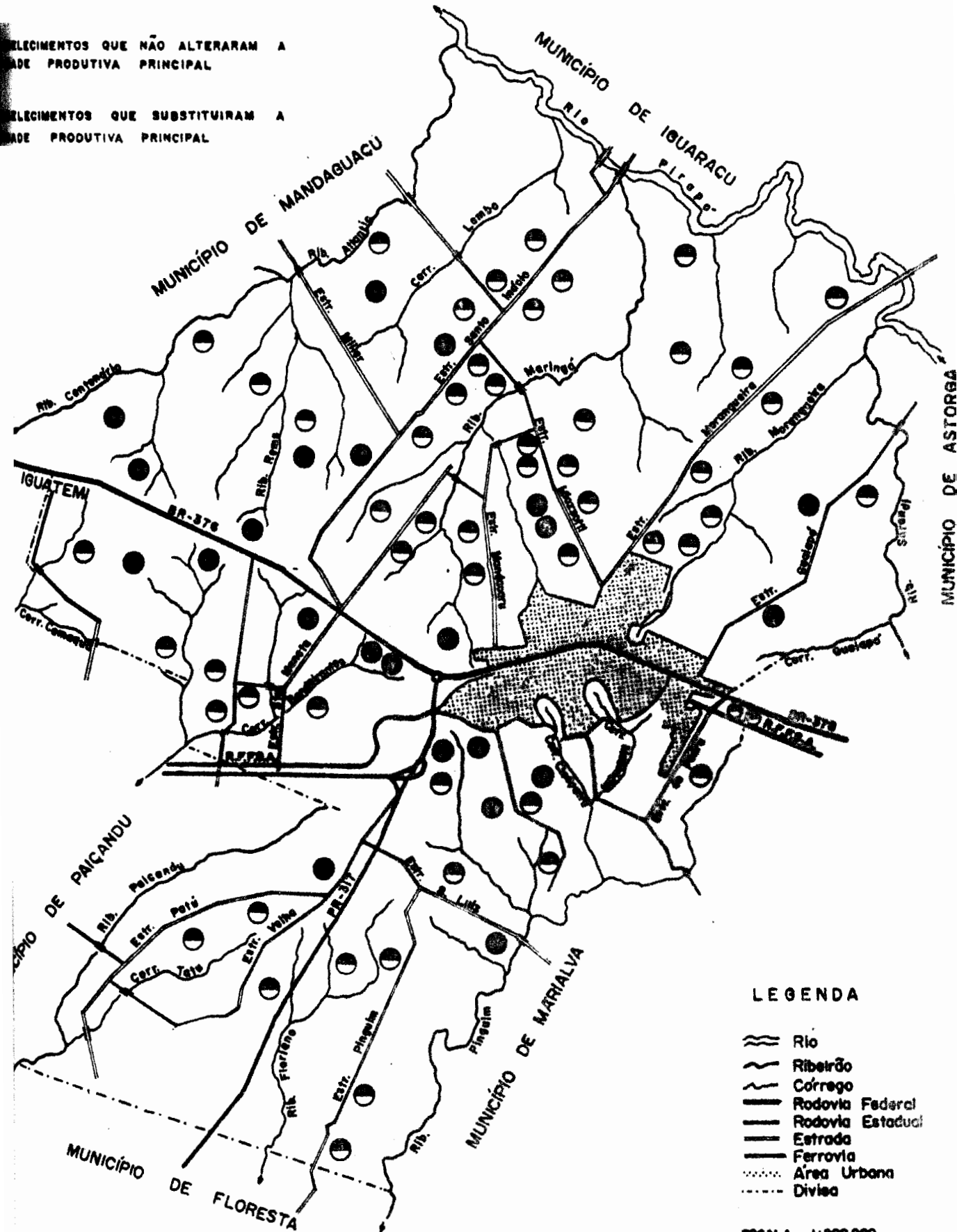
Face o processo de substituição de culturas ter sido bastante rápido e expressivo, pois que no curto espaço de 10 anos, 63,75% dos estabelecimentos rurais ou 78,72% da área rural passaram a ser ocupados pela cultura associada da soja e trigo, empregando novas técnicas agrícolas, sem dúvida, as transformações ocorridas na estrutura agrária e nos aspectos territoriais da organização do espaço rural,

MAPA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS OBJETOS DA AMOSTRAGEM

ESTABELECIMENTOS QUE NÃO ALTERARAM A
FAZENDA PRODUTIVA PRINCIPAL

ESTABELECIMENTOS QUE SUBSTITUÍRAM A
FAZENDA PRODUTIVA PRINCIPAL



LEGENDA

- Rio
- Ribeirão
- Córrego
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Estrada
- Ferrovia
- Área Urbana
- Divisa

ESCALA 1:200.000

FIG. X

seriam bastante significativas. Sobretudo no sistema agrícola, na estrutura fundiária e nas relações sociais e jurídicas.

3.1 - As Mudanças no Sistema Agrícola do Norte do Paraná:

3.1.1 - O Sistema Agrícola da Cultura Cafeeira:

Para a formação de uma boa lavoura de café é de importância fundamental não somente a utilização de mudas de excelente qualidade, bem formadas, sadias, livres de pragas e moléstias, como também, notadamente no Norte do Paraná, a escolha do local a ser ocupado pela futura lavoura no estabelecimento agrícola, levando-se em conta que se trata de uma cultura permanente que deverá produzir pelo menos durante três dezenas de anos. No entanto, quando da expansão da cafeicultura pelo Norte do Paraná, na formação das primeiras lavouras de café, lançava-se a semente, logo após a queimada da mata anteriormente derrubada, muitas vezes, entre restos de troncos e cinzas fumegantes.

Quando da formação de suas lavouras de café iniciais, o Norte do Paraná, não fugiu a regra, às generalizações observada por ARAUJO FILHO (1956, 110) para toda e qualquer zona nova em vias de exploração pela cafeicultura. Para este, após escolhida a área da futura lavoura de café, que segundo a tradição deveria ser coberta de matas, roçava-se o mato mais baixo, com os abridores de picadas, vindo depois os machadeiros, que põem abaixo as grandes árvores, muitas delas madeiras de lei, em geral inaproveitadas, salvo as utilizadas para a moradia e benfeitorias do estabelecimento. Em seguida, nos meses de estiagem (maio a agosto para o Norte do Paraná), põe-se fogo na "jangada" - balburdia de troncos, ramos, galharia, caídos e secos, entrelaçados uns aos outros -, mal o fogo terminara, principia-se a alinhar e abrir no chão as covas que irão receber as sementes ou mudas dos cafeeiros, distantes, em média 2,0 m ou 2,5 m uns dos outros.

Como transcorrer do tempo, assistiu-se estabelecerem-

se na região empresários com estabelecimentos especializados fundamentalmente na formação de mudas de cafeeiros. Passando então os cafeicultores a adquirirem as suas mudas em viveiros especializados, que por sua vez passariam a ser fiscalizados pelo IBC.

Todavia, regionalmente existem muitos cafeicultores que produzem suas próprias mudas em viveiros particulares, isentos de qualquer fiscalização de forma permanente, tanto para a renovação de suas lavouras, como para a formação de novas.

Outro fator que concorre para a formação de uma boa lavoura de café é o local a ser por ela ocupado no estabelecimento agrícola, que regionalmente reveste-se de fundamental importância, face as possibilidades de ocorrência de geadas durante os meses de inverno. Com efeito, via de regra, escolhia-se o espaço entre a baixa encosta e o alto do espigão, após o que, marcavam-se os locais das ruas de café, das covas e carregadores, para a seguir abrirem-se as covas e depositarem-se as sementes, ou mudas quando era possível encontrá-las a venda.

Todavia, para as novas lavouras formadas, notadamente a partir de 1970, recomenda-se que as mudas antes do plantio sejam aclimatadas, através da eliminação gradual da cobertura do viveiro, selecionando-se para o plantio definitivo, apenas as maiores, já acostumadas ao sol. Além disso, o plantio em curva de nível também é recomendado, marcando-se as niveladas básicas de conformidade com a declividade, uniformidade, conformação e dimensão do terreno, devendo serem sempre múltiplas do espaçamento entre as ruas, de modo que deve-se partir da primeira nivelada básica, a contar da parte mais alta do terreno para a parte mais baixa, marcando-se as ruas através de paralelas traçadas para baixo e para cima dessa nivelada até encontrar a segunda. A seguir, partindo-se da terceira nivelada, procede-se da mesma forma (IAPAR - 1976, 195 e 196).

Habitualmente, por ocasião da formação das lavouras mais antigas depositava-se de duas a quatro sementes por cova, usando-se comumente o espaçamento de 4 m por 4m, em particular para as lavouras anteriores a 1970. No entanto, atualmente, o espaçamento recomendado é o constante da tabela

nº XX.

Durante a fase de formação das lavouras de café, em média 4 anos, bem como, nos anos seguintes a queda de geadas prejudiciais aos cafeeiros, as culturas intercalares assumiam maior expressividade, passando a ter o caráter de culturas de sustentação. Contudo, regionalmente, mesmo fora das condições especiais descritas acima, mas com muito menor expressividade, os cultivos intercalares sempre foram prática comum, como culturas de subsistência.

Sendo a lavoura do café uma cultura permanente, sua manutenção exige uma série de atividades, comuns tanto para as plantações antigas como para as novas, que em termos regionais desenvolvem-se durante o transcurso do ano agrícola, ocupando numerosa mão-de-obra, conforme o calendário sumarizado na tabela XXI.

A atividade que encerra e inicia o ano agrícola da lavoura do café é o esparramento. Porque ao mesmo tempo que se esparrama o cisco acumulado durante a colheita anterior, como também, a terra dos cordões, efetua-se já a primeira capina da futura safra. Dependendo da área da lavoura e da qualidade da safra, pode o esparramamento ser realizado entre agosto e setembro. A poda dos brotos prejudiciais ao cafeeiro realiza-se entre agosto e outubro, variando o tipo de poda conforme as descritas na tabela XXII.

A adubação vem sendo realizada pelo menos três vezes durante o ano agrícola, entre setembro e março, preferencialmente nos meses de setembro, novembro e janeiro, se bem, que anteriormente, quando os solos regionais ainda não evidenciavam sinais de esgotamento, o uso dessa técnica era muito raramente praticada. As capinas vêm sendo realizadas mensalmente entre outubro e abril, de modo que a penúltima coincida com a arruação e a última com o coroamento ou fechamento de cordão. As aplicações de produtos químicos para combater as doenças e pragas dos cafeeiros, por meio de pulverizações, são efetuadas, no mínimo, quatro vezes, entre novembro e abril; de preferência em novembro, janeiro, fevereiro e abril. Por fim, a desbrota dos "ramos ladrões" tem apresentada melhores resulta-

TABELA XIX
RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA IMPLANTAÇÃO DA LAVOURA CAFEEIRA

Evitar na Escolha do Local	Situação da Área	Limpeza da Área	Preparo do Terreno	Subsolagem
Terrenos voltados para a face sul	Mata natural ou artificial	Derrubada, queima leve, destoca	Aração, gradeação*	É utilizada quando o solo apresentar camada compacta a ± 45 cm. da superfície.
Topografia muito íngreme	Culturas permanentes	O arranquio deve ser idêntico ao caso capoeira	Aração ± 30 cm. + gradeação	
	Pastagens	Aração rasa, gradeação	Aração ± 30 cm. + gradeação	
	Culturas anuais	Aração profunda	Gradeação ou aração + gradeação	

- Obs. 1 - Para o caso de capoeira e culturas permanentes, deve-se fazer a destoca quando necessário.
 2 - A queima deverá ser efetuada com o solo úmido para evitar perda da matéria orgânica.
 * - A execução das operações de aração e gradeação fica na dependência das condições e limpeza da área (IAPAR, 1976-197).

TABELA XX
TIPOS DE ESPAÇAMENTOS RECOMENDADOS NA LAVOURA DE CAFÉ

VARIETADES	ESPAÇAMENTO BÁSICO	Nº DE MUDAS POR COVA
Mundo Novo	4,0 x 2,5 m	2
	4,0 x 1,0 m a 4,0 x 2,0 m	1-2
Catuaí	3,5 x 2,5 m	2
	3,5 x 1,0 m a 3,5 x 2,0 m	1-2

FONTE: (IAPAR, 1.976-198).

TABELA XXI

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DA CULTURA DO CAFÉ

ATIVIDADES MESES	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A
	et	u	o	e	a	e	a	br	ai	un	ul	go
	br	br	br	br	br	br	br	il	o	ho	ho	sto
	o	o	o	o	o	o	o	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poda	x	x										x
Plantas novas	x											
Adubação	x		x		x							
Capinas		x	x	x	x	x	x	x				
Pulverizações			x		x	x		x				
Desbrota					x							
<u>Colheita</u>												
Arruação							x					
Coroamento								x				
Colheita									x	x	x	x
Secagem									x	x	x	x
Repasso												x
Esparramamento	x	x										x

FONTE: Pesquisa na zona rural de Maringá. (1977).

TABELA XXII

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PODA EM CAFEEIROS-IAPAR-1976.

TIPOS DE PODA	ALTURA (metros)	SITUAÇÃO DA PLANTA	ÉPOCA DA PODA	CONDUÇÃO
Recepa*	0,30 - 0,40	Derrama das folhas da saia	Agosto a setembro	Dois brotos por tronco em lados opostos
Decote	1,50 - 2,00	Estágio inicial de fechamento. Não houve derrame de saia	Agosto a outubro	Desbaste parcial dos brotos ortotrópicos
Recote	1,00	Saia das plantas bem formadas c/ falhas na arquitetura da planta na parte superior	Agosto a outubro	Dois brotos por tronco em lados opostos
Esqueletamento	1,50 - 2,00 de altura c/ poda lateral dos ramos a 20 cm do tronco	Presença dos ramos laterais	Agosto a outubro	Dispensa desbrotas
Limpeza dos "ramos ladrões"		Excesso de ramos ortotrópicos (ladrões)	Desbrota periódica, eliminando os ramos ladrões	

* É realizada também em situações especiais, quando as folhas da parte aérea das plantas foram afetadas pela geada. A desbrota deve ser iniciada quando os brotos tiverem de 20 a 30 cm de altura.

dos quando realizada em janeiro.

Por volta de março inicia-se o processo da colheita, fase culminante do ano agrícola, com a arruação, que consiste na limpeza do terreno para a colheita, formando-se entre as ruas do cafezal, cordões de terra, contrários ao declive do terreno. Em seguida, durante o mês de abril realiza-se o coroamento ou fechamento do cordão, contornando-se os pés de café com montículos de terra, de modo a evitar que as águas das chuvas esparramem pelo terreno os grãos de café caídos, quando do amadurecimento precoce, bem como, quando a derriça é interrompida pela ocorrência de chuvas.

A colheita propriamente dita pode estender-se de maio a agosto, segundo a extensão da lavoura e a qualidade da safra. A técnica mais usada para colher o café é a derriça à mão, com a retirada dos grãos de cada galho ao mesmo tempo, de modo que os grãos de café caiam sobre o terreno já limpo para recebê-los. A seguir processa-se a varrição, oportunidade em que o café é varrido do solo com impurezas e amontoado em torno dos cafeeiros, para em seguida ser abanado em peneiras. Durante a abanação eliminam-se as impurezas que foram apanhadas do solo juntamente com o café. A seguir o café é transportado para os terreiros onde permanece de 10 a 15 dias para secar, após o que é armazenado nas tulhas, aguardando a comercialização. Em agosto é hábito realizar o repasso, que consiste em se apanhar os grãos de café que tenham permanecido nos galhos do cafeeiro ou no chão. Sua realização é importante, pois evita que grãos contaminados possam afetar a qualidade da safra seguinte. Finalmente, tem lugar o esparramamento, última etapa do processo da colheita e abertura de um novo ano agrícola.

Por ocasião da colheita é necessário um reforço da mão-de-obra, a fim de que se possa colher todo o café em tempo hábil, antes que os frutos já maduros comecem a se deteriorar, implicando na qualidade da futura bebida, notadamente quando ela coincide com um inverno úmido. Essa mão-de-obra, comumente, é obtida nos bairros periféricos do centros urbanos regionais, oportunidade em que trabalhadores

sub-empregados nas comunidades urbanas, assim como, mulheres e crianças deslocam-se para o campo para participarem da colheita do café.

Regionalmente, logo após as geadas de grande intensidade, que afetam sensivelmente os cafeeiros, os cafeicultores realizam a recepa, cortando os cafeeiros entre 30 a 50 cm do solo, a fim de que eles brotem mais rápido e não morram, facilitando sua recuperação.

Todas as atividades ligadas à lavoura do café são realizadas manualmente, razão pela qual ocupa numerosa mão-de-obra, na média de um trabalhador agrícola para cada 3.000 cafeeiros, ou seja uma pessoa para cada 3 alqueires, com base no espaçamento de 4m por 4m predominante nas lavouras da região.

Paralelamente a manutenção da lavoura cafeeira, desenvolvem-se as atividades ligadas às culturas de subsistência, quer quando realizadas intercaladas aos cafeeiros, quer quando realizadas na palhada, com o plantio, conservação e colheita do milho, feijão ou arroz, ou ainda outro produto, conforme o caso. Normalmente, estas atividades desenvolvem-se entre os meses de setembro a fevereiro.

A pecuária leiteira, geralmente de subsistência, dado ao predomínio de pequenas e médias propriedades, é outra atividade complementar que utiliza as pastagens localizadas na baixa encosta, onde é prejuízo certo plantar café, devido as geadas serem mais intensas nesse local.

Em função de suas peculiaridades a cultura do café requer uma série de benfeitorias que repetem-se habitualmente na paisagem regional através dos estabelecimentos cafeicultores, onde destacam-se a tulha, o terreiro, o secador, e no caso de grandes estabelecimentos as habitações da colônia. O terreiro é o local destinado a receber o café para secar ao sol. O secador, via de regra acoplado a tulha, destina-se a secar o café através do calor do fogo, quando a colheita coincide com um inverno úmido e o terreiro não vence secar a produção. A tulha destina-se a armazenar o café seco, pronto para a comercialização.

A colônia é representada por uma série de casas dispostas em sentido linear, no limite de média encosta com a baixa encosta, para servirem de habitação aos trabalhadores da lavoura de café. Regionalmente, ela muito raramente aparece na paisagem, visto ser própria do grande estabelecimento cafeicultor, que por sua vez também não ocorre com frequência na paisagem regional, pois o Norte Novo do Paraná foi loteado predominantemente em pequenas e médias propriedades.

3.1.2 - O Sistema Agrícola de Rotação de Culturas entre a Soja e o Trigo no Norte do Paraná:

No norte Paranaense a rotação de culturas entre a soja e o trigo obedece geralmente ao seguinte calendário:

SOJA		TRIGO	
Plantio	Colheita	Plantio	Colheita
Outubro	Abril	Abril	Setembro
Novembro	Maio	Maio	Outubro

Observa-se que há tempo suficiente para a colheita do trigo e o preparo do solo para o plantio da soja. Por outro lado, para a colheita da soja, preparo do solo e plantio do trigo, o tempo é escasso, o que tem contribuído para que a área semeada de trigo seja inferior à área colhida de soja.

Difícilmente os agricultores conseguem plantar trigo em toda a área colhida de soja, sem que ocorra um atraso em seu plantio, o que sem dúvida irá refletir na produção. Para fazer frente a esse problema, boa parte dos agricultores usam semear o trigo mais cedo, utilizando a técnica do plantio direto. Consiste na semeadura do trigo logo após ou junto com a colheita da soja, sem que haja um preparo prévio do solo, usando-se máquinas especiais, que apenas movimentam uma pequena faixa de solo onde as sementes e os adubos são colocados. Os resíduos da soja recém colhida permanecem na superfície, contribuindo para

evitar a erosão e ajudando a manter o solo protegido, assim como, armazenando a umidade a ser aproveitada pelo trigo.

O uso de sementes selecionadas é fator de fundamental importância para o sucesso tanto na cultura da soja como na do trigo.

A formação da lavoura da soja inicia-se com o tombamento da terra, que normalmente ocorre durante o mês de setembro, para já em seguida, no mês de outubro, fazer-se a gradeação e em novembro a semeadura juntamente com a adubação. Na prática, a proporção de adubo empregado é em média de duas sacas por uma de sementes, ou 400 kg. de adubo por alqueire semeado. Quando do preparo do solo, tanto no tombamento como na gradeação, todo cuidado é pouco, devendo serem bem feitos, a fim de possibilitarem a aeração da camada superficial do terreno, infiltração das águas das chuvas, boa germinação das sementes e controle preliminar das ervas daninhas. Quando da semeadura, os agricultores procuram manter um espaçamento correto, porque dele depende em parte, o sucesso da colheita.

Regionalmente, dezembro e começo de janeiro é a época da capina, coincidindo com o verão quente e úmido, realizada predominantemente com enxadas tocadas por "volantes", ou através de cultivadores puxados à trator. Segundo opinião da maioria dos agricultores, o uso de herbicidas em substituição a capina manual, não tem apresentado, por enquanto, resultados satisfatórios.

Durante o período de desenvolvimento da lavoura tem sido necessário aplicar-se, pelo menos, três pulverizações com fungicidas e inseticidas, entre dezembro e fevereiro, a fim de se dar combate aos fungos e insetos que atacam a lavoura. No caso de plantações de grandes extensão, as pulverizações tem sido realizadas através do uso de aviões agrícolas.

Independente do tipo de solo, todas as operações de mecanização da lavoura, seja ela de soja ou de trigo, têm sido na sua maioria, feitas em contorno. Por outro lado, quando há destocamento, tem sido comum fazer enleiramento

em nível. No entanto, no caso da declividade ser inferior a 15% e superior a 4% e o comprimento da pendente superior a 30 m, o IAPAR recomenda o terraceamento com base larga até 12% de declividade, e com base estreita entre 12% e 15% de declividade (IAPAR - 1976, 99).

Dependendo da época do plantio e da variedade semeada, a colheita da soja pode estender-se desde o início de fevereiro até fins de abril. No Estado do Paraná e particularmente no Norte do Paraná, tanto a colheita da soja como a do trigo são totalmente mecanizadas, empregando-se na sua execução os mesmos maquinários.

O excesso de chuvas, por ocasião da colheita da soja ou do trigo, prejudica sensivelmente o desenvolvimento das operações, bem como, a qualidade da produção. Tanto a soja como o trigo devem estar bem maduros e secos, livres do excesso de umidade, para serem colhidos. A lavoura da soja é considerada em ponto de colheita quando todas as plantas perdem quase completamente suas folhas, e as hastes e vagens apresentam cor que varia do amarelo palha ao marrom.

A soja perde e ganha umidade de acordo com as variações da umidade relativa do ar, de modo que em alguns casos é necessário colhê-la logo ao amanhecer ou no fim do dia. No entanto, segundo o IAPAR, nos casos em que ela estiver extremamente seca, recomenda-se fazer a colheita durante a noite, e em contrapartida, quando as condições apresentarem elevado teor de umidade, deve-se fazer a colheita nas horas mais quentes do dia (IAPAR - 1976, 279).

Por sua vez, regionalmente, a formação da lavoura do trigo inicia-se com a gradeação da terra logo após a colheita da soja, ou simultaneamente a esta, quando se emprega a técnica de plantio direto. Esta operação realiza-se na maioria das vezes durante os meses de abril e maio. A adubação é realizada juntamente com o plantio, na proporção média de 300 kg. por alqueire.

Durante o desenvolvimento da lavoura tem sido comum aplicarem-se normalmente três pulverizações, a fim de combater as doenças e insetos que a atacam, com o emprego

de inseticidas e fungicidas, geralmente no período compreendido entre maio e julho. Contudo, o produtor sempre deve estar atento para aplicar mais pulverizações, além das previstas, caso seja necessário para proteger a lavoura.

Segundo a variedade plantada e a época em que se realizou o plantio, a colheita, comumente desenvolve-se de setembro a outubro.

A lavoura estará em ponto ótimo de colheita, quando a palha do trigo apresentar-se totalmente amarelada; as aristas (barbas) estiverem abertas ou palmeadas; os grãos duros, sem condições de serem riscados ou cortados pela unha; a espiga apresentando fácil desbulhamento ao ser esfregada pela mão, com a maioria dos grãos soltando-se e a maior parte do ráquis quebrando-se.

Muitas vezes, quando o período da colheita coincide com a presença de um tempo chuvoso ocorrem prejuízos à qualidade da produção, porque o excesso de chuvas provoca o acamamento da lavoura, que além de favorecer a germinação dos grãos das hastes que chegam a tocar o solo, torna difícil o corte das plantas pelas colheitadeiras e facilita a perda de espigas. De sorte que um atraso demasiado na colheita causa danos irreversíveis à produção, não só pelos fatores acima descritos, mas também, porque o trigo colhido com maturação passada tem menor valor comercial, assim como, o desenvolvimento de ervas daninhas prejudica o trabalho das automotri- zes ou combinadas, aumentando sensivelmente as operações de beneficiamento para eliminação das ervas, e finalmente, provocando a desgrana das espigas devido o contato das colheitadeiras com as plantas.

O sistema de produção soja - trigo oferece uma série de vantagens ao agricultor. Efetivamente, o elevado índice de mecanização dessas duas culturas possibilita o emprego de reduzidíssima mão-de-obra, facilitando a administração, racionalizando no tempo a operacionalidade das atividades produtivas, aumentando a produtividade, diminuindo o custo do fator mão-de-obra, além de livrar o agricultor de uma série de encargos sociais previstos na legislação. Na prática, ocupa-se em média um trabalhador rural por cada 10 alqueires de terra plantada. A rotação de culturas ajuda a restabelecer

TABELA XXIII

RECOMENDAÇÕES PARA A CULTURA DA SOJA NO PARANÁ - IAPAR - 1976.

Épocas de Semeadura	Ciclo	Variedades		Espaçamento entre as Linhas	Densidade (nº de plantas p/m linear)
		Preferências	Toleradas		
15/10 a 30/10	Precoce	Paraná e Davis	Bragg* e Campos Gerais **	40 a 50 cm 60 a 70	20 a 25 20 a 25
	Médio	Mineira, Viçoja, Hardee, S. Rosa, Andrews e IAC-4	Flórida Industrial	60 a 70	20 a 25
	Tardio Precoce	UFV-1 Paraná e Davis	Bragg e Campos Gerais Flórida	75 a 80 40 a 50 50 a 60	15 a 20 25 a 30 20 a 25
19/11 a 20/11	Médio Semi-tardio	Mineira, Viçoja, Hardee, S. Rosa, Andrews e IAC-4	Industrial	50 a 60 60 a 75	20 a 25 15 a 20
	Tardio Médio	UFV-1	Flórida	50 a 60	25 a 30
21/11 a 10/12	Semi-tardio	Viçoja, Mineira, S. Rosa, Hardee, Andrews e IAC-4	Industrial	50 a 60 50 a 60	25 a 30 15 a 20
	Tardio	UFV-1			
11/12 a 30/12	Semi-tardio	S. Rosa, Hardee, Mineira, Andrews, Viçoja e IAC-4		40 a 50	25 a 30
	Tardio	UFV-1		50 a 60	20 a 25

* - Variedade muito susceptível ao "olho de rã" (doença fúngica).

** - Cultivada somente na região dos campos gerais, sul do Estado, susceptível à pústula bacteriana e fogo

TABELA XXIV

RECOMENDAÇÕES PARA A CULTURA DO TRIGO NO NORTE DO PARANÁ-IAPAR-1976.

ITENS	RECOMENDAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Cultivares em ordem decrescente de produção	INIA-F 66**, CIANO F 67**, TANORI-F 71**, Londrina, BH-1146*, IAS-55, Paraguai 214**, IAS 54, IAC 5 - Maringá*, Sonora 64**, Sonora 63**.	-
Épocas de Semeadura	15/04 a 15/05	-
Espaçamento entre linhas	17 - 20 cm	Em função da máquina utilizada
Produndidade da sementeira	3 a 5 cm	Aumentar a profundidade em Cultivares de porte alto ou em solos leves (arenosos)
Densidade de sementeira	70 - 90 sem./m linear	Densidades mais altas em solos pobres ou regiões quentes
Gastos de sementes	100 - 120 kg/ha	-
Peso de 1.000 sementes	30 kg	-

* - Desaconselhável para solos de alta fertilidade, devido a possibilidade de acamamento.

** - Não devem ser cultivadas em solos com Al trocável em nível tóxico abaixo da camada arável, mesmo se corrigida a acidez na superfície.

a fertilidade do solo, principalmente se uma delas for leguminosa, como é o caso da soja. Finalmente, uma das maiores vantagens encontra-se no fato de ambas utilizarem os mesmos implementos e técnicas agrícolas semelhantes, além de ocuparem as mesmas terras em períodos diferentes, possibilitando duas colheitas anuais.

Como a cultura da soja e do trigo ocupam todo o espaço mecanizável do estabelecimento, não existem terras disponíveis para culturas de subsistência ou pastagens, como comumente ocorria na época do domínio da monocultura comercial do café.

As benfeitorias limitam-se a um galpão, que a uma só vez serve de depósito e garagem. Logo após a colheita, o trigo é comercializado e armazenado nos locais determinados pelo Banco do Brasil, que adquire toda a produção. Já no caso da soja, quando ela não é comercializada em seguida à colheita, o proprietário armazena-a nas cooperativas ou em armazéns especializados, aguardando melhores preços no mercado.

3.1.3 - O Uso do Solo no Domínio da Cafeicultura e sob o Domínio da Cultura Associada da Soja e Trigo:

A mudança de técnicas agrícolas ocorridas em função da substituição da atividade produtiva principal, predominantemente da monocultura comercial do café pela cultura associada da soja e trigo, provocaria profundas transformações no sistema agrícola até então vigente no espaço rural de Maringá.

No estabelecimento cafeicultor, via de regra, o sistema agrícola assentava-se sobre a associação da trilogia - café-culturas de subsistência - pastagens -, onde sobressaía-se maciçamente a cultura do café como atividade produtiva predominante. De modo que a cultura do café ocupava a maioria das terras desde a parte inferior da média encosta até o espigão, normalmente 3/4 da área total. A baixa encosta, cerca de 1/4 da área, destinava-se na sua proporção superior às benfeitorias e pomar, e na porção inferior às pastagens, para a manutenção de uma pecuária de subsistência. Muito

raramente, em especial nos grandes estabelecimentos, parte da porção superior da baixa encosta destinava-se à palhada, ocupada por culturas de subsistência. Como na maioria das lavouras de café formadas antes de 1970 o espaçamento predominante fosse de 4 m x 4 m, o espaço entre as linhas de café era ocupado por culturas intercalares, as quais em períodos normais têm a função de culturas de subsistência, enquanto que em períodos especiais, isto é, durante a fase de formação da lavoura de café, bem como, nos três primeiros anos após a queda de geadas de grande intensidade, assumem a função de culturas de sustentação.

As principais culturas intercalares eram representadas pelo milho, arroz e feijão. Em menor escala o amendoim, soja, algodão e mamona. Os dois últimos, mais raros e cultivados especialmente nos primeiros anos após a queda de geadas causadoras de grandes danos aos cafeeiros, a fim de amenizar o custo operacional de manutenção do estabelecimento e de proporcionar alguma renda ao produtor.

As culturas intercalares ocupam o espaço de solo entre as linhas de café desde setembro a fevereiro. Em seguida, neste espaço desenvolvem-se as atividades preliminares à colheita do café, permanecendo o solo aí existente, praticamente, seis meses em repouso.

Em condições normais costuma-se plantar duas carreiras de culturas intercalares. Contudo, nos dois primeiros anos após a queda de geadas violentas, cultivava-se quatro carreiras, no terceiro ano duas ou três, e no quarto ano retorna-se ao número normal de duas carreiras.

Localizadas na baixada, as pastagens são ocupadas por uma pecuária leiteira, via de regra destinada a abastecer o pessoal permanente ocupado nas atividades produtivas, comportando até quatro reses por alqueire, possibilitando ao produtor uma renda extra, quando da venda das cabeças excedentes.

Na fase anterior ao advento regional da cultura associada da soja e trigo, dentre os 80 estabelecimentos computados na amostragem 73 - 91,25% - tinham a cultura do café como principal atividade produtiva, 5 - 6,25% - eram ocupados

pela pecuária leiteira, 2 - 2,50 % - pela "lavoura branca" (Tabela XVI). Por conseguinte, predominava entre os estabelecimentos rurais de Maringá, como atividade produtiva principal, a monocultura comercial do café. Associada às atividades complementares, de culturas intercalares e pastagens - ambas em escala de reduzida área, se comparadas com o cultivo contínuo da lavoura cafeeira.

A repetição habitual na paisagem regional do uso do solo pela trilogia café-culturas intercalares-pastagens, onde a monocultura comercial do café se destacava como principal atividade produtiva, ocupando destacadamente a maior parte da área, caracterizou no quadro regional um sistema agrícola com características próprias - a monocultura comercial do café.

No novo sistema agrícola implantado - associação da soja e trigo - todo espaço agrícola disponível e possível de mecanização é ocupado. Praticamente não há lugar para culturas de subsistência e bem pouco para pastagens. Pois, segundo a amostragem, entre os 51 - 63,75% - estabelecimentos que implantaram o sistema de cultivo soja-trigo, e que anteriormente eram ocupados pela cafeicultura, apenas 20 - 39,22% conservaram uma pequena área para pastagens - na fase anterior todo estabelecimento cafeicultor, sem exceção, possuía uma área de pastagem na baixa encosta. Também, apenas 12 - 23,53% - conservaram alguns talhões de café nos espigões mais favoráveis a essa cultura, assim como, somente 9 - 17,65% mantiveram uma pequena área para "lavoura branca". Mesmo assim, essas atividades secundárias ocupam áreas pouco expressivas se cotejadas com a área destinada a atividade produtiva principal (Tabelas XXV e XXVI).

Os talhões das antigas lavouras de café, que subsistiram em certos estabelecimentos, foram conservados, em área especiais, graças a presença de espigões bastante favoráveis à cultura do café, onde mesmo as geadas mais violentas causam, apenas, prejuízos de pequena monta aos cafeeiros.

Da anterior ocupação do solo, exceto a habitação, as demais benfeitorias cederam lugar ou foram adaptadas para serem usadas como depósito ou garagem. O depósito para a guarda dos produtos a serem empregados na plantação, como

TABELA XXV

USO DO SOLO ANTERIOR E POSTERIOR A 1.968 ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ

ATIVIDADE PRODUTIVA	SITUAÇÃO EM 1.967 - alq.		SITUAÇÃO EM 1.977 - alq.		DIFERENÇA (+ ou -) alq.		% (+ ou -)	
	1.082,51 80	%	1.298,01 80	%	215,50 -	+	19,91 -	+
ÁREA ESTABELECIMENTOS	1.082,51 80	%	1.298,01 80	%	215,50 -	+	19,91 -	+
Lav. de Café	659,40	60,91	196,15	15,11	463,25	-	70,25	-
Lav. Branca	18,45	1,70	28,70	2,21	10,25	+	55,55	+
Pastagens	309,75	28,61	226,00	17,41	83,75	-	27,04	-
Terras não Aprv.	13,81	1,28	14,31	1,10	0,50	+	3,62	+
Benfeitorias	39,35	3,64	30,85	2,38	8,50	-	21,60	-
Matas Naturais	29,75	2,75	13,25	1,02	16,50	-	55,46	-
Matas Plantadas	1,00	0,09	3,00	0,23	2,00	+	200,00	+
Palhada	6,00	0,56	1,75	0,13	4,25	-	70,83	-
Pomar	5,00	0,46	4,50	0,35	0,50	-	10,00	-
Lav. Soja/Trigo	-	-	777,50	59,90	777,50	+	100,00	+
Lav. Algodão	-	-	2,00	0,16	2,00	+	100,00	+
TOTAL	1.082,51	100,00	1.298,01	100,00	215,50	+	19,91	+

TABELA XXVI

USO ATUAL DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE
NÃO MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

ATIVIDADE PRODUTIVA	USO DA TERRA - Alq. -	%
ÁREA ESTABELECIMENTOS	188,66 23	14,53 28,75
Lav. de Café	155,40	82,37
Lav. Branca	0,90	0,48
Pastagens	15,00	7,95
Terras não Aprov.	1,00	0,53
Benfeitorias	5,36	2,84
Matas Naturais	8,75	4,64
Palhada	1,75	0,93
Pomar	0,50	0,26
TOTAL	188,66	14,53

também, para armazenar a produção, por poucos dias na ocasião da colheita. A garagem para a conservação e manutenção do maquinário agrícola empregado na produção. Mesmo assim, nos estabelecimentos sujeitos a mesma administração, as benfeitorias somente são encontradas no estabelecimento sede.

Comparando-se o uso do solo, anterior e atual, entre os 80 estabelecimentos arrolados na amostragem, observa-se a ocorrência tanto de transformações qualitativas como quantitativas, que em suma materializam, na paisagem atual, o predomínio e de um novo sistema agrícola - a associação da soja e trigo, ou seja a rotação de cultura entre a soja e trigo. (Tabelas XXV, XXVI, XXVII).

Com efeito, segundo a amostragem, o novo sistema agrícola repete-se em pelo menos 63,75% dos estabelecimentos ou em 78,72% da área da zona rural do município. Enquanto que, os estabelecimentos que conservaram o sistema agrícola anterior da monocultura comercial do café representam, apenas, 28,75 % e ocupam 14,35% da área, e os ocupados por pastagens representam, tão somente, 7,50% ocupando 6,74% da área (Tabela XVIII).

De outra forma, analisando-se a evolução do uso do solo segundo a atividade produtiva principal por grupos de áreas, em 1967 e 1977, entre os 80 estabelecimentos computados na amostragem, observa-se na fase atual, isto é, sob o domínio do binômio soja-trigo, a tendência à formação de médias e grandes propriedades, assim como, os pequenos estabelecimentos cafeicultores revelaram resistir mais à mudança da atividade produtiva principal, enquanto que, são poucos os estabelecimentos de maiores dimensões que conservaram a cafeicultura, pois a maioria dos estabelecimentos que modificaram sua atividade produtiva principal encontram-se entre aqueles de área superior a 20 ha (Tabela XXVIII).

Desse modo, quanto a mudança da atividade produtiva principal, segundo as dimensões da unidade de exploração, de acordo com a amostragem, a tendência para modificação, notadamente da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, foi mais expressiva entre os estabelecimentos de dimensões acima de 10 ha, sempre de forma mais significativa a medida que a dimensão fosse maior. Em contrapartida, os pequenos estabelecimentos oferecem maior resistência à mudança

TABELA XXVII

USO ATUAL DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

ATIVIDADE PRODUTIVA	SITUAÇÃO EM 1967 FASE ANTERIOR - Alq.		SITUAÇÃO EM 1977 FASE ATUAL - Alq.		DIFERENÇA (±)	% (±)
ÁREA ESTABELECIMENTOS	903,85 57	83,50 71,25	1.109,35 57	84,24 71,25	205,50 + -	22,74 + -
Lav. de Café	514,00	56,86	40,75	3,67	473,25 -	92,08 -
Lav. Branca	17,55	1,94	27,80	2,50	10,25 +	58,40 +
Pastagens	294,75	32,62	211,00	19,02	83,75 -	28,41 -
Terras não Aprov.	12,81	1,42	13,31	1,20	0,50 +	3,90 +
Benfeitorias	33,99	3,76	25,49	2,30	8,50 -	25,01 -
Matas Naturais	21,00	2,32	4,50	0,41	16,50 -	78,57 -
Matas Plantadas	1,00	0,11	3,00	0,27	2,00 +	200,00 +
Palhada	4,25	0,47	-	-	4,25 -	100,00 -
Pomar	4,50	0,50	4,00	0,36	0,50 -	11,11 -
Lav. Soja/Trigo	-	-	777,50	70,09	777,50 +	100,00 +
Lav. Algodão	-	-	2,00	0,18	2,00 +	100,00 +
TOTAL	903,85	100,00	1.109,35	100,00	205,50 +	22,74 +

TABELA XXVIII

Atividade produtiva principal, por grupos de área, entre 80 estabelecimentos da zona rural de Maringá em 1967 e 1977.

Grupos de Área ha	1.967									1.977								
	Total de Estabelecimentos				Atividade Produtiva	Estabelecimentos				Total de Estabelecimentos				Atividade Produtiva	Estabelecimentos			
	N.o	%	Área	%		N.o	%	Área	%	N.o	%	Área	%		N.o	%	Área	%
0 a 5	5	6,25	17,57	0,67	L. Branca	1	20,00	1,21	6,90	—	—	—	—	L. Branca	1	14,29	1,21	5,31
					L. Café	4	80,00	16,33	93,10	7	3,75	22,79	0,73	L. Café	4	57,14	16,33	71,65
					—	—	—	—	—	—	—	—	Soja/Trigo	2	28,57	5,25	23,04	
5 a 10	8	10,00	65,67	2,50	Pecuária	1	12,50	0,68	14,74	—	—	—	—	Pecuária	2	22,22	19,36	25,83
					L. Café	7	87,50	55,99	85,26	9	11,25	74,94	2,39	L. Café	3	33,33	24,20	32,29
					—	—	—	—	—	—	—	—	Soja/Trigo	4	44,45	31,38	41,88	
10 a 15	20	25,00	256,91	9,79	Pecuária	1	5,00	14,52	5,55	—	—	—	—	Pecuária	2	14,29	24,20	13,30
					L. Café	18	90,00	230,29	89,64	14	17,50	181,89	5,79	L. Café	7	50,00	92,35	50,77
					L. Branca	1	5,00	12,10	4,71	—	—	—	—	Soja/Trigo	5	35,71	65,34	35,93
15 a 20	4	5,00	72,60	2,77	L. Café	4	100,00	72,60	100,00	3	3,75	56,87	1,81	L. Café	1	33,33	19,36	24,04
					—	—	—	—	—	—	—	—	Soja/Trigo	2	66,67	37,51	65,96	
					—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20 a 30	21	26,25	526,71	20,07	L. Café	21	100,00	526,71	100,00	18	22,50	451,08	14,36	Pecuária	1	55,56	25,41	5,63
					—	—	—	—	—	—	—	—	L. Café	3	16,67	77,44	17,17	
					—	—	—	—	—	—	—	—	Soja/Trigo	14	77,77	348,23	77,20	
30 a 50	8	10,00	326,33	12,43	L. Café	6	75,00	254,34	77,94	8	10,00	342,57	10,91	L. Café	1	12,50	46,58	13,60
					Pecuária	2	25,00	71,99	22,06	—	—	—	—	Soja/Trigo	7	87,50	295,99	36,40
					—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
50 a 100	10	12,50	746,58	28,45	L. Café	10	100,00	746,58	100,00	15	18,75	1.119,26	35,63	Pecuária	2	13,33	152,46	13,62
					—	—	—	—	—	—	—	—	L. Café	2	13,33	169,40	15,13	
					—	—	—	—	—	—	—	—	Soja/Trigo	11	73,34	797,40	71,25	
100 a 200	3	3,75	370,16	14,10	L. Café	3	100,00	370,16	100,00	5	6,25	649,77	20,68	Soja/Trigo	5	100,00	649,77	100,00
200 a 300	1	1,25	242,00	9,22	Pecuária	1	100,00	242,00	100,00	1	1,25	242,00	7,60	Soja/Trigo	1	100,00	242,00	100,00
Totais	80	100,00	2.624,50	100,00	—	80	100,00	2.624,50	100,00	80	100,00	3.141,17	100,00	—	80	100,00	3.141,17	100,00

de atividade.

Assim é, que de 18 estabelecimentos cafeicultores entre 10 a 15 ha em 1967, restaram apenas 7 em 1977; dos 21 entre 20 a 30 ha restaram apenas 3; dos 6 entre 30 a 50 ha restou somente 1; dos 10 entre 50 a 100 ha restaram unicamente 2; e finalmente dos 3 entre 100 a 200 ha nenhum conservou a cafeicultura como atividade principal (Tabela XXVIII).

Assim sendo conclui-se que existe uma significativa relação entre a dimensão do estabelecimento e a mudança da atividade produtiva principal de forma que a tendência da cafeicultura tem sido de persistir com maior expressividade entre os pequenos estabelecimentos, sugerindo maiores dificuldades destes empresários em mudar de atividade, embora, como regra geral, sejam justamente os pequenos produtores aqueles que suportam com maiores dificuldades as crises que se manifestam no setor agrícola.

Ao contrário, a mudança da atividade produtiva principal, em particular da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, manifesta-se com maior significância entre os estabelecimentos com dimensões acima de 10ha, revelando maior flexibilidade destes em adaptar-se ao novo sistema agrícola, ou seja a rotação de culturas entre a soja e o trigo.

Todavia, dois casos de cultura associada da soja e trigo, em pequenos estabelecimentos, com dimensões abaixo de 5 ha (Tabela XXVIII), que fogem a regra geral, já que supostamente sua exploração por esta associação de culturas é anti-econômica, explicam-se pelo fato de seus proprietários terem arrendado a maior parte da sua propriedade para a cultura da soja, e que por comodidade, bem como, por facilidade de alugar os maquinários e equipamentos do arrendatário, ocuparem o restante da propriedade inicial, isto é, a menor parte, com a mesma cultura da porção arrendada, como constatou-se empiricamente.

3.2 - A Estrutura Fundiária

Quando do loteamento das terras da região de Maringá, a Cia. de Terras Norte do Paraná adotou o mesmo sistema já colocado em prática desde 1930, nas suas terras mais ocidentais da região de Londrina e Apucarana.

Os lotes possuíam a forma retangular, com largura variável, cortados em tiras, desde o topo do espigão até o fundo dos vales, ao longo de toda a encosta, de forma que cada propriedade, possui uma parte alta favorável à cultura do café, e uma parte baixa no fundo do vale, destinada a pastagens, hortas, pomares e "lavouras brancas", delimitada na parte superior por uma estrada e no fundo do vale por um curso de água.

A área média dos lotes rurais era de 10 a 15 alq. paulistas, predominando propriedades de 5, 10, 15 e 20 alqueires, sendo poucas as propriedades maiores de 50 alq. A área média dos lotes variava de acordo com a localização, de forma que os lotes de 1 a 5 alq. situavam-se ao redor dos núcleos urbanos, os de 5 a 10 alq. vêm em seguida, e nas áreas mais afastadas situavam-se os lotes acima de 10 alqueires.

Em 1938 foram iniciadas as vendas dos lotes rurais da região de Maringá, com maior concentração nos lotes de até 3 alqueires (700); vindo a seguir os lotes de 5 a 10 alqueires (444) e os de 3 a 5 alqueires (318). Desse modo, observa-se que 1.462 dos 1.909 lotes iniciais, têm uma área de até 10 alqueires, representando 76,6%; os lotes de mais de 50 alqueires são apenas 37, isto é, 1,9% do total; os lotes com área entre 10 e 15 alqueires representam 21,5% (410) lotes.

A ocorrência maior de lotes de até 3,0 alqueires verifica-se em torno do núcleo urbano de Maringá e do distrito de Iguatemi, pois no planejamento original da Companhia, seria destinado às chácaras que formariam o cinturão verde, a fim de suprir a população urbana com produtos hortigranjeiros.

No restante do município há uma acentuada predominância dos lotes com área entre 5 e 10 alqueires, sendo raros os

lotes com mais de 100 alqueires, o que se pode observar na análise da relação abaixo, da área inicial dos lotes rurais do município de Maringá, vendidos pela Cia. de Terras Norte do Paraná, entre 1938 e 1973, conforme consta em seu livro de Registro de Vendas de Lotes Rurais:

Alqueires	Nº de Lotes	%
0 - 3	700	36,7
3 - 5	318	16,7
5 - 10	444	23,2
10 - 15	166	8,7
15 - 20	99	5,2
20 - 30	91	4,8
30 - 50	54	2,8
50 - 100	31	1,6
100 - 300	6	0,3
Total	1.909	100,00

Contudo, durante o transcorrer do tempo, sob o domínio da cafeicultura houve uma tendência para o desdobramento dos lotes iniciais, além do fracionamento normal que ocorre por partilha hereditária.

Com efeito, em 1968 segundo o cadastro rural da Prefeitura Municipal de Maringá, existiam 2.623 lotes rurais, isto é, houve a formação de mais 714 lotes através do desdobramento dos lotes iniciais, na ordem de 27,21%.

No entanto, segundo a amostragem, atualmente, sob o domínio da cultura associada do trigo e da soja, vem-se manifestando uma tendência para a aglutinação, dando ensejo à formação de médias e grandes propriedades.

Realmente, desde que começou a materializar-se na paisagem regional o sistema agrícola da cultura associada da soja e trigo, significativas transformações vêm ocorrendo com a malha fundiária da zona rural de Maringá, graças à concentração fundiária, quer através da ampliação pela aquisição de propriedades contíguas - aglutinação -, quer pela aquisição de propriedades circunvizinhas.

Economicamente, para ser rentável a cultura associada da soja e trigo necessita de maior área de terra do que

a das pequenas e médias propriedades da zona rural de Maringá. Por conseguinte, os produtores bem sucedidos no novo sistema de produção - rotação entre a soja e trigo, procuram aumentar suas disponibilidades de terras, por intermédio da compra ou arrendamento de outras propriedades.

Através da compra de terrenos contíguos verifica-se a tendência para formação de médias e grandes propriedades, por conseguinte de médias e grandes unidades de exploração, o que também vem ocorrendo graças ao arrendamento de terras, quando essas também são contíguas.

Com efeito, segundo a distribuição dos estabelecimentos por grupos de áreas, em 1967 tinha-se a seguinte situação: entre 30 a 50 ha, 8 estabelecimentos detinham 326,33 ha ou 12,43 % da área; entre 50 a 100 ha, 10 estabelecimentos detinham 746,58 ha ou 28,45% da área; entre 100 a 200 ha, 3 estabelecimentos detinham 370,16 ha ou 14,10% da área. Já em 1977, isto é, transcorridos 10 anos, no grupo de 30 a 50 ha permanecem 8 estabelecimentos, mas agora detendo 342,57 ha ou seja 10,91 % da área; no grupo de 50 a 100 ha há um aumento para 15 estabelecimentos que passam a deter 1119,26 ha ou 35,65 % da área; enquanto que no grupo de 100 a 200 ha ocorre um aumento para 5 estabelecimentos que passam a deter 649,77 ha ou 20,78% da área (Tabela XXVIII), deixando claro a tendência à formação de médias e grandes propriedades na área.

Por outro lado, simultaneamente ocorre uma expressiva diminuição tanto no número de estabelecimentos, como em área, entre os grupos de 10 a 15 ha e 20 a 30 ha, que passam respectivamente de 20 estabelecimentos com 256,91 ha ou 9,79% da área em 1967, para 14 estabelecimentos com 181,89 ha ou 5,79% da área em 1977, e de 21 estabelecimentos com 526,71 ha ou 20,07% da área em 1967, para 18 estabelecimentos com 451,08 ha com 14,36% da área em 1977, não deixando dúvidas sobre a tendência ao processo de concentração (Tabela XXVIII).

Quando da aquisição por compra e/ou arrendamento de propriedades circunvizinhas, geralmente situadas na mesma gleba ou estrada, verifica-se também a concentração da propriedade, por conseguinte das unidades produtivas.

Na impossibilidade de compra, verifica-se o arrendamento, de preferência da propriedade contígua, provocando a ampliação do estabelecimento produtor, o que também implica na formação de médias e grandes unidades de exploração. Por outro lado, quando do arrendamento de propriedades circunvizinhas, verifica-se a concentração das unidades de exploração. Em ambos os casos ocorre a concentração do direito de uso.

Conseqüentemente o processo de concentração fundiária vem provocando a formação de médias e grandes propriedades, bem como, no caso do processo de concentração por meio da aglutinação de propriedades contíguas a formação de médias e grandes unidades de exploração. Estas também têm-se formado caracteristicamente no município através do arrendamento de propriedades contíguas. Na verdade, a tendência à concentração do direito de uso tem ocorrido ainda pelo arrendamento de propriedades não contíguas.

Segundo a amostragem, a concentração da propriedade através da ampliação por aglutinação é maior entre os estabelecimentos que promoveram a substituição da atividade produtiva principal, do que entre os que não a promoveram (Tabelas XXIX e XXX).

Entre os 57 estabelecimentos que mudaram de atividade produtiva principal, na fase anterior, apenas 2 sofreram ampliação e 2 redução de área. Já na fase atual, entre os que adotaram o sistema de produção soja-trigo, 9 foram ampliados por compra e 4 por arrendamento, enquanto que também 4 foram reduzidos por arrendamento. Entre os que optaram pela pecuária, apenas um sofreu modificação, esta foi por redução (Tabela XXIX).

Entre os 23 estabelecimentos que não modificaram a atividade produtiva principal, na fase anterior, dois sofreram redução e dois ampliação por compra. Na fase atual, apenas um sofreu ampliação por compra (Tabela XXX).

Na fase atual, entre os estabelecimentos que optaram pelo sistema de produção soja-trigo, 14 ou 24,56% sofreram ampliação: 9 ou 15,79 % por compra e 5 ou 8,77 % por arrendamento; ao mesmo tempo, 5 ou 8,77 % sofreram redução por arrendamento. Entre os que optaram pela pecuária 1 ou

TABELA XXIX

AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DA PROPRIEDADE ENTRE OS ESTABELECIMENTOS
QUE MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

FORMA DE ALTERAÇÃO	ANTERIOR A 1968				POSTERIOR A 1968								TOTAL
	ATV. PROD. ATUAL - 1977				ATIVIDADE PRODUTIVA ATUAL - 1977								
	Soja - Trigo				Soja - Trigo				Pecuária				
	Ampliação		Redução		Ampliação		Redução		Ampliação		Redução		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Compra	2	3,50	-	-	9	15,79	-	-	-	-	-	-	11
Arrendamento	-	-	-	-	5	8,77	5	8,77	-	-	1	1,75	11
Venda	-	-	2	3,50	-	-	-	-	-	-	-	-	2
S/Alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
TOTAL	2	3,50	2	3,50	14	24,56	5	8,77	-	-	1	1,75	57

RESUMO: área em 1967: 903,85 alq.; área em 1977: 1.109,35 alq.

Transformações posteriores a 1968: Ampliações = 169,50 alq. pela compra de 21 propriedades; 61,00 alq. pelo arrendamento de 7 propriedades. Reduções = 25,00 alq. pelo arrendamento de 5 propriedades.

TABELA XXX

AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO DA PROPRIEDADE ENTRE OS ESTABELECIMENTOS
QUE NÃO MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

FORMA DE ALTERAÇÃO	Anterior a 1.968				Posterior a 1.968				TOTAL
	Ampliação		Redução		Ampliação		Redução		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Compra	2	8,69	-	-	1	4,35	-	-	3
Venda	-	-	2	8,69	-	-	-	-	2
S/alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Total	2	.	2	.	1	.	-	-	23

RESUMO: área em 1.967 - 180,66 alq., área em 1.977 - 188,66 alq.
Ampliações: 8 alq.

1,75% sofreram redução por arrendamento (Tabela XXIX). Por sua vez, entre aqueles que não alteraram a atividade produtiva principal, apenas 1 ou 4,35 % sofreram ampliação por compra (Tabela XXX).

Em resumo, entre os estabelecimentos que modificaram a atividade produtiva principal, o total das ampliações, deduzidas as reduções, somam 205,50 alqueires - 22,74% -, da seguinte forma: 9 foram ampliados por compra, num total de 169,50 alqueires, representados por 21 propriedades; 5 por arrendamento, no total de 61,00 alqueires, representados por 7 propriedades; 6 sofreram redução por arrendamento, no total de 25 alqueires, retirados de 5 propriedades. Já entre aqueles que não modificaram a atividade produtiva principal, só 1 - 4,35% - estabelecimento foi ampliado em 8 alqueires - 4,42% -, representados por duas propriedades (Tabela XXIX e XXX).

Quanto a redução ou parcelamento das propriedades, a amostragem revelou ser mais significativa na fase atual, entre os estabelecimentos que promoveram a substituição da atividade produtiva principal.

Com efeito, entre os estabelecimentos que optaram pelo sistema de produção soja-trigo, 5 ou 8,77% sofreram parcelamento através do arrendamento. Enquanto que entre os que optaram pela pecuária, apenas 1 ou 1,75% sofreu parcelamento através de arrendamento (Tabela XXIX).

Por outro lado, entre aqueles estabelecimentos que não modificaram a atividade produtiva principal, apenas 1 sofreu redução por venda e isso ocorreu na fase anterior (Tabela XXX).

Esses dados revelam que no domínio da cafeicultura, em virtude do café ser uma cultura de caráter permanente, as terras ocupadas por essa cultura não se prestam ao arrendamento com a finalidade de parcelamento da unidade produtiva.

Por sua vez, sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, o parcelamento da unidade produtiva, notadamente por arrendamento, ocorre com mais freqüência, não só dado ao caráter temporário dessas culturas, mas também, face às

dificuldades e falta de recursos que alguns agricultores encontram para explorar a área total do estabelecimento agrícola, como constatou-se empiricamente.

Da análise das tabelas XXXI e XXXII, observa-se que a integridade territorial das unidades de exploração era bem mais estável sob o domínio da cafeicultura, o que já não acontece sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, pois revela, como já foi dito, uma expressiva tendência à formação de médias e grandes propriedades, por conseguinte, de médias e grandes unidades de exploração, fato que pode ser bem observado através da análise das figuras XI, XII, XIII e XIV.

No entanto, sob o domínio da cafeicultura verificou-se o fracionamento de propriedades, notadamente por venda, via de regra antes da ocupação do lote fundiário, bem como, posteriormente, em condições normais através da partilha por herança. De sorte que dos 1.909 lotes rurais da estrutura fundiária inicial de 1938 das glebas que passariam a fazer parte do território do município de Maringá, passou-se para 2.623 em 1968, isto é, uma multiplicação de 714 lotes ou seja 27,21%, segundo o cadastro rural da prefeitura municipal.

Com efeito, entre os estabelecimentos que não modificaram sua atividade produtiva principal, as alterações mais significativas ocorreram de 1967 a 1977 entre os grupos de área de 20 a 30 ha e de 30 a 50 ha. O grupo de 20 a 30 ha que contava com 4 estabelecimentos detendo 104,66 ha ou seja 23,94% da área, passou em 1977 a contar com 3 estabelecimentos com área total de 77,44 ha ou 16,96%, enquanto que o grupo de 30 a 50 ha que não contava com nenhum estabelecimento em 1967, passa em 1977 a contar com 1 estabelecimento com área de 46,58 ha ou 10,20% da área (Tabela XXXI).

Por outro lado, entre os estabelecimentos que promoveram a substituição da atividade produtiva principal, as alterações mais significativas verificaram-se no período de 1967 a 1977, notadamente a partir dos grupos de área de 10 a 15 ha até os de 30 a 50 ha, que passaram a contar com menos estabelecimentos, por conseguinte, com menor área total em cada grupo, em benefício dos grupos de 50 a 100 ha e de 100 a 200 ha, que passaram a contar com maior número de estabeleci-

TABELA XXXI

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREAS, ENTRE 23 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ, QUE NÃO MODIFICARAM SUA ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 1950 - 1967 - 1977

GRUPOS DE ÁREA ha	1.950				1.967				1.977			
	ESTABELEC.		ÁREA		ESTABELEC.		ÁREA		ESTABELEC.		ÁREA	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
0 a 5	5	21,73	16,94	3,94	5	21,73	17,54	4,01	5	21,73	17,54	3,84
5 a 10	5	21,73	41,14	9,58	4	17,38	33,88	7,75	4	17,38	33,88	7,42
10 a 15	6	26,07	77,83	18,13	7	30,43	92,35	21,12	7	30,43	92,35	20,23
15 a 20	1	4,38	19,36	4,51	1	4,38	19,36	4,43	1	4,38	19,36	4,24
20 a 30	4	17,39	104,66	24,38	4	17,38	104,66	23,94	3	13,00	77,44	16,96
30 a 50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,38	46,58	10,20
50 a 100	2	8,70	169,40	39,46	2	8,70	169,40	38,75	2	8,70	169,40	37,11
TOTAIS	23	100,00	429,33	100,00	23	100,00	437,19	100,00	23	100,00	456,55	100,00

TABELA XXXII

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREAS, ENTRE 57 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ, QUE MODIFICARAM SUA ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 1950, 1967, 1977.

GRUPOS DE ÁREA ha	1.950				1.967				1.977				
	ESTABELEC.		ÁREA		ESTABELEC.		ÁREA		ESTABELEC.		ÁREA		
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%	
0 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,51	5,25	0,20
5 a 10	4	7,02	29,48	1,35	4	7,02	31,79	1,45	5	8,77	41,06	1,53	
10 a 15	12	21,05	150,04	6,92	13	22,81	164,56	7,52	7	12,28	89,54	3,34	
15 a 20	3	5,26	53,24	2,45	3	5,26	53,24	2,44	2	3,51	37,51	1,38	
20 a 30	19	33,33	472,87	21,79	17	29,82	422,05	19,30	15	26,32	373,64	13,92	
30 a 50	8	14,04	326,33	15,04	8	14,04	326,33	14,92	7	12,28	295,98	11,03	
50 a 100	6	10,53	417,25	19,22	8	14,04	577,18	26,39	13	22,81	949,86	35,39	
100 a 200	4	7,02	479,16	22,08	3	5,26	370,16	16,92	5	8,77	649,78	24,20	
200 a 300	1	1,75	242,00	11,15	1	1,75	242,00	11,06	1	1,75	242,00	9,01	
TOTAIS	57	100,00	2.170,37	100,00	57	100,00	2.187,31	100,00	57	100,00	2.684,62	100,00	

PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA, SOBRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ENTRE OS 23 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ QUE NÃO MODIFICARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL - 1950, 1967 E 1977.

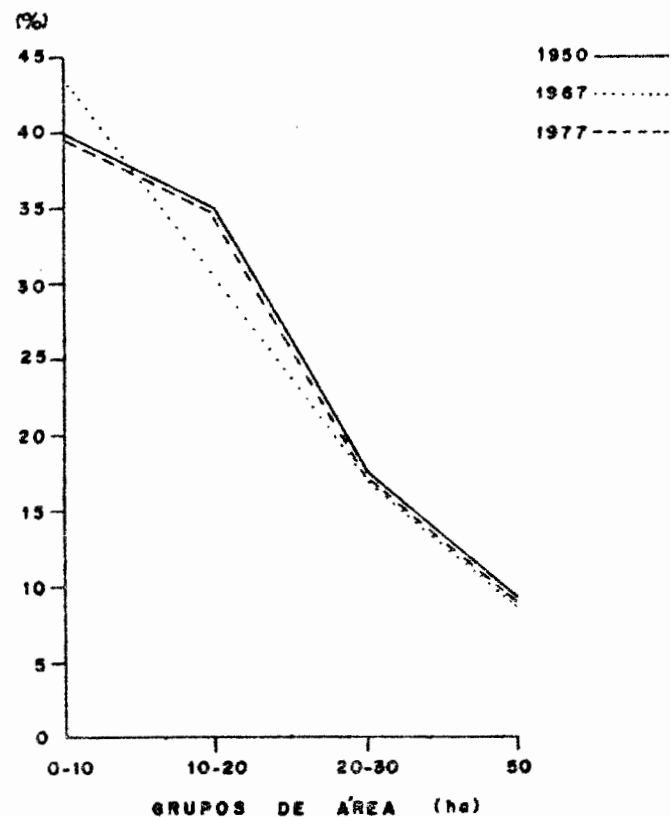


FIG. XI

PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA, SOBRE A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, ENTRE OS 23 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ QUE NÃO MODIFICARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL - 1950, 1967 E 1977.

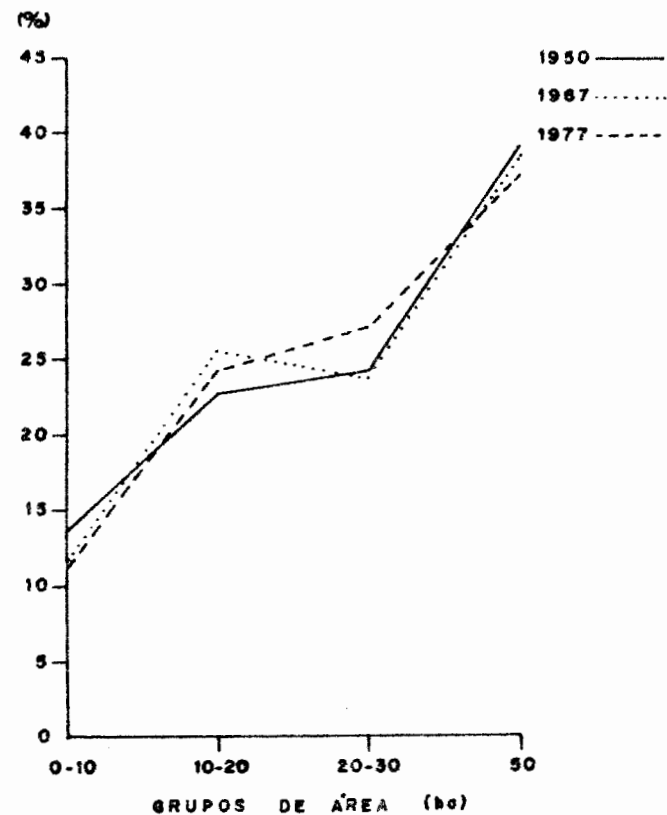
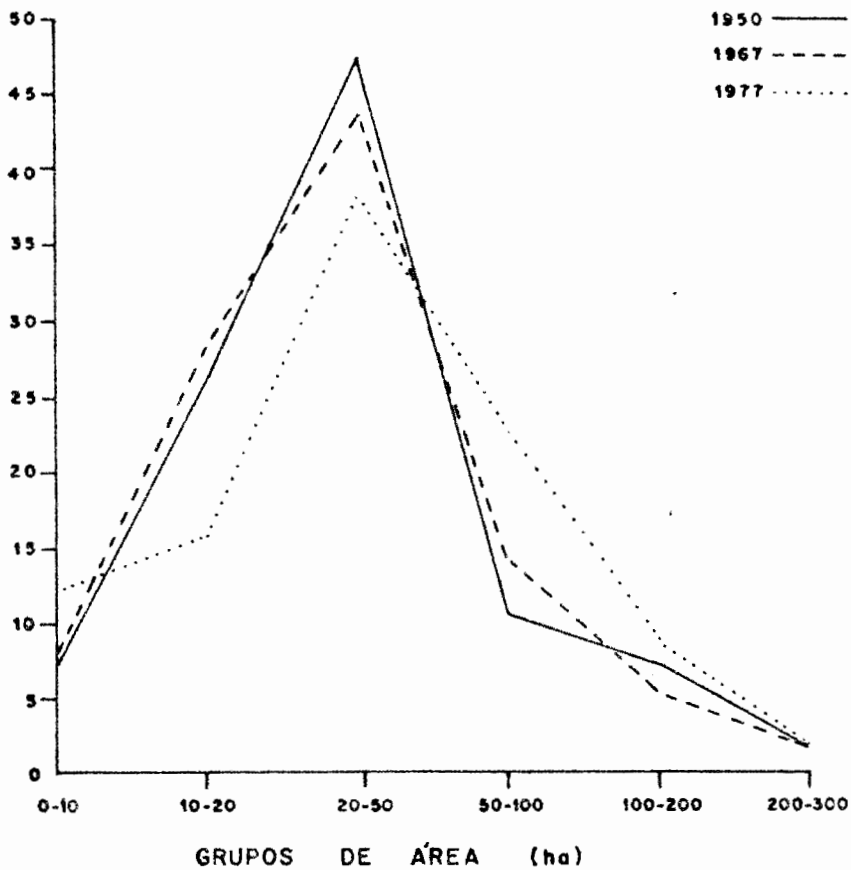
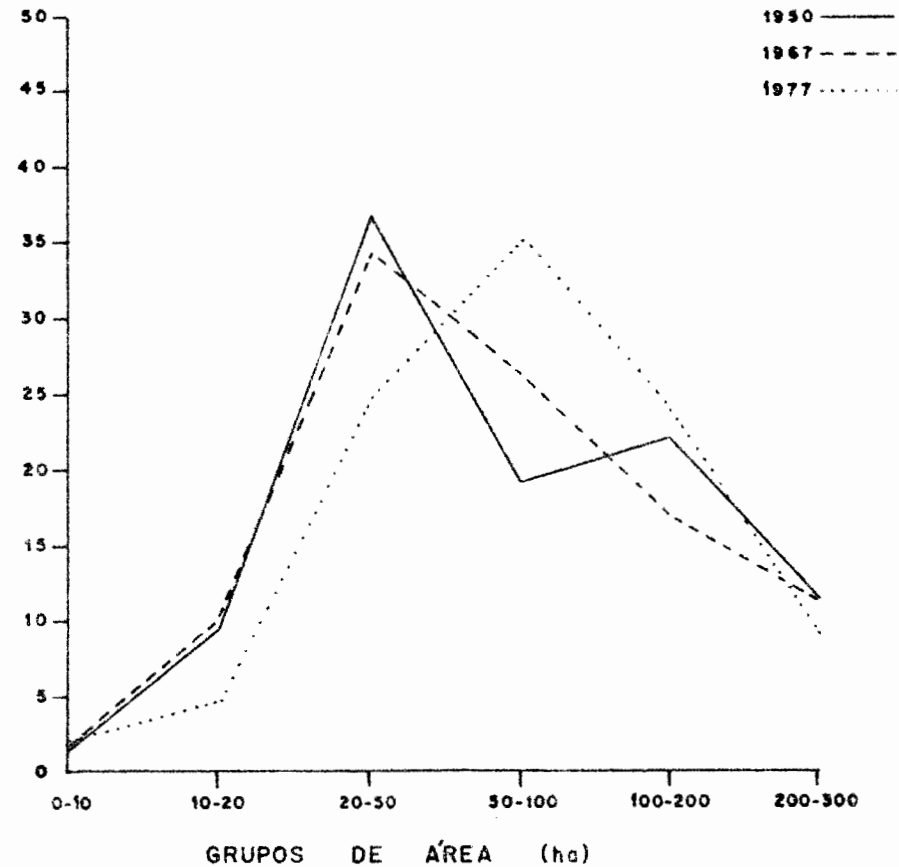


FIG. XII

PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA, SOBRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ENTRE OS 57 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ QUE MODIFICARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL - 1950, 1967 E 1977.



PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA, SOBRE A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, ENTRE OS 57 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ QUE MODIFICARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL - 1950, 1967 E 1977.



mentos, conseqüentemente maior área. Assim é, que de 13 estabelecimentos em 1967, com 164,56 ha ou 7,52% da área, o grupo de área de 10 a 15 ha passou a contar com 7 estabelecimentos em 1977, com 89,54 ha ou 3,34% da área; o grupo de área de 15 a 20 ha com 3 estabelecimentos somando 53,24 ha ou 2,44% da área em 1967, passou para 2 estabelecimentos em 1977 com 37,51 ha ou 1,38% da área; o grupo de área de 20 a 30 ha que contava com 17 estabelecimentos em 1967, detendo 422,05 ha ou 19,30% da área, passou em 1977 a contar com 15 estabelecimentos com 377,64 ha ou 13,92% da área; e finalmente, o grupo de 30 a 50 ha de 8 estabelecimentos com 326,73ha ou 14,92% da área em 1967, passou para 7 estabelecimentos com 295,98 ha ou 11,03% da área. Ao mesmo tempo, o grupo de área de 50 a 100 ha que contava com 8 estabelecimentos detendo 577,18 ha ou 26,39%, passou a contar com 13 estabelecimentos detendo 949,86 ha ou 35,39% da área; o grupo de 100 a 200 ha que contava com 3 estabelecimentos com 370,16 ha ou 16,92% da área, passou a contar com 5 estabelecimentos detendo 649,78 ha ou 24,20% da área (Tabela XXXII).

Desse modo, conforme revelou a amostragem segundo os grupos de áreas, torna-se evidente a expressividade da tendência à formação de médias e grandes propriedades, assim como de médios e grandes estabelecimentos, na zona rural do município de Maringá, sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, tanto pela compra, no primeiro e segundo caso, como pelo arrendamento, somente no segundo caso — formação de médias e grandes unidades de exploração. Fato que já não aconteceu no período de 1950 a 1967 sob o domínio da cafeicultura, pois a maioria dos estabelecimentos manifestaram uma acentuada estabilidade territorial, isto é, fundiária, apesar da ocorrência de desmembramentos, no início da ocupação da área, pela venda, notadamente entre parentes e pessoas que já possuíam laços de solidariedade entre si, de modo que aquele que teve oportunidade de adquirir um ou mais lotes rurais, antes de formar sua lavoura, cedia parte dela por venda, como foi possível constatar-se empiricamente.

Por outro lado, a concentração da propriedade especialmente através da aquisição de propriedades circunvizinhas, também revelou-se mais acentuada entre os estabelecimentos

que substituíram a atividade produtiva principal, do que entre os que não a substituíram.

Assim é que entre os primeiros, na fase anterior de predomínio da monocultura comercial do café, que durou cerca de 30 anos, 26 proprietários - 45,67% - adquiriram 38 propriedades por compra, assim distribuídas: 18 deles ou seja 31,57% adquiriram 22 propriedades na zona rural de Maringá; 13 ou seja 22,89% adquiriram 15 propriedades na região Norte do Paraná; 1 ou seja 1,75% adquiriu uma propriedade fora da região. Já na fase atual, em apenas 10 anos, 18 proprietários ou seja 31,57% compraram 37 propriedades, assim distribuídas: 13 deles ou seja 22,81% adquiriram 31 propriedades na zona rural de Maringá; 4 ou seja 0,70% adquiriram 5 propriedades na região Norte do Paraná; 1 ou seja 1,75% adquiriu uma propriedade fora da região (Tabela XXXIII).

Por sua vez, entre os segundos, na fase anterior, 15 proprietários - 65,20% - adquiriram 37 propriedades, assim distribuídas: 4 deles ou seja 17,39% adquiriram 11 propriedades na zona rural de Maringá; 12 ou seja 52,17% adquiriram 25 propriedades no Norte do Paraná; 1 ou seja 4,34% adquiriu uma propriedade fora da região. Já, na fase atual, apenas 8 proprietários ou seja 34,78% adquiriram 11 propriedades, assim distribuídas: 2 deles ou sejam 8,69% adquiriram 2 propriedades em Maringá; outros 3 ou seja 13,04% adquiriram 6 propriedades fora da região (Tabela XXXIV).

Portanto, evidencia-se que entre os 80 estabelecimentos arrolados na amostragem, a concentração da propriedade quer pela aquisição de propriedades contíguas - alteração da malha fundiária -, quer de propriedades circunvizinhas, é bem mais freqüente entre aqueles que promoveram a substituição da atividade produtiva principal, do que entre os que não a promoveram.

A cultura associada da soja e trigo com elevado índice de mecanização não favorece a dispersão geográfica dos estabelecimentos sob a mesma administração. Pelo contrário, a tendência é promover a concentração geográfica, a fim de tornar menos onerosa a operacionalidade, quer mecânica, quer administrativa das lavouras. Razão pela qual, o número de propriedades adquiridas na fase anterior, foi mais

TABELA XXXIV

CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE ENTRE OS ESTABELECIMENTOS
QUE NÃO MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

ÉPOCA DA AQUISIÇÃO	LOCAL DA AQUISIÇÃO	NÚMERO DE COMPRADORES E DE PROPRIEDADES ADQUIRIDAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
ANTERIOR A 1968	MARINGÁ	-	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	2	-	3	11
	REGIÃO	4	1	1	-	-	1	4	1	1	3	4	3	-	1	1	25
	EX. REGIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
POSTERIOR A 1968	MARINGÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
	REGIÃO	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3
	EX. REGIÃO	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	6

expressiva na região do que no município, enquanto que, na fase atual revelou-se mais expressiva neste último. Na fase de predomínio da monocultura comercial do café, a dispersão geográfica dos estabelecimentos cafeeiros sob a mesma administração, pouco influia na sua operacionalidade, devido a ausência quase que total de mecanização, bem como, de ser a administração realizada indiretamente através dos parceiros (Tabela XXXIII e XXXIV).

Entre os 23 estabelecimentos que não promoveram a substituição da atividade produtiva principal, apenas 5 ou seja 21,73% dos proprietários adquiriram um total de 5 propriedades, o que acusa um índice de concentração de uma propriedade por proprietário. Já, entre os 57 que a promoveram, o índice de concentração foi de 2,17 propriedades por proprietário, de sorte que 17 ou seja 29,95% deles adquiriram um total de 37 propriedades. De forma, que entre esses, o índice de concentração de propriedades foi de 1,17 propriedades ou seja 117,00% superior àqueles.

Ao mesmo tempo, entre os proprietários de estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva principal, 7 dentre eles venderam 11 outras propriedades; 4 na zona rural de Maringá; 6 na região Norte do Paraná; uma fora da região. O motivo principal da venda estaria na possibilidade de comprar mais terras adjacentes ao seu principal estabelecimento, a fim de minimizar o custo operacional do novo sistema de produção - soja-trigo - (Tabela XXXIV).

Entre os proprietários daqueles estabelecimentos que não modificaram a atividade produtiva principal, 4 deles venderam 10 propriedades: 9 na região e uma fora da região. Em parte, o principal motivo da venda estaria na dificuldade de administração, devido a distância, bem como a decadência da produtividade das lavouras de café. Contudo, no caso do proprietário de um estabelecimento situado no vale do ribeirão Chapecó, que vendeu 6 propriedades na região, o motivo principal da venda foi a necessidade de possibilitar aos filhos melhores condições de estudo do que as existentes em Tamboara e Céu Azul, adquirindo uma propriedade em Maringá. Esta, sem dúvida, oferece melhores condições de estudo do que aquelas duas cidades (Tabela

XXXV). Deduzindo-se o caso acima, a proporção de vendas é de 4 propriedades por 3 proprietários, com o índice médio de 1,33 propriedades vendidas por proprietário. Já, entre os proprietários dos estabelecimentos que modificaram a atividade produtiva principal, a proporção de venda foi de 11 propriedades por 7 proprietários, revelando um índice médio de 1,57 ou seja uma tendência de venda de 0,24 ou 18,04% superior.

A substituição da atividade produtiva principal, na maioria dos estabelecimentos rurais de Maringá - em primeiro plano pela cultura associada da soja e trigo que emprega uma tecnologia agrícola completamente nova para a área, e em segundo plano, modestamente pela pecuária -, vem provocando na fase atual, uma instabilidade no direito de posse. Isto é, uma mudança constante de proprietários, mais significativa, naturalmente, entre os estabelecimentos que substituíram a atividade produtiva principal.

Realmente, dentre os 80 estabelecimentos arrolados na amostragem, 53 ou 66,25% sofreram a mudança de proprietário, enquanto que 27 ou 33,75% permaneceram sob o poder do mesmo proprietário.

Entre os 57 estabelecimentos que substituíram a atividade produtiva principal, 43 ou 75,44% mudaram de proprietário e 14 ou 24,56% permaneceram sob a direção do mesmo proprietário. Dos primeiros, 29 ou 50,88% foram transferidos por venda e 14 ou 24,56% por arrendamento. Dos transferidos por venda, 25 ou 43,86% que são ocupados atualmente pela cultura associada da soja e trigo, apresentavam a seguinte ocupação principal na época da transferência: 7 - 28,00% - já tinham como ocupação principal a cultura da soja e trigo; 1 - 4,00% - a pecuária era a principal atividade; 17 - 68,00% - tinham na lavoura do café sua atividade produtiva principal. Por sua vez, dos ocupados atualmente pela pecuária - 4 ou 7,02% - apresentavam a seguinte ocupação: 1 - 25,00% - a cultura do café era a principal atividade; 3 - 75,00% - já tinham na pecuária sua atividade principal (Tabela XXXVI).

Entre os estabelecimentos transferidos por arrendamento, 14 - 24,56% - são ocupados atualmente pela cultura da soja e

TABELA XXXV

ESTABELECIMENTOS CUJO PROPRIETÁRIO VENDEU OUTRA PROPRIEDADE

LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	NÚMERO DE PROPRIEDADES VENDIDAS										TOTAL	
	Ant. 68	68	69	70	71	72	73	74	75	76		77
	a - Entre os proprietários de estabelecimentos que não mudaram a atividade produtiva principal											
MARINGÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REGIÃO	4	-	-	1	1	-	2	2	3	-	-	13
EX. REGIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	b - Entre os proprietários de estabelecimentos que mudaram a atividade produtiva principal											
MARINGÁ	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-	4
REGIÃO	1	1	-	1	2	1	-	-	1	-	-	6
EX. REGIÃO	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1

TABELA XXXVI

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIETÁRIOS ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL, SEGUNDO A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL ATUAL, ANO E FORMA DE TRANSFERÊNCIA.

ANO DA TRANSFERÊNCIA	FORMA DE TRANSFERÊNCIA			FORMA DE TRANSFERÊNCIA		RESUMO	
	VENDA			ARRENDAMENTO		Transferidos	Não Transferidos
	Soja/trigo	Pecuária	Total	Soja/trigo	Total		
1968	2	-	2	-	-	2	-
1969	4	-	4	-	-	4	-
1970	1	1	2	1	1	3	-
1971	6	1	7	1	1	8	-
1972	1	1	2	1	1	3	-
1973	1	-	1	2	2	3	-
1974	1	-	1	2	2	3	-
1975	5	1	6	6	6	12	-
1976	2	-	2	1	1	3	-
1977	2	-	2	-	-	2	-
TOTAL	25	4	29	14	14	43	14
Porcentagem	43,86%	7,02%	50,88%	24,56%	24,56%	75,44%	24,56%
Ocupação principal na transferência							
Soja/Trigo	7=28,00%	-	-	6=42,85%	-	-	-
Pecuária	1= 4,00%	3=75,00%	-	1= 7,15%	-	-	-
Café	17=68,00%	1=25,00%	-	7=50,00%	-	-	-

trigo, e apresentavam a seguinte ocupação principal por ocasião da transferência: 6 - 42,85% - já eram ocupados pela cultura da soja e trigo; 1 - 7,15% - pela pecuária; 7 - 50,00% pela cultura de café como principal atividade produtiva (Tabela XXXVI). Ao mesmo tempo, entre os 23 estabelecimentos que não modificaram a atividade produtiva principal, 10 - 43,48 % apenas, mudaram de proprietário; 9 - 39,13% - por venda; 1 - 4,35% - por arrendamento; e 13 - 56,52% - não sofreram transferência de proprietário (Tabela XXXVII).

Em um processo de substituição de culturas e técnicas agrícolas, como é o caso da cafeicultura pela cultura da soja e trigo, é perfeitamente compreensível que ocorra uma instabilidade no direito de posse, como também no de uso, motivando uma contínua transferência de proprietários, face ao estabelecimento na região de uma conjuntura favorável às constantes transações imobiliárias.

Em primeiro lugar, o elevado índice de mecanização da cultura associada da soja e trigo, provocou uma súbita valorização das terras mecanizáveis. Em segundo lugar, os pequenos e médios cafeicultores, diante da falência da lavoura cafeeira, e na iminência de perder suas terras pelo endividamento progressivo, que vem ocorrendo nos últimos anos, preferem vendê-las com algum lucro, do que entregá-las aos credores. Também, a falta de recursos para promover a renovação e manutenção dos cafeeiros, contribui para levá-los a vender ou arrendar suas terras.

Em terceiro lugar, há proprietários que promoveram a substituição de culturas, e que por falta de capital e tecnologia adequada ao novo empreendimento - cultura da soja e trigo -, nele fracassaram, e encontram na venda ou arrendamento do imóvel a saída para suas dificuldades (Tabela XXXVI).

Em quarto lugar, há os proprietários bem sucedidos no novo sistema de cultura, que procuram comprar ou arrendar mais terras, a fim de ampliar a área plantada, bem como, melhorar a operacionalidade dos equipamentos agrícolas.

Em quinto lugar, há os especuladores que procuram comprar propriedades cafeeiras decadentes, esperar sua valorização e revendê-las com razoável margem de lucro, ou ainda

TABELA XXXVII

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIETÁRIOS ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE NÃO MUDARAM DE ATIVIDADE
PRODUTIVA PRINCIPAL, SEGUNDO O ANO E FORMA DE TRANSFERÊNCIA

FORMA DE TRANSFERÊNCIA	ANO DA TRANSFERÊNCIA										TOTAL	%
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77		
Venda	2	1	-	-	-	1	2	-	3	-	9	39,13
Arrendamento	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	4,35
N/transferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	56,52
TOTAL	2	1	-	-	-	2	2	-	3	-	23	100,00

TABELA XXXVIII

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE NÃO
MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA	ANTERIOR A 1.968	%	POSTERIOR A 1.968	%
PRÓPRIA	23	100,00	22	95,65
ARRENDADA	-	-	1	4,35
TOTAL	23	100,00	23	100,00

na esperança de uma reação bastante compensadora do mercado cafeeiro.

Por último, há empresários urbanos, notadamente oriundos de atividades estreitamente ligadas ao trabalho agrícola, como maquinistas de arroz, vendedores de produtos agropecuários, comerciantes de cereais, e outros, que investem na zona rural, comprando ou arrendando terras para a exploração agrícola, via de regra a cultura associada da soja e trigo.

Na zona rural de Maringá, a condição legal das terras ocupadas passa por significativas transformações, face a nova modalidade agrícola implantada.

Assim é que, o número de arrendatários na fase atual é bem superior que o número da fase anterior. Alguns proprietários de estabelecimentos, diante da insignificância produtividade de seu empreendimento agrícola, mas que não desejam se desfazer do seu imóvel rural, preferem arrendá-lo em vez de vendê-lo. Por sua vez, o produtor de soja e trigo a procura de terras, não podendo comprá-las, devido ao preço ou a resistência do proprietário em desfazer-se delas, encontra no arrendamento a solução para seu problema. Ora, o ex-proprietário, agora locador, também encontrou uma solução para seus problemas decorrentes do fracasso de sua atividade agrícola. Cansado de enfrentar os riscos que a atividade agrícola oferece, a falta de conforto e assistência social, passa a residir na cidade, desfrutando do conforto, lazer e assistência social, que via de regra não encontrava no campo, além de uma renda fixa obtida do aluguel do imóvel rural, conforme constatou-se durante as entrevistas.

Realmente, entre os estabelecimentos que não substituíram a atividade produtiva principal, apenas 1 - 4,35% - encontra-se arrendado (Tabela XXXVIII). Por outro lado, entre aqueles que substituíram sua atividade produtiva principal, na fase anterior não havia nenhum arrendado, entretanto, na fase atual, 14 - 24,56% - encontram-se arrendados e são ocupados na sua totalidade pela cultura associada da soja e trigo (Tabela XXXIX).

Portanto, quanto a condição legal da terra, a amostragem revelou que a concentração do direito de uso através

TABELA XXXIX

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM A
ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL

CONDIÇÃO LEGAL DA TERRA	ANTERIOR A 1968					POSTERIOR A 1968			
	Café	L. Branca	Pecuária	TOTAL	%	Pecuária	Soja/Trigo	Total	%
PRÓPRIA	52	1	4	57	100,00	6	37	43	75,44
ARRENDADA	-	-	-	-	-	-	14	14	24,56
TOTAL	52	1	4	57	100,00	6	51	57	100,00

do arrendamento tende a ser mais acentuado entre os estabelecimentos ocupados pela cultura associada da soja e trigo, do que entre os ocupados pela cultura do café.

3.3 - As Relações Sociais e Jurídicas

3.3.1 - Regime de Exploração:

As formas de parceria caracterizadas segundo o IBGE (1975, XXIV) definem duas categorias de parceiros: a dos parceiros responsáveis e a dos parceiros não responsáveis. Como parceiros responsáveis são definidos os parceiros autônomos com responsabilidade pela administração da unidade produtiva. Como parceiros não responsáveis são definidos os parceiros isentos de qualquer responsabilidade administrativa no estabelecimento produtor.

O regime de parceria, via de regra ocorre com maior freqüência nos estabelecimentos com área superior a 5 alqueires, quando é necessário a utilização de mais de uma família para tomar conta das atividades produtivas. Também, nos pequenos estabelecimentos, quando se caracteriza o absenteísmo do proprietário. No primeiro caso predomina a presença do parceiro não responsável, enquanto que no segundo há ocorrência do parceiro responsável, com responsabilidades concernentes às atividades administrativas e produtivas do estabelecimento.

Durante a fase anterior de predomínio da monocultura comercial do café, os estabelecimentos explorados pelo regime de parceria representavam 52 - 61,40% - e os explorados em regime individual pelo próprio proprietário somavam 28 - 38,60% -, dentre os 80 computados na amostragem (Tabela XL).

O processo de substituição da atividade produtiva principal, especialmente da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, face as novas técnicas empregadas, provocaria significativas transformações nos regimes de exploração até então vigentes.

TABELA XL

REGIME DE EXPLORAÇÃO ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ EM 1.967 e 1.977

REGIMES	PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA - 1967				PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA - 1977				
	Café	L. Branca	Pecuária	Total	Café	L. Branca	Pecuária	Soja/Trig	Total
ESTABELECIMENTOS	73	2	5	80	21	1	7	51	80
Parceria	52	-	-	52	17	-	-	3	20
%	71,23	-	-	61,40	80,95	-	-	5,88	25,00
Proprietário	21	2	5	28	4	1	7	29	41
%	28,77	100,00	100,00	38,60	19,05	100,00	100,00	56,86	51,25
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	14	14
%	-	-	-	-	-	-	-	27,46	17,50
Condomínio	-	-	-	-	-	-	-	5	5
%	-	-	-	-	-	-	-	9,80	6,25
TOTAIS	73	2	5	80	21	1	7	51	80

No geral, na fase atual — em que a cultura da soja e do trigo se constituem na atividade produtiva principal da maioria dos estabelecimentos —, os estabelecimentos explorados pelo regime de parceria representam 20 - 25,00% — ou seja, menos 61,54% com relação a fase anterior; os explorados em regime individual pelo próprio proprietário somam 41 - 51,25% — ou seja, 46,41% a mais que na fase anterior; os explorados em regime de arrendamento somam 14 - 17,50% — ou seja 100,00% a mais; os explorados em regime de condomínio somam 5 - 6,25% — ou seja 100,00% a mais, conforme revelou a amostragem (Tabela XL).

Assim sendo, o regime de parceria permaneceu basicamente nas lavouras de café, de sorte que dos 21 estabelecimentos que mantiveram a cafeicultura como atividade principal, o regime de parceria encontra-se presente em 17 deles ou seja 80,95%, enquanto que 4 ou 19,05% são explorados diretamente pelo proprietário (Tabela XL). Por outro lado, nos estabelecimentos que têm a rotação da soja e trigo como atividade produtiva principal, o regime de parceria é encontrado em apenas 3 deles ou 5,88%, assim mesmo, em dois deles sobre as lavouras de café remanescentes da fase anterior. De modo que na verdade somente em um encontra-se de fato a parceria na exploração da atividade produtiva principal do estabelecimento.

O emprego de técnicas agrícolas com elevado índice de mecanização, na cultura associada da soja e do trigo, desencadeou profunda redução no regime de parceria. Em contrapartida, provocou significativo aumento no regime de exploração direta pelo proprietário. A mecanização facilitou, sobremaneira, a realização das atividades produtivas, tornando praticamente desnecessário a parceria, senão em situações especiais. No estabelecimento cafeicultor, a parceria é um dos regimes de exploração mais utilizados. Já, entre os estabelecimentos ocupados pela cultura associada da soja e trigo, como já foi destacado, ela ocorre em apenas 3 - 5,88% — deles, em dois dos quais sobre talhões de café conservados da fase anterior, e somente em um estabelecimento é praticada sobre a lavoura de soja e trigo. Graças, principalmente aos laços de amizade e de dependência, entre proprietário e parceiro, herdados da fase anterior, da

lavoura cafeeira. No entanto, o regime de exploração direta pelo proprietário ocorre em 29 estabelecimentos ou seja em 56,86% tornando evidente que sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, dado principalmente ao caráter temporário dessas culturas, assim como, ao seu elevado índice de mecanização, o regime de exploração mais adequado, regionalmente, é aquele realizado diretamente pelo proprietário (Tabela XL).

O regime de arrendamento que praticamente não se fazia presente na área, atualmente é empregado em 27,46% dos estabelecimentos que têm na cultura da soja e do trigo sua atividade produtiva principal. O produtor rural bem sucedido, na falta de terras para expandir suas atividades, e não podendo comprá-las, quer pela limitação do seu capital ou pela resistência do proprietário, toma-as em arrendamento, mediante pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos, ao proprietário que carece de capital e técnicas para explorá-las individualmente. Dependendo das condições do contrato, o proprietário poderá ou não trabalhar na produção. Comumente, toda atividade produtiva e os riscos dela decorrentes ficam sob a responsabilidade do produtor, isto é, daquele que toma a terra em arrendamento. Na verdade, em somente um caso, o proprietário vendia seu trabalho ao arrendatário.

O regime de condomínio, também, praticamente inexistente na fase anterior, se faz presente atualmente em 9,80% dos estabelecimentos ocupados pelo binômio agrícola soja-trigo. O sistema de produção soja-trigo, devido suas peculiaridades, requer substanciais investimentos anuais para cada cultura. De modo que, na insuficiência de capital individual, ocorre a associação de pequenos investidores para explorarem uma propriedade rural sob o regime de condomínio. Neste regime, todos participam segundo o capital investido. Via de regra, é formado por pessoas ligadas entre si por vínculos de família, sobre propriedades partilhadas por herança, arrendadas ou quando muito, compradas. Quando por herança, na nova realidade agrícola, é mais viável economicamente, explorar as terras na forma de um único estabelecimento, do que em vários outros independentes. Havendo sucesso na exploração unificada, é natural que

ocorra o interesse em expandir as atividades, através da compra ou arrendamento de mais terras, sob a égide do mesmo regime de exploração.

3.3.2 - As Relações Trabalhistas:

A mudança de técnicas agrícolas, que sem dúvida, haveriam de ocorrer num processo de substituição de culturas, como no caso da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo, acabariam por desencadear significativas alterações nas relações trabalhistas e no efetivo humano ocupado nas atividades produtivas.

Durante a fase anterior de predomínio da monocultura comercial do café, o efetivo trabalhista permanente ocupado na produção dos 80 estabelecimentos arrolados na amostragem, somava 491 pessoas para 1.082,51 alqueires, ou seja, em média uma pessoa para 2,20 alqueires, assim distribuídos: proprietários 5,50%, familiares dos proprietários 6,11; parceiros 31,96%; familiares dos parceiros 42,16%; empreiteiros 0,41%; assalariados 14,46% (Tabela XLI).

As relações trabalhistas estabelecidas na estrutura sócio-econômica da cultura do café, revestiam-se de características próprias. Nela o proprietário mantinha relações empregatícias, geralmente com todas as categorias de trabalhadores rurais, de parceiros aos diversos tipos de assalariados.

Como parceiros são definidas as pessoas ocupadas nas atividades produtivas, subordinadas à administração do estabelecimento e que recebem como pagamento parte da produção obtida com o seu trabalho, geralmente uma terça, quarta ou meia parte (IBGE - 1975, XXIV). À categoria dos assalariados pertencem os trabalhadores rurais permanentes e temporários que recebem em retribuição ao seu trabalho um valor em dinheiro.

Os assalariados permanentes são definidos como mensalistas e percebem em retribuição a sua jornada mensal de trabalho uma remuneração, comumente, equivalente ao salário mínimo regional. Os assalariados temporários são representados

TABELA XLI

EFETIVO DO PESSOAL PERMANENTE OCUPADO NA PRODUÇÃO ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ, POR CATEGORIA DE RELAÇÃO TRABALHISTA, SEGUNDO A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 1.967 E 1.977.

CATEGORIAS TRABALHISTAS	ATIVIDADE PRODUTIVA 1.967				ATIVIDADE PRODUTIVA 1.977					DIFERENÇA
	Lav. Cafê	Lav. Branca	Pecuária	Total	Lav. Cafê	Soja / Trigo	Lav. Branca	Pecuária	Total	(+ ou -)
Área	937,76	5,50	139,25	1.082,51	184,16	1.021,85	0,50	91,50	1.298,01	215,50 +
%	86,13	0,51	12,86	100,00	14,19	78,72	0,04	7,05	100,00	19,91 +
Estabelecimento	73	2	5	80	21	51	1	7	80	- -
%	91,25	2,50	6,25	100,00	26,25	63,75	1,25	8,75	100,00	- -
Proprietários	25	2	-	27	8	53	1	-	62	35 +
%	5,27	66,67	-	5,50	8,51	31,36	100,00	-	22,80	129,63 +
Famil. dos Prop.	29	1	-	30	9	20	-	-	29	1 -
%	6,12	33,33	-	6,11	9,57	11,84	-	-	10,66	3,33 -
Parceiros	154	-	-	154	43	17	-	-	60	94 -
%	32,49	-	-	31,36	45,75	10,06	-	-	22,06	61,04 -
Famil. dos Parc.	207	-	-	207	32	13	-	-	45	162 -
%	43,67	-	-	42,16	34,04	7,69	-	-	16,54	78,26 -
Empreiteiros	-	-	2	2	-	-	-	-	-	2 -
%	-	-	14,29	0,41	-	-	-	-	-	100,00 -
Assalariad. Mens.	59	-	12	71	2	66	-	8	76	5 +
%	12,45	-	85,71	14,46	2,13	39,05	-	100,00	27,94	7,04 +
TOTAL	474	3	14	491	94	169	1	8	272	219 -
%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	44,60 -

RESUMO 1967: 1 pessoa para 2,20 alq.; 1.977: 1 pessoa para 4,77 alq.; 2,57 alq. (116,54%) a mais.

pelos trabalhadores ocasionais designados por diaristas e pelos habituais designados por volantes, além dos ocasionais contratados para tarefas de longa duração, os empreiteiros.

Os assalariados temporários e ocasionais designados por diaristas dizem respeito às pessoas ocupadas nas atividades produtivas de pequenos e médios estabelecimentos, como proprietários ou parceiros, que em épocas de arrefecimento das atividades em suas unidades de produção, vendem seu trabalho a estabelecimentos circunvizinhos para execução de serviços temporários de curta duração, com remuneração por jornada diária de trabalho. Os assalariados temporários e habituais designados por volantes, dizem respeito, via de regra a ex-trabalhadores rurais, desativados do trabalho permanente, que permanecendo na região e passando a residir nas comunidades urbanas, são utilizados para execução de atividades agrícolas eventuais de curta duração, percebendo uma remuneração por jornada diária ou por tarefa contratada. Por empreiteiros são designados os assalariados contratados para a execução de tarefas ocasionais e temporárias de longa duração, via de regra para formação de lavouras de café ou de pastagens, percebendo um valor pelo total da tarefa empreitada, no caso da lavoura de café usufruía dos frutos da terra até a primeira safra.

Dependendo da extensão da lavoura, do absenteísmo do proprietário, do número de estabelecimentos, em particular cafeicultores, pertencentes ao mesmo proprietário, ou ainda do desejo deste em não se envolver nas relações diretas com os trabalhadores, fazia-se presente a figura do administrador, por meio do qual se realizavam as relações trabalhistas com o pessoal ocupado na produção, assim como, as tarefas gerais de administração e supervisão do empreendimento produtivo. Geralmente, além de receber um salário fixo mensal, recebe também uma certa porcentagem da produção.

Nos estabelecimentos cafeicultores, a categoria funcional de maior efetivo era constituída pelos parceiros e seus familiares, seguida da dos assalariados e por último da dos proprietários e seus familiares. Nos ocupados pela "lavoura branca", o proprietário e seus familiares se constituem na única categoria trabalhista. Nos ocupados por pas-

tagens, o principal efetivo é formado pela categoria dos assalariados, seguida da dos empreiteiros (Tabela XLI). Assim mesmo, os empreiteiros são ocupados, somente durante o período de formação das pastagens.

Na fase atual, em que a maioria dos estabelecimentos - 63,75% - tem na cultura associada da soja e do trigo sua atividade produtiva principal, o total do efetivo trabalhista permanente ocupado na produção dos 30 estabelecimentos, tomados como amostra, soma, tão somente, 272 pessoas para 1.298,01 alqueires, ou seja, a média de uma pessoa para 4,77 alqueires, assim distribuídos: proprietários 22,80%; familiares dos proprietários 10,66%; parceiros 22,06%; familiares dos parceiros 16,54%; assalariados 27,94% (Tabela XLI).

No geral, as modernas técnicas agrícolas com elevado índice de mecanização, empregadas especialmente na cultura associada da soja e trigo, proporcionaram uma redução de 44,60% no efetivo trabalhista, implicando num acréscimo de 116,54% ou seja 2,57 alqueires, na média de superfície trabalhada por pessoa (Tabela XLI).

Nos estabelecimentos que mantiveram a cafeicultura como principal atividade produtiva, o efetivo das categorias funcionais permaneceram praticamente inalterados. A não ser a redução ocorrida com os assalariados, que de 12,45% na fase anterior, passaram para 2,13% na fase atual, motivada sobretudo, pelos problemas conjunturais que afetam a cafeicultura, assim como, do abandono desta pelos grandes estabelecimentos em benefício da cultura associada da soja e trigo. Tampouco, houve alterações no efetivo das categorias funcionais dos estabelecimentos que têm na "lavoura branca" e na pecuária sua atividade produtiva principal, de sorte que nestes últimos, o absentismo do proprietário é a regra geral.

Entretanto, naqueles estabelecimentos que promoveram a substituição da lavoura cafeeira pela cultura associada da soja e trigo, as alterações nas categorias funcionais foram bastante expressivas. Os assalariados 39,05% passaram a se constituir no maior efetivo trabalhista, seguidos em ordem decrescente pelos proprietários e seus familiares 43,20%; parceiros e familiares 17,75% (Tabela XLI).

As facilidades criadas pela mecanização, a fim de se conduzir as atividades produtivas, contribuem para aumentar o número de proprietários a participar diretamente das tarefas agrícolas. Implicando diretamente na redução dos parceiros, que por sua vez são transferidos para a categoria de assalariados e em maior escala para a de volantes, quando permanecem na região. A partir do momento que o proprietário, pessoalmente ou com o auxílio de reduzida mão-de-obra, passou a fazer frente as tarefas decorrentes das atividades produtivas, deixaram de existir as condições favoráveis a manutenção da parceira, senão nos casos especiais de vínculos de profunda dependência herdados da fase anterior. Em consequência, a maior parte dos parceiros, que de um momento para outro, viram-se marginalizados do processo produtivo, migram para as cidades, e permanecendo na região, passam a constituir uma numerosa reserva de mão-de-obra agrícola temporária: os volantes (bóias frias), ou quando muito, conseguem enganjar-se como assalariados rurais.

Ao mesmo tempo, o uso da terra através do arrendamento, de certo modo, também contribuiu para a redução do efetivo trabalhista dos parceiros tradicionais. Com efeito, quando do arrendamento de um estabelecimento que era explorado pelo regime de parceria tradicional, o parceiro e seus familiares cedem lugar, simplesmente, ao arrendatário, ou ao trabalhador assalariado, quando necessário.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, nos últimos anos, vem se observando uma tendência na diminuição do número de filiações na categoria dos parceiros, em contrapartida a uma aumento na média de filiações na categoria dos volantes, o que será objeto de discussão mais alongada no capítulo seguinte.

No geral, entre a fase anterior e a atual, houve uma redução no efetivo trabalhista permanente equivalente a 44,60%. Por categoria funcional ocorreram aumento no efetivo trabalhista dos proprietários - 129,63% -, e dos assalariados - 7,04%. Por seu turno, as reduções ocorreram no efetivo dos familiares dos proprietários - 3,33%, dos parceiros - 61,04%, dos familiares dos parceiros - 78,26%, e

finalmente dos empreiteiros - 100,00% (Tabela XLI).

As alterações que ocorreram nas relações trabalhistas, quer no total do efetivo trabalhista, quer nas categorias funcionais individuais, necessariamente provocariam uma redução na densidade demográfica rural.

Segundo a amostragem, na fase anterior, a densidade trabalhista era de 1 pessoa para 2,20 alqueires. Na fase atual, a densidade passou a ser de 1 pessoa para 4,77 alqueires, o que corresponde a um aumento de superfície de trabalho de 2,57 - 116,57% - alqueires por trabalhador, enquanto que, a redução do total do efetivo trabalhista permanente, entre uma fase e outra, acusou 44,60%. Esta redução da população rural é em parte comprovada pela redução do número de alunos matriculados nas escolas rurais do município. Segundo a Secretaria de Educação do Município de Maringá, em 1970 haviam 925 alunos matriculados na primeira série do ensino fundamental. Em 1977, esse número caiu para 738 alunos, o que corresponde a uma redução de 22,48%, fato, que sem dúvida, atesta a tendência da migração cidade campo, à medida que se acelera o processo de substituição de culturas, motivado pela adoção de novas técnicas agrícolas, que elas requerem.¹

Na verdade, a substituição de culturas, com significativas alterações nas relações trabalhistas, implicando na redução do efetivo de mão-de-obra rural, também implicou na redução do efetivo demográfico da zona rural, desencadeando significativas transformações na forma do povoamento rural, característico da época do domínio da cafeicultura.

Assim é, que durante a fase de predomínio da monocultura comercial do café, o povoamento rural se fazia ao longo de ambos os lados dos cursos d'água, próximos destes, no fundo dos vales, caracterizando uma forma de

(1) Dados fornecidos pelo Serviço de Administração da Secretaria de Educação do Município de Maringá.

povoamento linear contínuo e paralelo. Atualmente com o predomínio da cultura associada da soja e trigo, embora o povoamento rural conserve sua disposição linear no fundo dos vales — pois ainda se utilizam algumas habitações e benfeitorias herdadas da fase anterior —, no entanto, apresenta-se completamente descontínuo e rarefeito, já que para tanto, também contribui, não só a formação de médias e grandes propriedades na área, assim como, a concentração da propriedade, pois que objetivamente não se faz necessária a presença de habitações e benfeitorias, em todas as unidades de exploração subordinadas a mesma administração, via de regra unicamente no estabelecimento sede.

3.3.3 - Cooperativismo e Sindicalização:

A nova realidade agrícola, que implantou-se no espaço rural de Maringá, vem contribuindo para dinamizar os índices de filiação cooperativista e sindicalista, que pelo menos, até 1970, ocorria num ritmo bastante lento. Essa tendência de filiação verifica-se, especialmente, entre o pessoal dos estabelecimentos que promoveram a substituição de culturas, sendo que no caso do sindicalismo as alterações verificam-se nos índices de filiação entre as categorias de parceiros e volantes.

Entre os 23 estabelecimentos que não mudaram a atividade produtiva principal, o número de produtores filiados à cooperativas é de apenas 7 ou 30,43%. Já, entre os 57 estabelecimentos que a promoveram, o número de cooperados é de 35 ou 61,40%. Portanto, verificou-se um aumento significativo no índice de filiação, sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, se comparado com a fase anterior de domínio da monocultura comercial do café (Tabela XLII).

O estabelecimento cafeicultor, em condições normais de produção, bem como, de estabilidade do mercado em condições favoráveis à cafeicultura, praticamente não encontrava maiores problemas para a manutenção de suas atividades produtivas. Estas não possuíam, nem exigiam o emprego de uma tecnologia agrícola aprimorada e mecanizada, não só com o preparo

TABELA XLII

ÍNDICE DE COOPERATIVISMO ENTRE OS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO EM 80 ESTABELECIMENTOS RURAIS DE MARINGÁ, ANTERIOR E POSTERIOR A 1.970

1 - ESTABELECIMENTOS QUE NÃO MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL									
ATIVIDADE PRODUTIVA	Nº ESTABEL.	NÃO FILIADOS	%	FILIADOS					
				TOTAL	%	ATÉ 1970	%	APÓS 1970	%
Lav. de Café	21	15	71,43	6	28,57	2	33,33	4	66,67
Lav. Branca	1	1	100,00	-	-	-	-	-	-
Pecuária	1	-	-	1	100,00	1	100,00	-	-
TOTAL	23	16	69,57	7	30,43	3	42,86	4	57,14

2 - ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL									
ATIVIDADE PRODUTIVA	Nº ESTABEL.	NÃO FILIADOS	%	FILIADOS					
				TOTAL	%	ATÉ 1970	%	APÓS 1970	%
Soja/trigo	51	22	43,14	29	56,86	5	17,24	24	82,76
Pecuária	6	-	-	6	100,00	5	83,33	1	16,67
TOTAL	57	22	38,60	35	61,40	10	28,57	25	71,43

do solo, assim como, com a operação eficiente dos equipamentos agrícolas, mas também, com a execução das demais atividades agrícolas, ou ligadas a elas, face o elevado índice de mecanização e capital empregado, como requer a cultura associada da soja e trigo, na manutenção do empreendimento produtivo, com vistas a uma melhor operacionalidade e produtividade dessas culturas.

A cultura do café, ao contrário da cultura da soja e do trigo, é permanente e possui características próprias que não requerem em situações normais o emprego de grandes investimentos anuais de capital, como requer anualmente a cultura associada da soja e trigo, não só por serem culturas temporárias, com duas lavouras anuais, uma de cada planta, mas também, em virtude do caráter das técnicas agrícolas utilizadas — praticamente todas mecanizadas —, para se obter melhor operacionalidade e conseqüentemente sucesso no empreendimento produtivo.

Contudo, principalmente para os pequenos e médios cafeicultores, toda e qualquer instabilidade do mercado, como também, os prejuízos acumulados pelos danos causados às lavouras de café, em conseqüência das constantes geadas, que quase seguidamente se manifestam na região, causam verdadeiros transtornos econômicos e financeiros à maioria desses produtores, que então recorrem aos capitais urbanos, num processo de progressivo endividamento. Todavia, os danos e prejuízos causados pelas geadas que vêm se manifestando seguidamente, desde o final da década anterior, de forma a não permitir uma produção compensadora, têm minado completamente a resistência desses cafeicultores, além dos outros fatores que também afetam a cafeicultura.

Sobre essas dificuldades enfrentadas pelos pequenos e médios cafeicultores, ORLANDO VALVERDE chama a atenção para o fato delas já terem sido constatadas por PIERRE MONBEIG em sua obra *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, editada em 1952.

Por outro lado, o sucesso do empreendimento produtivo da lavoura associada da soja e trigo, além de depender de uma série de fatores circunstanciais e locais, depende sobretudo da presença de uma estrutura tecnológica e empresa-

rial adequada e cada vez mais moderna e aprimorada para ser empregada em benefício da produtividade, bem como, da normalidade do ritmo das condições climáticas características da região e das condições de mercado favoráveis a esses cultivos.

A cultura associada da soja e do trigo, além de necessitar do emprego de técnicas agrícolas aprimoradas, em benefício da produtividade, com elevado grau de mecanização, também necessita do emprego de substanciais investimentos a fim de custear as atividades produtivas. Para conseguir responder a essas necessidades, o produtor encontra na cooperativa a solução para minorar seus problemas. Com efeito, a cooperativa tornou-se um aliado quase que indispensável ao produtor, pois ela proporciona-lhe uma série de vantagens, tais como: adiantamento de capital para custeio da produção; fornecimento a preços competitivos de produtos empregados na lavoura, assim como dos gêneros necessários à manutenção da família; assistência médico-hospitalar; armazenamento da produção e comercialização, somente, quando houver interesse do associado, como é o caso da principal cooperativa da região, a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (COCAMAR).

No novo sistema agrícola as dificuldades surgem desde o preparo do solo, passando pela obtenção de produtos voltados à produção, como: sementes selecionadas, adubos, inseticidas, fungicidas, pesticidas; pela disponibilidade de máquinas, implementos e equipamentos utilizados tanto nas atividades concernentes ao plantio, como também da manutenção e colheita da lavoura, até o armazenamento e comercialização da produção assim como, da exiguidade de tempo existente para se executar as tarefas agrícolas decorrentes da rotação entre a cultura da soja e do trigo. Ora, a maioria dos pequenos e médios agricultores recém saídos da lavoura cafeeira não possuem estrutura adequada para fazer frente a essas necessidades. Neste sentido, a cooperativa passa a ser um meio de opção para auxiliá-los a solucionar ou pelo menos amenizar as dificuldades que a nova atividade agrícola — cultura associada da soja e trigo —, seguramente provocou, face as suas peculiaridades naturais, bem como, aos riscos inerentes à atividade agrícola. Sobre as dificuldades enfrentadas, em especial pelo pequeno agricultor, ABREU (1971, 71), assim se expressou:

"O pequeno agricultor não pode enfrentar todos os riscos que a atividade agrícola impõe e, neste setor, a cooperativa dá um apoio fundamental a todos".

Desse modo, as transformações desencadeadas pelo processo de substituição de culturas, notadamente da lavoura cafeeira pela cultura associada da soja e trigo, vêm, de certo modo, contribuindo para aumentar o número de produtores que procuram às cooperativas para se filiarem.

Com efeito, dentre os 57 - 71,25% - estabelecimentos que promoveram a substituição da atividade produtiva principal, 51 ou seja 89,47% fizeram-na pela cultura associada da soja e trigo e 6 - 10,53 - pela pecuária. (Tabela XVII).

Entre os primeiros, isto é, os 51 estabelecimentos que adotaram a cultura associada da soja e trigo, o número de produtores filiados às cooperativas é de 29 (56,86%), enquanto que o de não filiados é de 22 (43,14%), sendo que dentre os filiados 24 (82,76%) filiaram-se após 1970, enquanto que apenas 5 (17,24%) filiaram-se já na década passada.

Entre os segundos, isto é, aqueles que na fase atual optaram pela pecuária - 6 -, todos os produtores são filiados às cooperativas de laticínios, já que fornecendo leite para o abastecimento da população urbana, são obrigados por força da legislação municipal a associarem-se às cooperativas de laticínios. Assim mesmo, 5 (83,33%) filiaram-se no final da década de 60 e apenas 1 (16,67%) na de 70 (Tabela XLII).

Por outro lado, dentre os estabelecimentos que não promoveram a substituição da atividade produtiva principal - 23 (28,75%) - dos 7 (30,43%) cooperados 3 (42,86%) filiaram-se na década de 60 e 4 (57,14%) na década de 70 (Tabela XLII).

Por conseguinte, constata-se que o índice de associação ou filiação cooperativista é mais expressivo entre os estabelecimentos que promoveram a substituição de culturas, como também, que dentre esses, o índice de associação

é mais expressivo na fase atual, sob o domínio do sistema agrícola da cultura associada da soja e trigo.

Em suma, é perfeitamente compreensível que tenha ocorrido um aumento no índice de filiação de produtores às cooperativas, notadamente entre aqueles que passaram a se dedicar a cultura associada da soja e trigo, muito embora, o governo venha desenvolvendo, desde a década de 60, uma política de incentivo ao cooperativismo agrícola.

Simultaneamente ao aumento do índice de filiação cooperativista, verificou-se um aumento em termos absolutos no índice de sindicalização. Realmente, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, no final de 1969 havia 2.880 filiados, já no final de 1977 havia 7.229, o que corresponde a um aumento de 4.349 (151,00%) nos últimos 8 anos.²

Ao mesmo tempo verificou-se uma diminuição alternada no número anual de filiação de novos associados na categoria de parceiros, em contrapartida a um aumento gradativo na filiação anual de novos associados na categoria dos volantes.

Efetivamente, segundo os dados obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, observa-se que no período compreendido entre 1969 e 1977 vem-se verificando uma expressiva tendência à redução no índice da média anual de filiação de parceiros ao sindicato, ao contrário de uma expressiva tendência ao aumento do índice da média anual de filiação de volantes, notadamente nos últimos anos.

Verifica-se que a média anual de filiação dos parceiros no triênio 1969/71 foi de 491,7, já no triênio seguinte - 1973/74 - a média decresceu para 271,3, acusando uma diferença de 220,4 filiações a menos que o triênio anterior,

(2) Dados fornecidos pelo Departamento de Educação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, já descontados os associados que desligaram-se por diversos motivos.

o que equivale a um índice de menos 44,82%; enquanto que o triênio 1975/77 acusou uma média de 337,6, revelando uma ligeira elevação, na ordem de 66,3 filiações, o que equivale a um índice de mais 24,44% com relação ao triênio anterior (Tabela XLIII).

Por outro lado, a média anual de filiação dos volantes no triênio 1969/71 foi de 41,3, subindo no triênio seguinte 1972/74 para 104,3, acusando uma diferença de 63,0 filiações a mais que o triênio anterior, equivalendo a um índice de crescimento de 152,54%; continuando a subir no triênio seguinte 1975/77, alcançando a média de 270,0 filiações, ou seja revelando uma diferença a maior de 165,7 filiações, equivalendo a um índice de crescimento de 158,87% com relação ao triênio anterior (Tabela XLIII).

Portanto, enquanto o índice de filiação dos parceiros acusou mais 44,82% o dos volantes alcançou mais 152,54%, e no triênio seguinte, 1975/77, enquanto o índice de filiação dos parceiros revelou apenas um crescimento de 24,44%, o dos volantes acusou um crescimento de 158,87% (Tabela XLIII).

O processo de substituição da lavoura cafeeira com elevado emprego de mão-de-obra, pela lavoura associada da soja e trigo, com elevado grau de mecanização e redução da mão-de-obra, que está se materializando na paisagem regional, num ritmo cada vez mais dinâmico, vem provocando uma expressiva redução no efetivo do pessoal permanente ocupado nas atividades produtivas da cafeicultura, assim como na ocupação do pessoal temporário.

O pessoal demobilizado do trabalho agrícola permanente emigra as comunidades urbanas, e permanecendo na região transformam-se na sua maioria em trabalhadores agrícolas ocasionais e temporários - os volantes, engrossando progressivamente suas fileiras. Deste modo, a maior parte do pessoal ocupado anteriormente na cafeicultura, quer como parceiros quer como assalariados, assim como seus familiares, permanecendo na região, passam a trabalhar como volantes na cultura associada da soja e trigo, que em função do seu elevado índice de mecanização possibilita poucas oportunidades de trabalho para a numerosa mão-de-obra agrícola desativada do trabalho permanente.

TABELA XLIII

ÍNDICE COMPARATIVO DA FILIAÇÃO SINDICAL ENTRE AS CATEGORIAS DE PARCEIROS E VOLANTES,
JUNTO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARINGÁ, NO PERÍODO DE 1.969 a 1.977-FONTE SITRUM.

PARCEIROS					VOLANTES				
Ano de Filiação	Nº de Filiados	Média por Triênio	Diferença + ou -	% + ou -	Ano de Filiação	Nº de Filiados	Média por Triênio	Diferença + ou -	% + ou -
1969	503	-	-	-	1969	52	-	-	-
1970	582	491,7	-	-	1970	35	41,3	-	-
1971	390	-	-	-	1971	37	-	-	-
1972	369	-	-	-	1972	98	-	-	-
1973	185	271,3	- 220,4	- 44,82	1973	68	104,3	+ 63,0	+ 152,54
1974	260	-	-	-	1974	147	-	-	-
1975	254	-	-	-	1975	153	-	-	-
1976	398	337,6	+ 66,3	+ 24,44	1976	372	270,00	+165,7	+ 158,87
1977	361	-	-	-	1977	285	-	-	-

* O triênio anterior a 1969 não foi computado na amostragem porque nele desenvolveu-se ampla campanha para conquistar sócios.

Habitando na cidade, os volantes permanecem ligados a vida rural através do trabalho prestado na execução de atividades agrárias ocasionais e temporárias, percebendo rendimentos muito aquém de suas reais necessidades, ocasionando-lhes sérias dificuldades para sobreviver. Praticamente marginalizados do progresso econômico, assim como, desamparados socialmente, encontram no sindicato rural um apoio fundamental para auxiliá-los a enfrentar boa parte de suas principais necessidades sociais, prestando-lhes auxílio médico-hospitalar, odontológico, funeral e escolar, além de possibilitar a aposentadoria como trabalhador rural.

As transformações desencadeadas pela substituição de culturas, notadamente da lavoura cafeeira pela lavoura associada da soja e trigo, vêm contribuindo para aumentar significativamente o índice de trabalhadores rurais que se sindicalizam, pelo menos no que diz respeito à categoria dos volantes, em oposição à diminuição do índice de filiação de parceiros.

Em suma, da mesma forma que não se pode negar que o processo de substituição de culturas tenha contribuído para elevar o índice de filiação cooperativista, assim como, provocar alterações nos índices de filiação sindical entre parceiros e volantes, também não se pode afirmar que ele seja isoladamente o único fator responsável por desencadear essas transformações. Pois que, seguramente, outros processos mais amplos, que nos últimos anos, vêm-se manifestando no contexto da dinâmica social brasileira, para isso também têm contribuído, se bem que a política acionada pelo governo, desde meados da década de ~~60~~ venha estimulando tanto o cooperativismo como a sindicalização rural, a fim de minimizar, não só a precária situação sócio-econômica, mas sobretudo previdencial, da maioria dos homens do campo.

* * *

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo tornou evidente que a mudança de técnicas agrícolas ocorridas, diante do acelerado processo de substituição de culturas, desencadeou um série de transformações na estrutura agrária. Por conseguinte nos aspectos sócio-econômicos da organização territorial do espaço rural. Contudo, deve-se compreender que a situação atual impressa na paisagem não é de forma alguma definitiva. Pois, segundo PIERRE GEORGE:

"Uma situação é a resultante, num dado momento que é por definição, o momento presente, em geografia, - de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem o efeito de aceleração, de freios, por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores" (GEORGE - 1973, 20).

Além do que, a agricultura brasileira, ainda encontra-se na procura de uma planificação tanto econômica como geográfica, visto que ela comporta-se de acordo com as tendências de maior ou menor lucratividade proporcionada pelo mercado. Fato que sempre refletirá no conjunto de relações que comandam a organização do espaço rural.

Tanto é, que os excelentes preços em vigor no mercado cafeeiro, logo nos dois primeiros anos após a geada de 1975, contribuíram para atestar essa realida-

de.¹ Desencadeando uma acelerada corrida para a substituição dos cafeeiros destruídos.² Especialmente, entre os estabelecimentos, cujos produtores conservaram a lavoura do café como atividade produtiva principal. E naquela oportunidade, salvo exceções, encontravam-se na iminência de substituí-la, ou ainda, de promover a venda ou arrendamento do estabelecimento rural.

Como resultado, o replantio de cafezais efetuado dentro de modernas técnicas recomendadas pelo IBC., com espaçamento predominante de 4m x 2 m, 4m x 1,5m e 4m x 2,5m - conforme o caso, praticamente dobrou a densidade da população cafeeira por alqueire, fato que sem margem de dúvida, contribuirá, pelo menos a médio prazo, para novamente colocar o Norte Novo do Paraná entre as mais destacadas regiões cafeeiras do país. Contudo, sem jamais voltar a ocupar a privilegiada posição que alcançou no passado, no que se refere a área plantada.

Como foi visto, a realidade que se procurou retratar aí está, rica, complexa, cheia de contradições. O processo das transformações não cessou, apenas começou, continua em ação, em movimento, com toda sua dinâmica. Nessa perspectiva, o espaço geográfico deve ser considerado como um produto organizado em perpétua transformação. Pois, nele as diferentes sociedades humanas manifestam seus anseios e realizações. Organizando-o, segundo um processo dialético entre as qualificações do seu meio, e as vicissitudes e

(1) Segundo os dados fornecidos pela Agência do IBC Maringá, o preço para a saca de 60 kg de café limpo em 19/08/75 era de Cr\$ 635,00, em janeiro de 1976 o preço médio era de Cr\$ 750,00, já em 19/04/76 era de Cr\$ 1.100,00, e finalmente, entre junho de 1977 e novembro de 1977, alcançou o preço máximo de Cr\$ 3.900,00 para exportação.

(2) O total de covas financiadas para a região sob a jurisdição da agência do IBC de Maringá, e que compreende os municípios de Maringá, Mandaguaçu, Paiçandu, Ourizona, Floresta, São Jorge do Ivaí, Ivatuba, Dr. Camargo e Iguaraçu foi o seguinte: 1975/76 16.405.561; para 1976/77 41.818.222; para 1977/78 26.161.571.

aspirações dessas sociedades, sem contudo conseguirem isentar-se das influências da conjuntura.

Razão pela qual, este estudo representa uma modesta contribuição para o acervo dos conhecimentos sobre a problemática da organização do espaço rural brasileiro. E que, corrigido de seus inevitáveis erros de limitações, deve ser continuado e possa servir de subsídio à outros, que inevitavelmente acontecerão neste campo.

* * *

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Adilson Avansi de.

- 1971 - A colonização agrícola holandesa no Estado de São Paulo (Holambra I). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Theóphilo de.

- 1944 - As incinerações de café. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (130): 535-7, abr. 1944.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de.

- 1956 - O café, riqueza paulista. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (23): 78-135, jul. 1956.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - (BADEP)

- 1977 - Paraná informações 1977. Curitiba.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. e WESTPHALEN, C. M.

- 1969 - História do Paraná. Curitiba, Grafipar, v. 1.

BROEK, Jan O. M.

- 1972 - Iniciação ao estudo da geografia. 2. ed. São Paulo, Zahar Editores.

CAMBIAGHI, Salette Magdalena.

- 1952 - O povoamento do Norte do Paraná. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, v. 6, t. 1, 1951-2,

CANCIAN, Nadir Aparecida.

- 1977 - Cafeicultura paranaense (1900-1970): estudo de conjunturas. São Paulo, (Tese de doutoramento, mimeografada, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

CHOLLEY, André.

1951 - Guide de l'étudiant de géographie. Paris, Presses Universitaires de France.

CLAVAL, Paul.

1974 - Evolución de la geografía humana. Barcelona, Oikos-Tau, s.a ediciones.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - (CODEPAR)

1963 - O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, Serviços de Planejamento.

CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros de 16 a 19 de junho de 1944.

1944 - Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (132): 930-3, jun. 1944.

COSTA, Ronaldo.

1962 - Esforços intergovernamentais para ordenamento do mercado do café. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Curso de economia cafeeira. Rio de Janeiro, Departamento Econômico do I.B.C., t. 2.

DELFIN NETTO, Antonio.

1959 - O problema do café no Brasil. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

DERRUAU, Max.

1973 - A organização do espaço. In: _____. Geografia Humana II. Lisboa, Editorial Presença Ltda.

DOLLFUS, Olivier.

1972 - O espaço geográfico. São Paulo, Difusão Européia do Livro, (Coleção Saber Atual, 153).

GEORGE, Pierre.

1956 - La campagne: le fait rural a travers le monde. Paris, Presses Universitaires de France.

1970 - Conferências no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1972 - Os métodos da geografia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, (Coleção Saber Atual, 151).

1973a- A ação do homem. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

GEORGE, Pierre.

- 1973b- Problemas, doutrinas e métodos, In: GEORGE, Pierre et alii. A geografia ativa. 3. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 9 - 40.

INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - (IAPAR)

- 1976 - Manual agropecuário para o Paraná. Londrina, v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - (I.B.C.)

- 1962 - Relatório IBC/GERCA - 1962. Rio de Janeiro.
 1964 - Relatório IBC/GERCA - 1964. Rio de Janeiro.
 1965 - Relatório IBC/GERCA - 1965. Rio de Janeiro.
 1967 - Relatório IBC/GERCA - 1967. Rio de Janeiro.
 1968 - Relatório IBC/GERCA - 1968. Rio de Janeiro.
 1969 - Relatório IBC/GERCA - 1969. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ/ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.

- 1964 - Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, Departamento Econômico do I.B.C.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - (I.B.G.E.)

- 1975 - Censo agropecuário do Paraná. VIII Recenseamento Geral - 1970. Série regional. Rio de Janeiro, v. 3 . t. 19.

KAISER, Bernard.

- 1973 - A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre et alii. A geografia ativa. 3. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 279-321.

LABASSE, Jean.

- 1973 - La Organización del Espacio (Elementos de Geografía Aplicada). Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local.

LUZ, France e OMURA, Ivani A. Rogatti.

- 1976 - A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Revista Unimar, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 1 (2): 25-41, 1976.

MAACK, Reinhard.

- 1968 - Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Paraná/Univ. Fed. do Paraná/Inst. de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

MOLINA FILHO, José.

- 1971 - Amostragem por área para estudos sócio-econômicos. In: Série de Estudos. Piracicaba, Dep. de Ciências Sociais Aplicadas, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, (11): 1-25, 1971.

MONBEIG, Pierre.

- 1952 - Pionniers et planteurs de São Paulo. Paris, Armand Colin.

MORO, Dalton A.

- 1977 - A organização do espaço em uma fazenda de café (O caso da fazenda Diamante). Revista Unimar, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 1_ (3): 17-32, 1977.

MÜLLER, Nice Lecocq.

- 1956 - Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (22): 55-96. mar. 1956.

NICHOLLS, William H.

- 1970 - A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. Rev. Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 24 (4): 19-53, out./dez. 1970.

NIVEAU, Maurice.

- 1969 - História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

PAIVA, R. M.; SCHATAN, S. e FREITAS, C. P. de.

- 1976 - Setor agrícola do Brasil (comportamento econômico, problemas e possibilidades). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/Editora Forense Universitária Ltda.

PARANÁ, Secretaria de Agricultura do.

- 1973 - Café - subsídios para a formulação de um programa de incremento à produtividade. Curitiba, Contribuição do Governo do Estado do Paraná, nov. 1973.

PENTEADO, Jurema.

- 1973 - Erradicação de Cafeeiros e mobilidade de mão-de-obra agrícola no Paraná. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Paraná.

PINCHEMEL, Philippe.

1973 - Prefácio. In: HAGGET, Peter. L'analyse spatiale en géographie humaine. Paris, Armand Colin.

SERVIÇO INFORMATIVO DO BUREAU PAN-AMERICANO DO CAFÉ - (S.I.B.P.A.C.).

1944a - Carta Semanal do mercado n. 285/373. N. York, 31 de julho de 1944. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (136): 722-4, out. 1944.

1944b - Carta semanal do mercado n. 286/374. N. York, 07 de agosto de 1944. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (136): 724-7, out. 1944.

1944c - Carta semanal do mercado n. 288/376. N. York, 21 de agosto de 1944. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (136): 732-4, out. 1944.

1945a - Carta semanal do mercado n. 323/411. N. York, 23 de abril de 1945. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 13 (143): 698-701, mai. 1945.

1945b - Carta semanal do mercado n. 329/417. N. York, 04 de junho de 1945. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 13 (145): 76-80, jul. 1945.

1945c - Carta semanal do mercado n. 331/419. N. York, 18 de junho de 1945. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 13 (145): 84-8, jul. 1945.

1945d - Carta semanal do mercado n. 338/426. N. York, 06 de agosto de 1945. Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 13 (147): 393-6, set. 1945.

SOUZA COSTA, Arthur de.

1944 - Entrevista do Ministro da Fazenda Arthur de S. Costa com os cafeicultores paulistas. In: Rev. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 12 (137): 822, nov. 1944.

TORRES, José Manuel Casas.

1973 - Prefácio. In: LABASSE, Jean. La organización del espacio. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local.

VALVERDE, Orlando.

1964 - Geografia Agrária do Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais.

WHITTLESEY, Derwent.

1960 - O conceito regional e o método regional. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 18 (154): 5-36, jan fev. 1960.

* * *

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

